

RELATÓRIO IFRN 20 22



**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande do Norte

RELATÓRIO IFRN 20 22

Aprovado pelo Consup/IFRN,
Resolução nº 17, de 31 de março de 2023

Natal/RN, março de 2023



**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio Grande do Norte



MENSAGEM DO REITOR

Após um longo período de isolamento, 2022 trouxe novos desafios para o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Marcados pelas consequências de uma pandemia, os 22 campi da Instituição deram continuidade ao retorno gradativo e seguro à presencialidade, oportunizando o contato direto entre estudantes e servidores. Além disso, a Instituição teve de enfrentar, desde maio do ano citado, cortes orçamentários que colocaram em risco a atuação do IFRN.

Contudo, com base no Ensino, na Pesquisa e Inovação e na Extensão, o Instituto se manteve firme em seu objetivo de possibilitar uma educação gratuita, pública e de qualidade para milhares de estudantes. Nesse sentido, temos muito o que comemorar sobre o que foi realizado e conquistado. Um dos maiores destaques foi a transformação do Centro de Tecnologia Mineral em Polo de Inovação, a partir do credenciamento como Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), por meio de chamada pública nacional. A mudança marca a excelência das pesquisas desenvolvidas na Instituição e abre as portas para a prospecção de mais investimentos e parcerias, auxiliando no desenvolvimento do estado, como é função dos Institutos Federais.

Além disso, em 2022, o IFRN recebeu mais de 10 mil novos estudantes nos seus diversos cursos. Somando as áreas de Extensão e de Pesquisa e Inovação, foram desenvolvidos 889 projetos, com a participação direta de 3.408 estudantes bolsistas. Com as ações de fomento nas relações internacionais, 61 estudantes e servidores puderam realizar intercâmbio e apresentação de trabalhos no exterior. Nosso carro chefe administrativo, o Suap, sistema fruto do trabalho da equipe de Tecnologia da Informação, recebeu 328 melhorias e chegou a 57 instituições em todo o país. Celebramos ainda a conquista de mais de mil medalhas e menções honrosas a estudantes em competições de conhecimento e de esportes. Foram emitidos, só neste ano, 6.406 diplomas digitais, levando ao mundo do trabalho novos profissionais, cientistas e pesquisadores mais éticos, mais cidadãos e mais humanos. Tudo isso gerou quase 5 mil notícias publicadas no portal do IFRN e chegou a cerca de 185 mil seguidores nas redes sociais do Instituto.

Como poderíamos atravessar um deserto de incertezas e conseguir tantas realizações? Evidentemente, só poderíamos transpor esses desafios com o envolvimento de toda a nossa comunidade: estudantes, docentes, servidoras e servidores técnicos-administrativos, vinculados a empresas terceirizadas, gestoras e gestores dos campi e da Reitoria que não se acomodaram diante das dificuldades que se apresentaram. Este é o nosso grande diferencial: a capacidade de sonhar e de realizar coletivamente.

NOSSA MISSÃO

Prover formação humana, científica e profissional aos discentes visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte

O IFRN EM NÚMEROS

- Mais de **34 mil** alunos matriculados nas diferentes modalidades, com Permanência e Êxito escolar em **73%**;
- **622** projetos de pesquisa e inovação, dos quais **72** com parcerias de entidades externas;
- **952** eventos científicos, culturais, artísticos e tecnológicos realizados de forma virtual e presencial;
- **236** projetos de extensão voltados para ações sociais;
- Mais de **1200** discentes encaminhados para programas de estágio e de aprendizagem;
- Aproximadamente **82%** do corpo docente possui pós-graduação;
- Investimento superior a **R\$ 5 milhões** na elaboração dos planos diretores de infraestrutura;
- Investimentos na ordem de **R\$ 4 milhões** em ferramentas de tecnologia da informação com a ampliação, estruturação e disponibilização dos serviços de desktop virtual.

SUMÁRIO

1.	VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE DE ATUAÇÃO	10
1.1.	IDENTIFICAÇÃO DO IFRN	10
1.1.	PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	11
1.2.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	12
1.3.	DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	13
1.4.	MODELO DE NEGÓCIOS	18
1.5.	CADEIA DE VALOR	22
1.6.	AMBIENTE DE ATUAÇÃO	23
1.7.	DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES	28
2.	GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	30
2.1.	ESTRATÉGIA DE GESTÃO	30
2.2.	APOIO DA GOVERNANÇA NA GERAÇÃO DE VALOR	32
2.3.	RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	33
2.3.1.	Objetivos Estratégicos da perspectiva Estudantes e Sociedade	35
2.3.2.	Objetivos Estratégicos da perspectiva Processos Acadêmicos	46
2.3.3.	Objetivos Estratégicos da perspectiva Gestão e Infraestrutura	61
2.3.4.	Objetivos Estratégicos da perspectiva Orçamento	71

2.4.	ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	74
2.4.1.	Gestão orçamentária e financeira	74
2.4.2.	Gestão de pessoas	80
2.4.3.	Gestão de licitação e contratos	93
2.4.4.	Gestão patrimonial e infraestrutura	98
2.4.5.	Gestão da tecnologia da informação	103
2.4.6.	Gestão de custos	110
2.4.7.	Sustentabilidade ambiental	115
3.	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	119
3.1.	GESTÃO DE RISCOS	119
4.	INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	121
4.1.	RELATO DA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	121
5.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	124
5.1.	INDICADORES DO ACÓRDÃO Nº 2267/2005-TCU	124
	ANEXOS E APÊNDICES	126

1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE DE ATUAÇÃO



1.1. IDENTIFICAÇÃO DO IFRN

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, institucionalidade dada pelos termos da Lei 11.892/2008, faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vincula-se ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, conjugando conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos a ideais pedagógicos de fundamentação histórico-crítica. Está presente em todo o estado do Rio Grande do Norte através de seus 22 campi, atendendo a 34.851 alunos.

A função social do IFRN é “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais”.

De organização pluricurricular e multicampi, o IFRN oferece um ensino público, laico, gratuito e de qualidade, com cursos em sintonia com a função social que desempenha, visando a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais do Rio Grande do Norte. Apresenta, para tanto, um currículo organizado a partir de quatro eixos – ciência, trabalho, cultura e tecnologia – que atuam, de modo entrelaçado e intercomplementar, como princípios norteadores da prática educativa. O IFRN desenvolve a pesquisa e a extensão na perspectiva de produção, socialização e difusão de conhecimentos. Estimula também a produção cultural e realiza processos pedagógicos que levem à geração de trabalho e renda. Em um contexto mais amplo, a Instituição visa contribuir para as transformações da sociedade, visto que esses processos educacionais são construídos nas relações sociais.

MISSÃO E VISÃO

A missão de uma organização é a sua finalidade, sua razão de ser. O critério de sucesso definitivo para uma organização da área pública é o desempenho no cumprimento da missão. Uma organização do setor público cumpre a sua missão ao atender às necessidades de seu público-alvo ou partes interessadas. Baseado nessa definição, nossa **missão** é:

“Prover formação humana, científica e profissional aos discentes visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte.”



Conhecendo nossa missão, é preciso estabelecer com clareza onde pretendemos chegar. A visão é a idealização de um futuro desejado, e a concebemos como sendo:

“Consolidar-se como uma instituição de referência nacional e identificada por sua excelência na formação humana e profissional, geradora de desenvolvimento científico e tecnológico, até 2026.”



1.2. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

CANAL	FORMA DE COMUNICAÇÃO/INTERAÇÃO
 TELEFONE INSTITUCIONAL Números para contato: portal.ifrn.edu.br/relacao-dos-telefones-do-ifrn	Através de contato telefônico, servidores, alunos, terceirizados, fornecedores, prestadores de serviço, pais, responsáveis, egressos e membros da comunidade externa (desde agentes públicos até órgãos da imprensa) buscam informações complementares e direcionamento para suas dúvidas.
 E-MAIL comunicacao.reitoria@ifrn.edu.br Para acesso às redes sistêmicas (cada campus possui a sua página), pesquise por IFRN + nome do campus	Uma das principais ferramentas de comunicação interna, é o caminho pelo qual servidores são informados sobre alterações no fazer institucional; o e-mail é, ainda, canal de suporte a dúvidas, envio de convites e comunicados, além de busca a informações de caráter público.
 PORTAL INSTITUCIONAL portal.ifrn.edu.br	Principal meio de divulgação de conteúdo do Instituto, o Portal IFRN é o espaço em que são publicadas notícias e reportagens, que fomentam a sociedade com informações de interesse público, dando retorno das ações aqui desenvolvidas. É no Portal, ainda, que editais para processos de seleção de servidores, alunos e de projetos, entre outros, são publicados.
 REDES SOCIAIS @IFRNOficial	Embora sejam abertas a todos os públicos, as redes sociais (Facebook, Twitter, Flickr e Instagram) são, por excelência, espaço de interação dos que fazem o IFRN. Alunos e servidores tomam conhecimento das atividades que seus colegas das demais unidades do Instituto estão desenvolvendo e trocam informações e expertises com sob um viés menos burocrático.

1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Tendo uma estrutura multicampi e pluricurricular, a organização do IFRN se estrutura entre Reitoria, dividida em áreas ou subunidades estratégicas, e 22 campi. Assim, institucionalmente, a Reitoria funciona como órgão gestor central da estrutura do IFRN, responsável por administrar, coordenar e supervisionar todas as atividades das unidades (os campi, os campi avançados e a própria Reitoria). Nesse sentido, há um inter-relacionamento e interdependência entre as subunidades estratégicas na Reitoria e as respectivas vinculações funcionais nos campi e campi avançados.

A figura abaixo apresenta a Reitoria e subunidades estratégicas do IFRN.

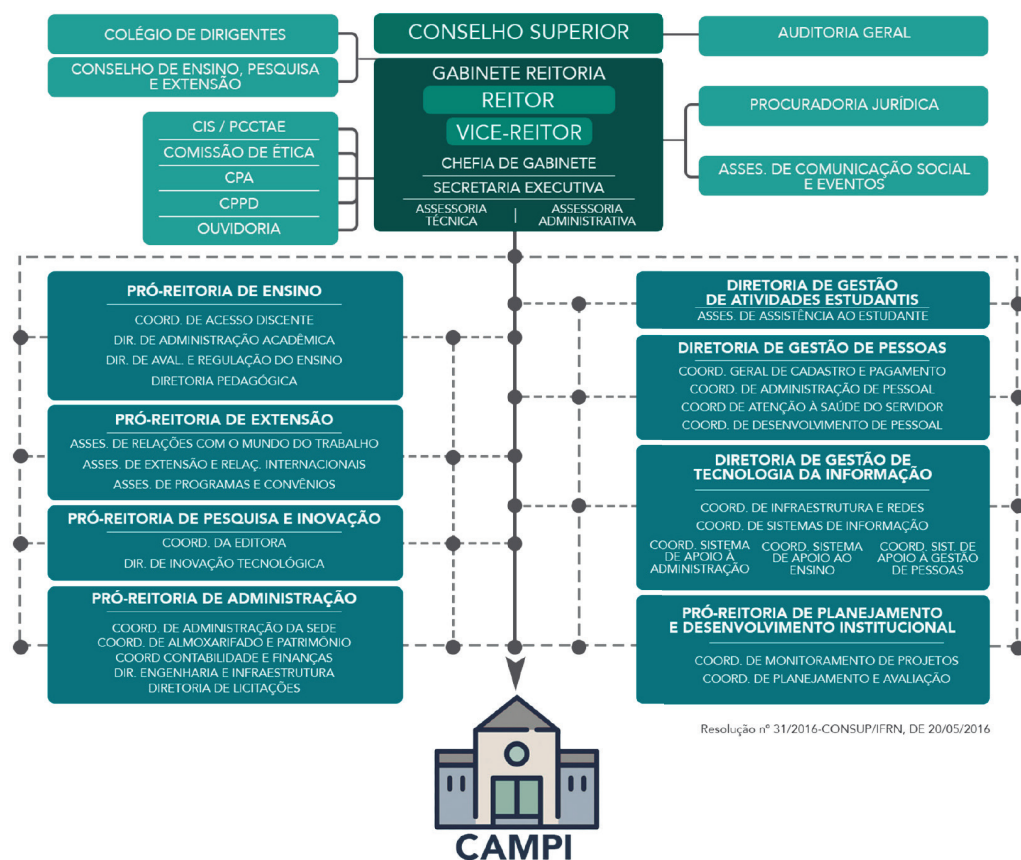


Figura 1 - Organograma de referência para a Reitoria

Fonte: <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2016/resolucao-no-31-2016/view> e <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2018>. Acesso em: 22 fev. 2023.

OS CAMPI SÃO:

*Campus Natal - Central;
Campus Mossoró.*

Campi oriundos da expansão da Rede Federal de EPT:

Apodi;
Caicó;
Canguaretama;
Ceará-Mirim;
Currais Novos;
Ipangaçu;
João Câmara;
Macau;
Natal - Cidade Alta;
Natal - Zona Norte;
Nova Cruz;
Parnamirim;
Pau dos Ferros;
Santa Cruz;
São Gonçalo do Amarante; e
São Paulo do Potengi.

Campi avançados:

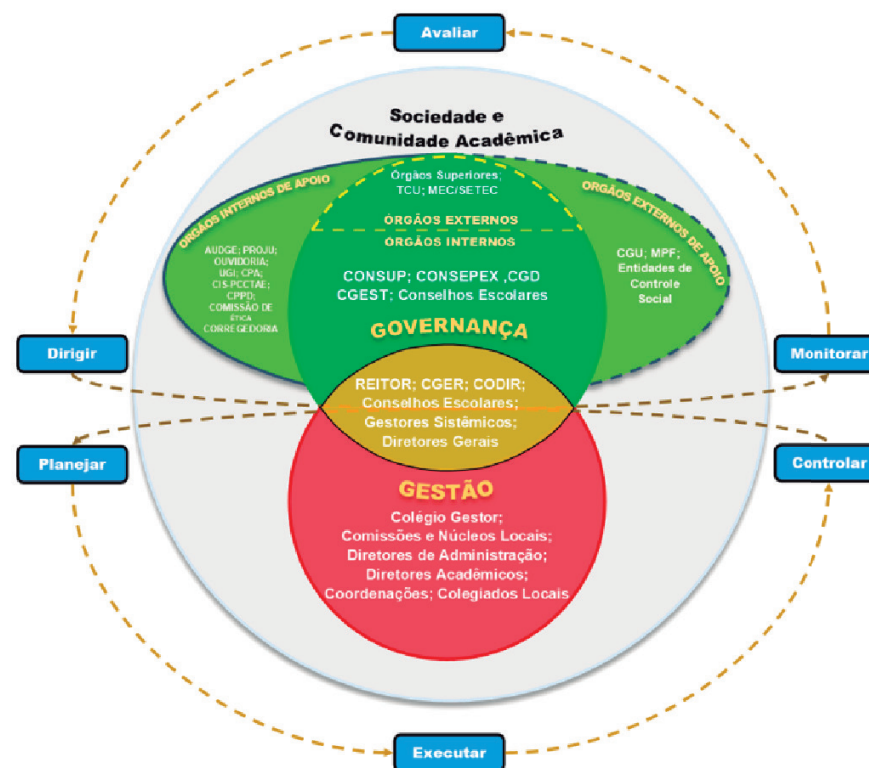
Lajes;
Parelhas;
Jucurutu; e
Natal - Zona Leste

1.4. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

MODELO DE GOVERNANÇA

A vocação regional do Instituto Federal viabiliza-se pela superintendência da Reitoria a um conjunto de campi interdependentes, onde cada campus, constituído como uma organização escolar, com sua própria estrutura administrativa hierárquica e de colegiados, é o responsável pelo atendimento no respectivo território de localização, do cumprimento das múltiplas atribuições, finalidades e objetivos legalmente previstos para o IFRN, de atuação educacional como centro de excelência nas áreas das tecnologias e das ciências, com abrangência que vai de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores independentemente do nível de escolaridade até cursos de pós-graduação stricto sensu, de desenvolvimento de pesquisa e inovação e de atividades de extensão, conduzindo à percepção social equivocada de que o Instituto Federal é uma organização universitária, a qual funciona como instituição pública de concepção centralizada. A figura abaixo é uma representação da estrutura de governança do IFRN.

A alta administração, as direções-gerais das unidades do Instituto e os órgãos de governança têm, coletivamente, a responsabilidade e o dever de prestar contas sobre o estabelecimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançá-los e o estabelecimento de estruturas e aplicação dos procedimentos de controle para melhor gerenciar os riscos durante a realização dos processos organizacionais. É, portanto, uma responsabilidade primária dessas instâncias assegurar a existência, o monitoramento e a avaliação de um efetivo sistema de controle interno, bem como utilizar as informações resultantes desse sistema para garantir a integridade pública do IFRN e apoiar os processos decisórios, não sendo esses mecanismos elementos que obstem a autonomia administrativa e orçamentária das unidades e nem do órgão como um todo, mas auxiliam no melhor direcionamento das decisões críticas de gestão executiva e de soluções administrativas seguras e acertadas.



Fonte: Comissão de coordenação, sistematização e revisão técnica (2023).

No modelo de governança proposto, temos:

Órgãos externos de apoio à governança: Controladoria Geral da União (CGU); Ministério Público Federal (MPF); Conselhos profissionais; Entidades de Controle Social.

Órgãos internos de apoio à governança: Auditoria Geral (AUD-GE); Procuradoria Jurídica (PROJU); Ouvidoria; Unidade de Gestão de Integridade (UGI); Corregedoria; Comissão Própria de Avaliação (CPA); Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE); Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD); Comissão de ética.

Órgãos externos de governança: Tribunal de Contas da União (TCU); Órgãos Superiores do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo; Ministério da Educação (MEC) /Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Órgãos internos de governança: Conselho Superior; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPEX); Comitê de Gestão Estratégica vinculado à Política de Gestão de Riscos (CGEST); Comitê de Governança Digital (CGD); Reitor; pró-reitores e diretores de gestão sistêmica; Comitê Gerencial vinculado à Política de Gestão de Riscos (CGER); Diretores-Gerais; Colégio de Dirigentes (CODIR); conselhos escolares;

Órgãos de gestão: Reitor; pró-reitores e diretores de gestão sistêmica; Comitê Gerencial vinculado à Política de Gestão de Riscos (CGER); diretores gerais; Colégio de Dirigentes (CODIR); conselhos escolares; Colegiados das Diretorias Acadêmicas (CODIAC); diretorias e coordenações; Colégio Gestor; Comissões e Núcleos Locais.

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com natureza jurídica de autarquia, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, integra uma rede nacional de Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A Lei nº 11.892/2008 estabeleceu para o Instituto Federal um sistema de governança ímpar entre as instituições governamentais do país, baseado em conceitos emergentes de organização composta de organizações¹, expresso por intermédio de uma estruturação multicampi, em que cada campus possui autonomia educacional, administrativa e financeira, numa concepção sistêmica de rede.

A governança estratégica do IFRN é representada e exercida pelos seguintes órgãos colegiados:

Conselho Superior (CONSUP) – de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes de docentes, de servidores técnico-administrativos, dos estudantes, de egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes;

Colégio de Dirigentes (CODIR) – colegiado de caráter consultivo, composto pelos Pró-Reitores, Diretores das Diretorias de Gestão Sistêmicas da Reitoria e pelos Diretores de cada um dos *campi* que integram a Instituição;

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPEX) – de funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva, constituído pelos Pró-Reitores de Ensino, Pesquisa e Inovação e de Extensão, por representantes de coordenadores de curso, da equipe técnico-pedagógica, de docentes, de servidores técnico-administrativos, de discentes, e da sociedade civil, vinculados a instituições de fomento à pesquisa e/ou à extensão.

Os 3 (três) órgãos colegiados referenciados são presididos pelo Reitor, realizando suas atividades por meio de reuniões periódicas. A periodicidade das reuniões ordinárias é mensal para o Colégio de Dirigentes, a cada dois meses para o Conselho Superior, e trimestral para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. As competências de cada instância dos órgãos colegiados encontram-se publicadas no Estatuto do IFRN, disponível no endereço <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/estatuto>.

Além das representações da sociedade civil nos conselhos superiores (CONSUP e CONSEPEX), os *campi* contam com as seguintes estruturas de participação cidadã com potencial tomada de decisão:

Conselho Escolar, através do qual a sociedade civil, alunos e egressos, pais, técnicos administrativos, docentes e Diretor-Geral deliberam acerca de assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como aprovar o calendário acadêmico do *campus*.

Colegiado da Diretoria Acadêmica, órgão deliberativo e consultivo acerca das demandas relacionadas ao ensino, representado pelos docentes do *campus*, técnicos administrativos vinculados a diretoria acadêmica e representante de alunos.

Conselho de Classe, representado pelo Diretor Acadêmico, equipe técnica pedagógica, professores, alunos e pais, o qual objetiva colaborar para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Os mecanismos de controle são realizados, antes da atuação de decisões críticas pelos órgãos colegiados, pelos órgãos de governança instituídos regimentalmente: a) Comissão de Ética, também instituída no Regimento Geral do IFRN e a atuação é regulamentada no Regimento Interno da Comissão de Ética do IFRN, através da Resolução 18/2019-CONSUP/IFRN; b) Ouvidoria, instituído no Regimento Geral do IFRN no art. 65, como órgão de controle, cuja atuação é regulamentada pelo Regimento Interno da Ouvidoria do IFRN, através da Resolução nº 81/2012-CONSUP/IFRN; e c) Auditoria interna, exercida pela Auditoria Geral do IFRN como órgão de controle, instituída e regulamentada no art. 65 do Regimento

Geral do IFRN.

O Conselho Superior do IFRN analisa e aprova todos os planos e programas que visam a governança de todas as atividades concernentes às diversas áreas estratégicas, quais sejam: a) Instituição da Política de Gestão de Riscos, através da Resolução Nº 30/2021-CONSUP/IFRN, com designação do Núcleo de Gestão de Riscos (NGRIS) via Portaria nº 301/2021-RE/IFRN, do Comitê Gerencial (CGER) e do Comitê de Gestão Estratégica (CGEST) através da emissão da Portaria nº 617/2021-RE/IFRN; b) Instituição do Comitê de Governança Digital do IFRN e aprovação do Regimento, através da Resolução nº 5/2021-CONSUP/IFRN; c) Instituição de Comitês de Gerenciamento Estratégico através da Portaria nº 976/2019-RE/IFRN; d) Grupo de Trabalho de Orçamento, de natureza permanente, criado através da Portaria nº 119/2021-RE/IFRN, com objetivo de assessoramento à Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional na função regimental de zelar pelo cumprimento, por todos os campi, das metas definidas nos planos do Instituto com relação aos limites orçamentários planejados; e) Constituição da Unidade de Gestão da Integridade através da Resolução nº 42/2020-CONSUP/IFRN, para a implantação de Programa de Integridade, nos termos do Decreto nº 8.420/2015; f) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), com Regimento aprovado pela Resolução nº 44/2020 e designado pela Portaria nº 241/2021-RE/IFRN; g) Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), com Regimento aprovado pela Resolução nº 55/2021 e designado pela Portaria nº 1559/2021.

O modelo de governança pública do IFRN compreende tudo o que a instituição faz para assegurar que todas as suas ações estejam direcionadas para objetivos alinhados aos interesses da sociedade e compreende um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle que permitem a avaliação, o direcionamento e a monitoração da gestão, em convergência aos preceitos do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Dentre as ações de controle, estão:

O Programa de Integridade, em observância à Portaria nº 57/2019-CGU, consistindo em um conjunto estruturado de me-

didat institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, por meio da Unidade de Gestão da Integridade do IFRN, constituída por através da Resolução nº 42/2020-CONSUP/IFRN, a quem compete a coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa; orientação e treinamento dos servidores com relação aos temas atinentes; e a promoção de outras ações relacionadas à sua implementação. A estrutura de Integridade do IFRN compõe-se, ainda, da Comissão de Ética, que tem por missão zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, orientar os servidores para que se conduzam de acordo com suas normas e inspirar o respeito no serviço público; da Ouvidoria, exercida por um Ouvidor, definido pelo Conselho Superior e nomeado pelo Reitor, como um serviço disponibilizado pelo IFRN, com a finalidade de dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, reclamações, informações, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição; e da Auditoria Geral, que é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A política de gestão de riscos, instituída pela Resolução nº 30/2021 – CONSUP/IFRN para atender integralmente aos ditames dispostos na Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, prevê a arquitetura de princípios, objetivos, estrutura, competências e processos para gerenciar eficazmente os riscos identificados em relação a processos organizacionais das áreas de a) planejamento; b) ensino; c) pesquisa e inovação; d) extensão; e) gestão de pessoas; f) administração; g) assistência estudantil; h) tecnologia da informação; e i) comunicação social; tendo por objetivos basilares: fomentar uma gestão proativa; facilitar a identificação de eventos de oportunidade de ameaças às metas institucionais; prezar pelas conformidades legal e normativa dos processos organizacionais; melhorar o controle interno da gestão; melhorar a eficácia e a eficiência operacionais;



CORPO PRINCIPAL DE DIRIGENTES

O Corpo Principal de Dirigentes, juntamente com os Diretores-Gerais dos 22 campi do IFRN, compõe o Colégio de Dirigentes, que é uma das estruturas de governança do IFRN descritas na seção 1.4 deste Relatório.



Reitor

Nome: José Arnóbio de Araújo Filho
Cargo: Professor
Cargo: Professor



Pró-Reitoria de Extensão

Nome: Samira Fernandes Delgado
Cargo: Professora



Diretoria de Gestão de Pessoas

Nome: Lorena Cassiano Fagundes Faustino
Cargo: Assistente em administração



Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Nome: Antônia Francimar da Silva
Cargo: Professora



Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Nome: Avelino Aldo de Lima Neto
Cargo: Professor



Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis

Nome: Valéria Regina Carvalho de Oliveira
Cargo: Assistente Social



Pró-Reitoria de Ensino

Nome: Dante Henrique Moura
Cargo: Professor



Pró-Reitoria de Administração

Nome: Juscelino Cardoso de Medeiros
Cargo: Contador



Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

Nome: André Gustavo Duarte de Almeida
Cargo: Professor

1.5. MODELO DE NEGÓCIOS

PRINCIPAIS PRODUTOS



PRODUTO 1: FORMAÇÃO EM NÍVEL TÉCNICO E TECNOLÓGICO

PRINCIPAIS INSUMOS:

- Estrutura física: salas de aula, laboratórios para educação básica e profissional, biblioteca e estruturas de apoio à permanência do estudante;
- Plataformas virtuais: Google sala de aula, Teams e Moodle;
- Corpo docente qualificado;
- Corpo técnico-administrativo qualificado;
- Estrutura de processo seletivo.

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Aulas teóricas;
- Aulas práticas;
- Aulas de campo e visitas técnicas;
- Práticas laboratoriais;
- Estágios curriculares;
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Olimpíadas do conhecimento.



PRINCIPAIS IMPACTOS:

Internos:

- Cumprimento do percentual de ofertas previsto na lei de criação dos Institutos Federais.

Externos:

- Oferta de profissionais qualificados para atuação no mercado de trabalho.

Positivos:

- Formação de profissionais qualificados para atuarem no mundo do trabalho;
- Formação qualificada, permitindo diferentes itinerários de atuação profissional e a verticalização para o ensino superior.

Negativos:

- Não ter alcançado o percentual mínimo de matrículas dos cursos técnicos integrados na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), conforme Decreto n. 5.840/2006.



PRODUTO 2: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

PRINCIPAIS INSUMOS:

- Estrutura física: salas de aula, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), laboratórios didáticos, laboratórios de informática, softwares de acessibilidade, biblioteca e estruturas de apoio à permanência do estudante.
- Plataformas virtuais: Google sala de aula, Teams e Moodle;
- Corpo docente qualificado;
- Corpo técnico-administrativo qualificado;
- Estrutura de processo seletivo.

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Aulas teóricas;
- Aulas práticas;
- Aulas de campo e visitas técnicas;
- Práticas laboratoriais;
- Estágios curriculares;
- Projetos de pesquisa e extensão;
- PIBID e Residência Pedagógica.



PRINCIPAIS IMPACTOS:

Internos:

- Busca pelo cumprimento do percentual de matrículas previsto na lei de criação dos Institutos Federais;
- Melhoria na capacitação dos docentes atuantes nas licenciaturas.
- Produção científica na colaboração entre alunos e professores;
- Manutenção do IGC (Índice Geral de Cursos) m 4 (dados referentes a 2019, uma vez que não houve atualização até o momento pela DAES/INEP).

Positivos:

- Formação de profissionais qualificados para atuarem nas escolas da educação básicas das redes públicas e privadas.
- Contribuição na formação de professores licenciados para atuar nas redes públicas e privada de educação do Rio Grande no Norte, especialmente, no interior do estado.

Externos:

- Melhoria na qualificação dos professores que atuam na rede pública e privada de ensino através de cursos específicos de aperfeiçoamento, especializações e formação continuada.
- Cursos de qualificação com ampla concorrência.

Negativos:

- Não cumprimento do percentual de matrículas previsto na lei de criação dos Institutos Federais, apesar desses percentuais estarem sendo ampliados conforme PDI 2019-2026.



PRODUTO 3: FORMAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU

PRINCIPAIS INSUMOS:

- Estrutura física: salas de aula, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), laboratórios didáticos, laboratórios de informática, *softwares* de acessibilidade, biblioteca e estruturas de apoio à permanência do estudante;
- Plataformas virtuais: *Google* sala de aula, *Teams* e *Moodle*;
- Corpo docente qualificado com pós-graduação *stricto sensu*;
- Corpo técnico-administrativo qualificado;
- Estrutura de processo seletivo adequada.

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Aulas teóricas;
- Aulas práticas;
- Aulas de campo e visitas técnicas;
- Práticas laboratoriais;
- Projetos de pesquisa;
- Produção acadêmica.



PRINCIPAIS IMPACTOS:

Internos:

- Reserva de vagas para formação interna de servidores;
- Primeiras defesas, no âmbito do PPGEF, de teses de Doutorado Acadêmico em Educação Profissional, cujo curso foi iniciado em 2019;
- Criação do segundo curso de doutorado da Instituição no âmbito da Rede Nordeste de Ensino (Renoen), cujo projeto do IFRN foi aprovado pela CAPES em 2022.

Positivos:

- Ampliação nas ofertas de vagas Lato e Stricto Sensu;
- Resultado da avaliação quadrienal da CAPES consignando conceito 5 ao PPGEF.

Externos:

- Resultado da avaliação quadrienal da CAPES consignando conceito 5 ao PPGEF;
- Oferta de vagas no âmbito do curso de doutorado no âmbito da Rede Nordeste de Ensino (Renoen).

Negativos:

- Qualificação e formação de cidadãos em nível de pós-graduação não representam qualquer impacto negativo.



PRODUTO 4: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

PRINCIPAIS INSUMOS:

- Estrutura física: salas de aula, laboratórios para educação básica e profissional, biblioteca e estruturas de apoio à permanência do estudante.
- Plataformas virtuais: Google sala de aula, Teams e Moodle
- Corpo docente qualificado
- Corpo técnico-administrativo qualificado
- Estrutura de processo seletivo

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Aulas teóricas;
- Aulas práticas;
- Aulas de campo e visitas técnicas;
- Práticas laboratoriais;
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão.



PRINCIPAIS IMPACTOS:

Internos:

- Reserva de vagas para formação interna de servidores;
- Alta rotatividade de estudantes.

Externos:

- Profissionais formados em curto espaço de tempo para atuarem no mundo do trabalho;
- Atendimento aos estudantes de escola pública do ensino fundamental através do Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania - ProITEC.

Positivos:

- Certificação célere de profissionais para atuarem no mundo do trabalho;
- Formação profissional e tecnológica de pessoas em situação de vulnerabilidade social através dos programas Mulheres Mil e ProEJA FIC.

Negativos:

- Formação restrita a conhecimentos específicos para determinada ocupação no mundo do trabalho, mas ensina a possibilidade da retomada de uma trajetória escolar.

1.6. CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor do IFRN possui um conjunto de processos voltados para o atendimento de seus objetivos estratégicos. Os objetivos estratégicos, por sua vez, buscam atender as áreas finalísticas do IFRN, que são consideradas aquelas diretamente relacionadas com a criação de valor para a sociedade e estudantes. Como áreas finalísticas, tem-se ensino, pesquisa e extensão, que estão no topo e articulados, buscando sua indissociabilidade. A gestão de apoio compreende todas as áreas que prestam suporte aos processos diretamente relacionados com a finalidade primária do IFRN, conforme figura abaixo.



Figura 3: Cadeia de valores do IFRN

Fonte: Equipe elaboradora do RG

Esses processos relacionam-se entre si e com o planejamento estratégico, garantindo que todas as decisões e ações sejam executadas dentro dos padrões de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade do IFRN. Como mostrado na figura abaixo, as atividades de apoio envolvem a gestão de pessoas, planejamento e obras, licitação e contratos, orçamento e finanças, tecnologia de informação e comunicação. Já a Gestão Estratégica congrega o planejamento, avaliação, acompanhamento e monitoramento, de forma a garantir a relevância da missão e da visão nas decisões institucionais.

PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO E FINALÍSTICAS

GESTÃO ESTRATÉGICA		GESTÃO DE APOIO		ÁREAS FINALÍSTICAS	
Planejamento	PDI Plano de atividades	Pessoas	Capacitação e desenvolvimento Seleção Mobilidade de pessoal Pagamento Procedimentos funcionais Qualidade de vida no trabalho	Ensino	Seleção e ingresso Programas acadêmicos Rotinas acadêmicas
Avaliação	Relatório de gestão Autoavaliação institucional	Comunicação	Eventos Produção audiovisual Publicidade institucional	Pesquisa	Projetos Inovação Pós-graduação
Acompanha- mento	Comitê de gerencia- mento estratégico	Administrativo	Compras e aquisições Contratos Licitações Contabilidade Finanças	Extensão	Projetos Cursos Prestação de serviço Internacionalização
Monitoramento	Farol de desempenho	Tecnologias da Informação	Governança Infraestrutura Sistemas de informação		
		Engenharia e Infraestrutura	Planejamento Obras Manutenção		

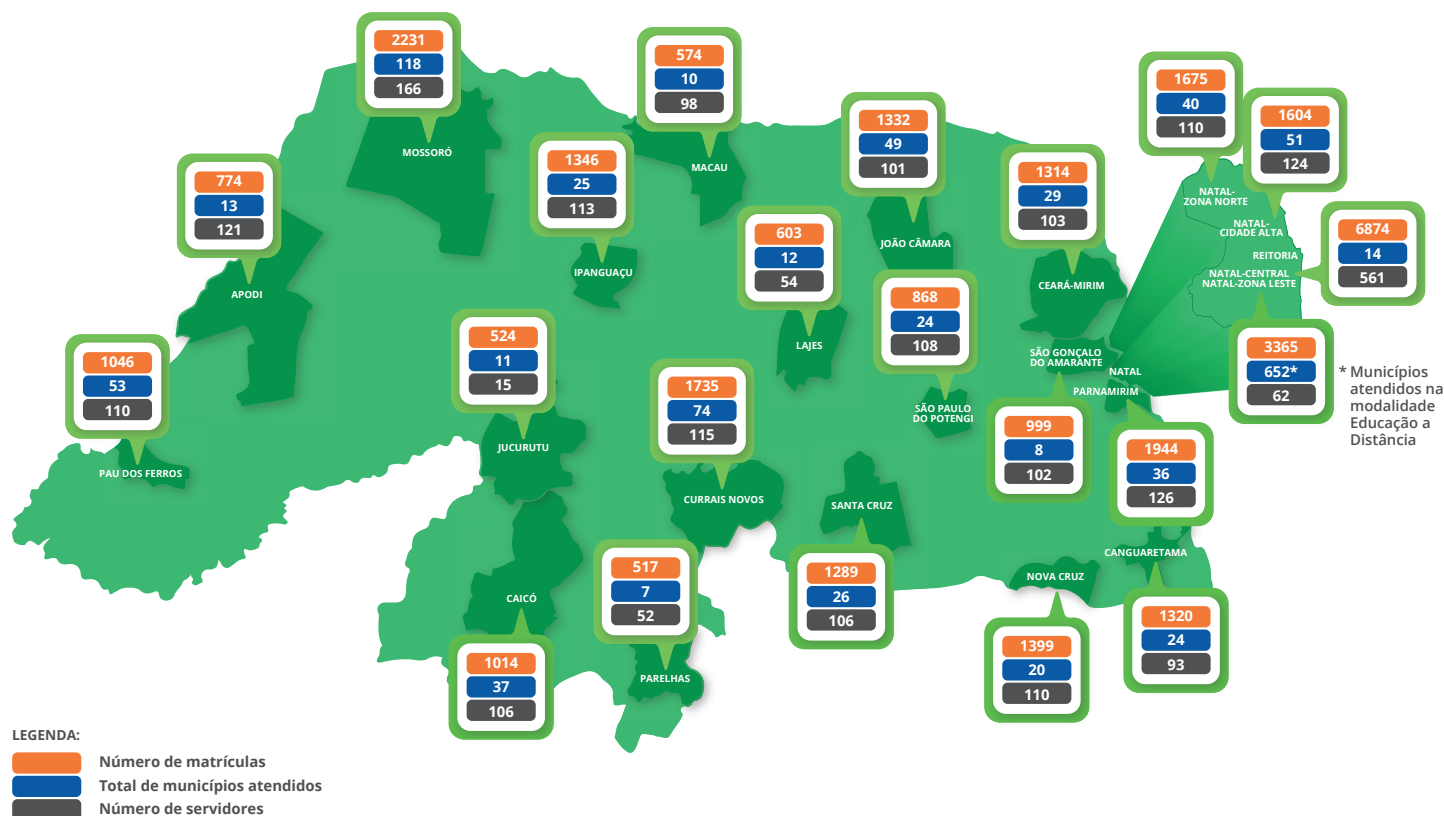
Figura 4: Principais área de gestão e finalísticas

Fonte: Comissão de Coordenação, Sistematização e Revisão Técnica (2023).

1.7. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O IFRN atua no estado do Rio Grande do Norte, com 22 unidades de ensino implantadas em 17 municípios. Sua área de abrangência, no entanto, atinge os municípios do entorno das unidades, conforme pode ser visto no mapa a seguir.

ATUAÇÃO DO IFRN NO RIO GRANDE DO NORTE



Fonte: Relatório de Gestão 2022 dos campi, SUAPdev Gestão

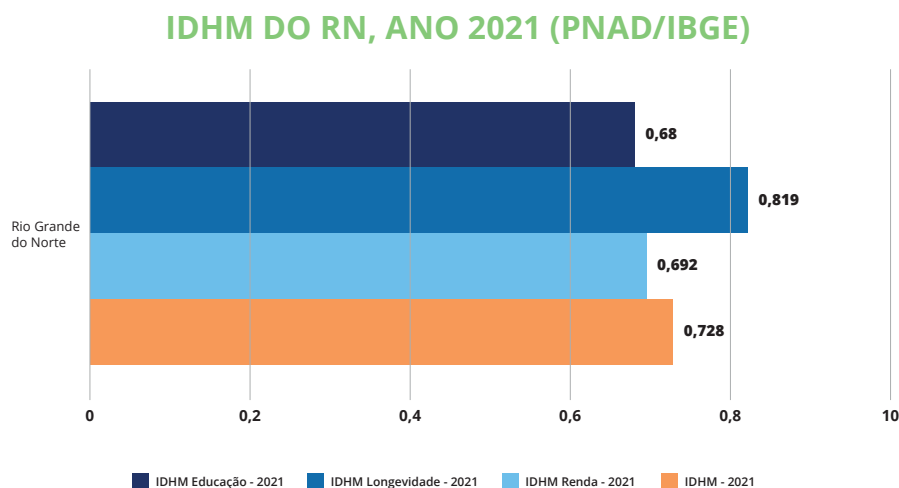
TABELA COM DADOS PARA O MAPA

CAMPI NO INTERIOR	Nº MATRÍCULAS	TOTAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	Nº DE SERVIDORES
Apodi	774	13	121
Caicó	1014	37	106
Canguaretama	1320	24	93
Ceará-Mirim	1314	29	103
Currais Novos	1735	74	115
Ipanguaçu	1346	25	113
João Câmara	1332	49	101
Jucurutu	524	11	15
Lajes	603	12	54
Macau	574	10	98
Mossoró	2231	118	166
Nova Cruz	1399	20	110
Parelhas	517	7	52
Parnamirim	1944	36	126
Pau dos Ferros	1046	53	110
Santa Cruz	1289	26	106
São Gonçalo do Amarante	999	8	102
São Paulo do Potengi	868	24	108

CAMPI SEDIADOS EM NATAL	Nº MATRÍCULAS	TOTAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	Nº DE SERVIDORES
Natal - Cidade Alta	1604	51	124
Natal - Zona Norte	1675	40	110
Natal - Central	6874	14	561
Natal - Zona Leste	3365	652	62

Fonte: Relatório de Gestão 2022 dos campi, SUAPdev Gestão

O cenário de atuação do IFRN pode ser reconhecido pelos principais indicadores sociais e econômicos divulgados para o Estado. Quanto à caracterização do território de abrangência, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) encontra-se na faixa média de 0,728, conforme dados de 2021, para uma população total de 3.168.027 habitantes, segundo o Censo 2010 do IBGE. A densidade demográfica é de 59,99 hab/km². O IDHM desdobra-se em dimensões específicas, de acordo com o gráfico a seguir.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Consulta em 27/02/2023

A dimensão que mais contribui para o IDHM no Rio Grande do Norte é a longevidade, com índice de 0,819, seguida de renda, com índice de 0,692, e de educação, com índice de 0,680.

O componente “Renda” mensurado em 2021 é formado por diversos indicadores. Em particular o RN, possui a renda per capita de R\$ 593,00 e o Índice de Gini, medida de desigualdade de renda, de 0,587, que se encontra em queda desde 1991, quando atingia o valor de 0,63. No caso do índice Gini, quanto mais próximo de zero, menos desigual é a renda

da população. A partir destes dados, podemos dizer que a renda per capita no RN é bastante inferior à referência nacional, que é de R\$ 723,84, apesar do Índice de Gini apresentar desigualdade superior à nacional, que é de 0,544.

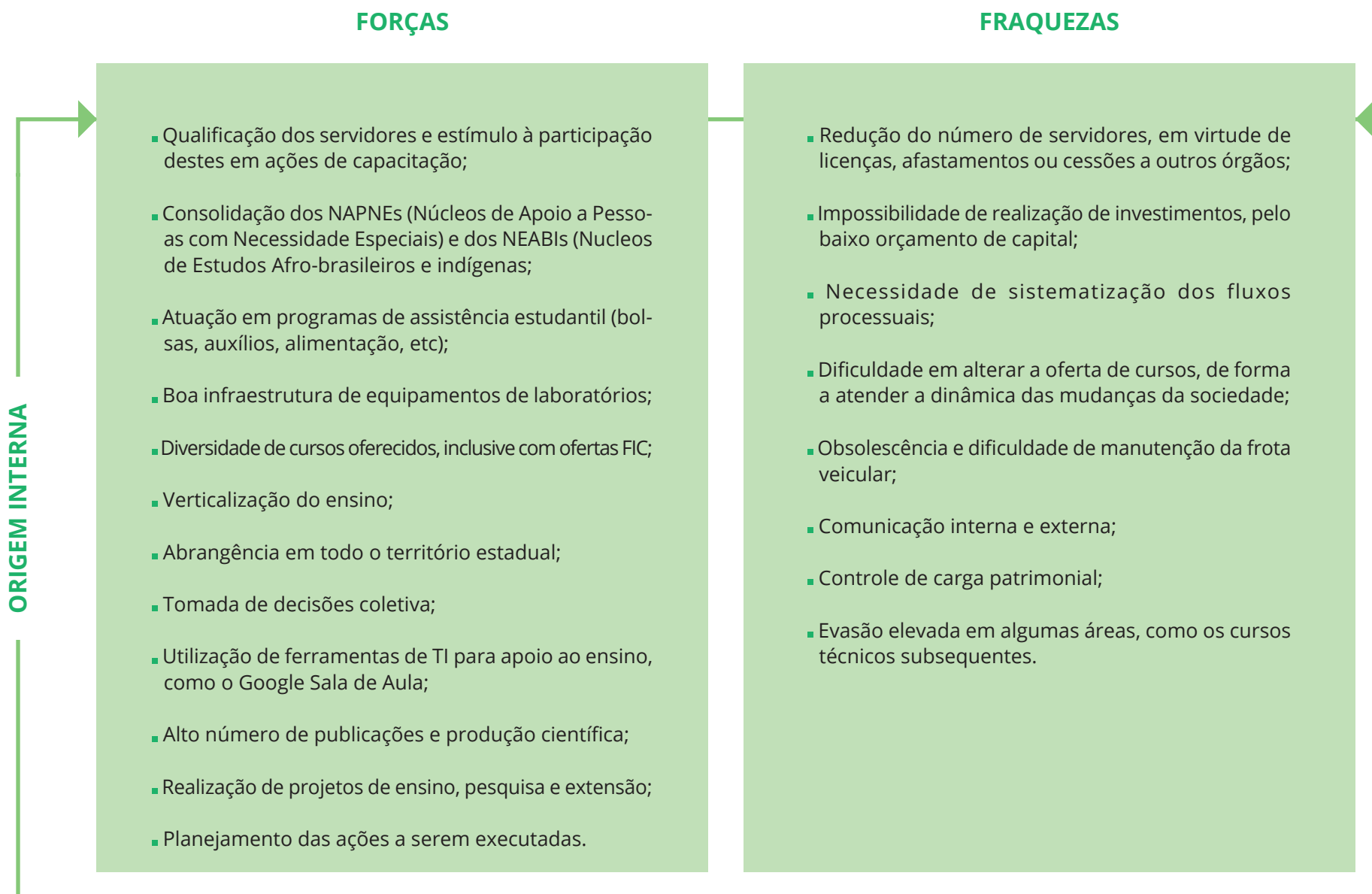
Para os índices relativos ao tema “Longevidade”, o Estado apresentava, em 2021, a esperança de vida de 74,16 anos e a mortalidade infantil de 16,84 óbitos/mil nascidos vivos, ambos apresentando melhoria em relação ao Censo de 2010, que era de 72,52 e 19,70, respectivamente. A mortalidade infantil do RN é superior à taxa nacional de 12,81 óbitos/mil nascidos vivos. A taxa de envelhecimento do estado é de 9,24%, segundo a PNAD/IBGE.

Para o tema “Trabalho”, o Estado encontra uma taxa de atividade na faixa populacional de 18 anos ou mais no patamar de 60,20%, abaixo do índice nacional de 66,54%. A taxa de desocupação para a mesma faixa populacional é de 9,69%, superior ao índice nacional de 7,29%.

Em relação ao contexto educacional, 15,37% da população de 6 a 17 anos do Estado estava cursando o ensino básico regular com 2 ou mais anos de defasagem idade-série, percentual muito elevado em comparação à média nacional de 11,46%. A taxa de frequência líquida ao ensino médio é de 54,36%, com média de 9,19 anos de estudo no Rio Grande do Norte. Para a categoria de estudantes da 8ª série/9º ano, o IDEB foi de 3,9 em 2021, inferior ao último índice de 2019 que era de 4,1. Apesar das progressos alcançados ao longo dos anos, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que busca qualificar a educação recebida, ainda se encontra abaixo das metas estabelecidas para o Estado.

Conclui-se, portanto, que a área de atuação do IFRN, constituída no território do Estado do Rio Grande do Norte, é uma região que se encontra em processo de desenvolvimento, demonstrando evolução ao longo dos anos de pesquisa para o Índice de Desenvolvimento Humano, para a maioria dos temas. Quando comparada ao contexto nacional, entretanto, ocorre a necessidade de superação de desafios, uma vez que as condições de saúde básica, trabalho e educação ainda se encontram abaixo da média, resultando no IDHM em faixa média.

IDENTIFICAÇÃO DE FORÇAS E FRAQUEZAS



IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

OPORTUNIDADES

- Ampliação das parcerias com empresas privadas, visando ampliar as ofertas de estágios e de programas como o Jovem Aprendiz;
- Planos e Programas públicos nacionais e estaduais de crescimento
- Aumento de investimentos em áreas de atuação institucional, como energias renováveis, tecnologia da informação, mineração e petróleo e gás;
- Ampliação das relações com as escolas das regiões de ação das unidades, visando uma maior integração;
- Possibilidade de realização de algumas atividades administrativas de forma remota, através do Programa de Gestão de Desempenho;
- Captação de recursos a partir de editais externos de fomento, com o apoio do Escritório de Projetos.

AMEAÇAS

- Inviabilização do funcionamento de algumas unidades, em virtude dos constantes cortes orçamentários;
- Deficiências no transporte público escolar;
- Problemas de segurança pública em algumas regiões;
- Saturação do mercado para alguns cursos específicos;
- Aumento da evasão escolar;
- Crise econômica que atinge boa parte das famílias dos alunos;
- Mudanças em legislações diversas, especialmente no tocante às compras e contratações de bens e serviços.

ORIGEM EXTERNA

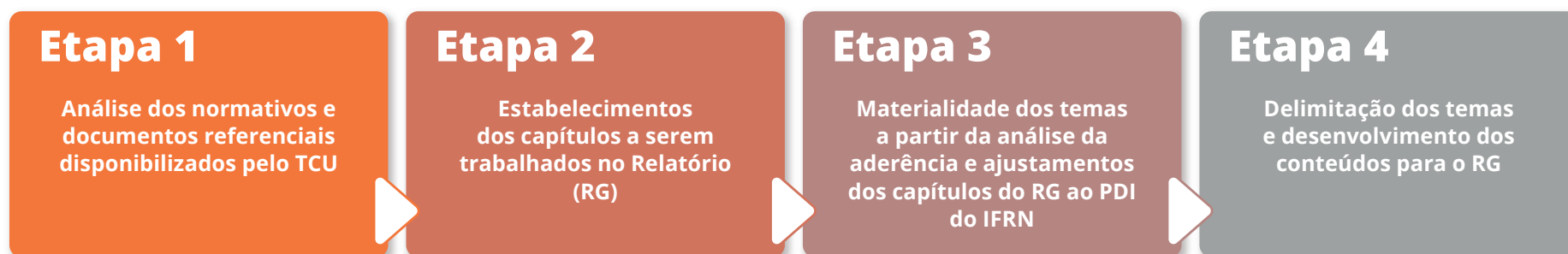
1.8. DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MATERIALIDADE DOS TEMAS E LIMITES DO RELATO

Os temas escolhidos para estarem presentes neste relatório integrado foram determinados a partir do alinhamento entre a orientação estratégica do IFRN, conceituada em sua missão de “prover formação humana, científica e profissional aos discentes visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte” (PDI 2019-2026) e desdobrada em 20 objetivos estratégicos, e as indicações realizadas pelo Tribunal de Contas

da União, por meio da Decisão Normativa TCU 187/2020 e por meio do guia de elaboração na forma de relato integrado.

Dessa forma, apresenta-se, a seguir, a figura que visa representar o processo de determinação da materialidade dos temas e delimitação do escopo do Relatório.



Representação das etapas percorridas para a materialidade e delimitação dos temas do RG.

As áreas sistêmicas da instituição, cujos gestores são responsáveis pela execução dos projetos estratégicos institucionais, são as instâncias de governança que delimitam o escopo dos conteúdos a serem apresentados no Relatório de Gestão. Tal delimitação se baseia: a) nos conteúdos estabelecidos pelos normativos nos órgãos de controle; b) nas atividades

que requerem maior esforço institucional (seja por meio de investimento financeiro e/ou de pessoal) e; c) nos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional e seu desdobramento anual, que prevê as atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano e que serão objeto de análise sobre os resultados no Relatório.

2

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



2.1. ESTRATÉGIA DE GESTÃO

O planejamento estratégico do IFRN tem como principal instrumento norteador o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2026), previsto no Artigo 20 do Decreto no 9.235/2017. O PDI foi elaborado com a participação de toda a comunidade acadêmica e da sociedade, para um período de oito anos, com ajustes em datas previamente definidas, e sua construção foi baseada nos fundamentos do BSC (Balanced Score Card), referendado pelo CONSUP em 26 de abril de 2019.

O objetivo do PDI é indicar o caminho pelo qual a Instituição deve seguir no intuito de cumprir a sua missão e alcançar seus objetivos para o período mínimo de cinco anos. O PDI constitui-se não apenas de um instrumento de gestão, norteador do caminho a ser seguido e da forma como cumprir sua missão e alcançar seus objetivos, mas também é um requisito legal para o credenciamento de Instituições Públicas de Ensino Superior.

Para o planejamento estratégico do IFRN, as perspectivas do BSC foram definidas tendo como base outros modelos de planejamento estratégico desenvolvidos em outros Institutos da rede federal de ensino, com as devidas adaptações para a nossa realidade. As perspectivas utilizadas neste planejamento foram:

Perspectiva de Estudantes e Sociedade: para alcançarmos a nossa visão, que resultados devemos gerar para os nossos estudantes e para a sociedade em geral?

Perspectiva de Processos Acadêmicos: para satisfazermos nossos estudantes, que processos, no âmbito acadêmico, são considerados críticos, demandando melhorias?

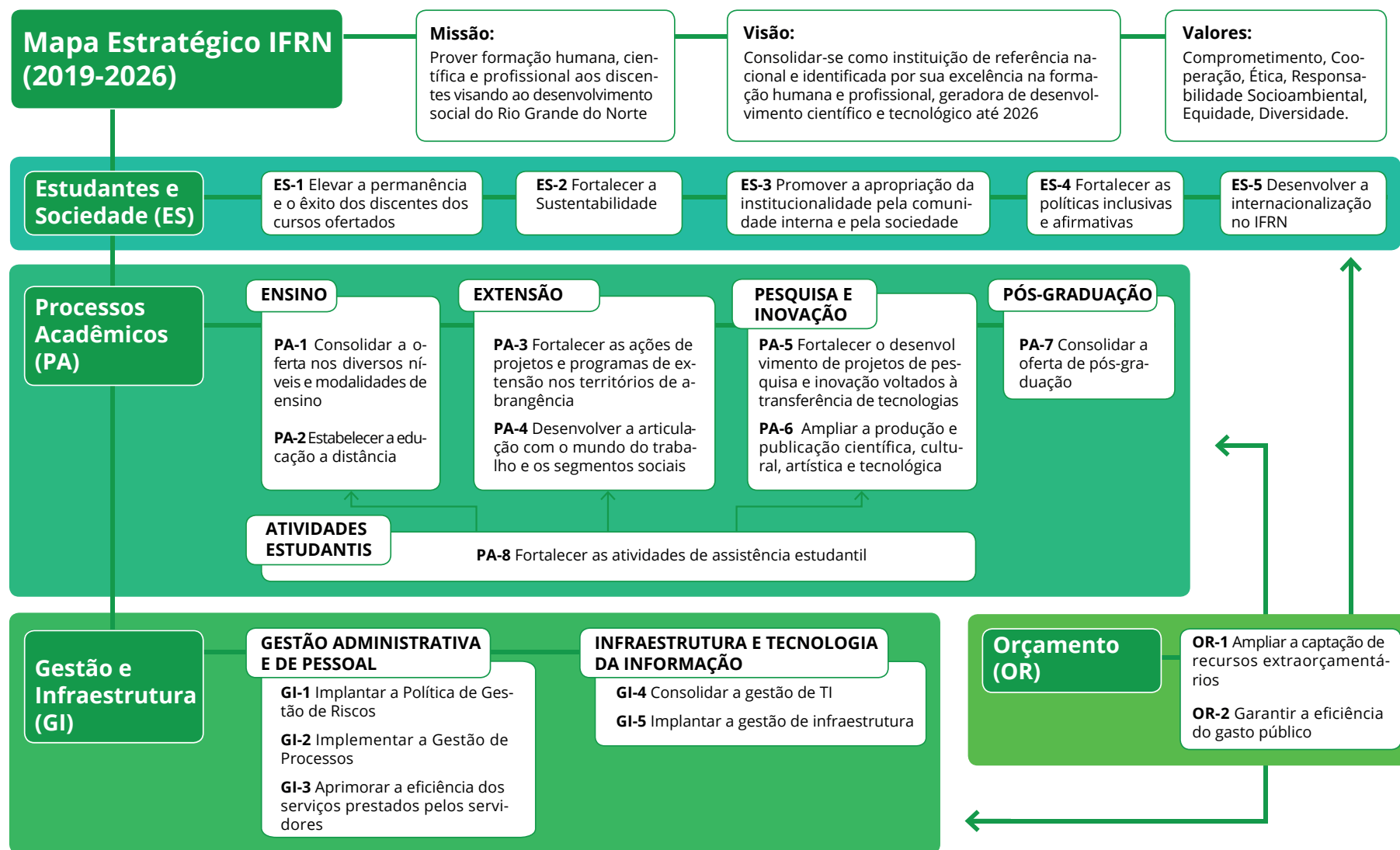
Perspectiva de Gestão e Infraestrutura: para melhorar nossos processos acadêmicos, que aspectos da gestão e da infraestrutura do IFRN são considerados críticos, e deveremos aperfeiçoar?

Perspectiva Orçamentária: para alcançar nossa visão e promover a melhoria das demais perspectivas, que estruturas orçamentárias são consideradas críticas e deveremos seguir?

Uma vez definidas as perspectivas, o segundo passo para a aplicação do BSC foi dado com a construção do mapa estratégico. O mapa estratégico se refere a uma representação visual das relações de causa e efeito dos componentes da estratégia (perspectivas), contemplando os objetivos (resultados) que devem ser alcançados por cada perspectiva.

Dessa forma, foi construído o mapa estratégico com as perspectivas e os objetivos estratégicos a serem alcançados. É importante considerar que, em algumas perspectivas, houve a necessidade de definir temas estratégicos, em virtude da complexidade e do conjunto de variáveis distintas a serem consideradas nessas perspectivas. Os temas estratégicos possibilitam a criação de valor, neste caso, para os estudantes e sociedade em geral por meio de um fluxo de valor no mapa estratégico, ajudando o seu alinhamento, ou seja, os temas estratégicos são importantes para promover a integração e o alinhamento entre as diferentes áreas.

MAPA ESTRATÉGICO DO IFRN



Fonte: PDI IFRN 2019-2026

2.2. APOIO DA GOVERNANÇA NA GERAÇÃO DE VALOR

A estrutura de governança do IFRN compreende um conjunto de instâncias, bases normativas, atribuições e a forma de atuação de cada instância. Este conjunto tem como objetivo regular a maneira como a instituição é dirigida, administrada e/ou controlada.

Procurando se adequar aos paradigmas modernos da boa gestão, seja no que diz respeito à observância de normas legais, seja no que se refere à adoção de práticas organizacionais tidas como eficientes e eficazes, o IFRN tem o compromisso de, progressivamente, promover mecanismos de governança que assegurem o fiel cumprimento de sua missão institucional.

O atual sistema de governança engloba:

- I. Operação de unidades diretamente relacionadas ao propósito, como instâncias de assessoramento/deliberação coletivas (Colegiado de *Campus*, Colégio de Dirigentes, Conselho Superior, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, entre outros) e instâncias de avaliação, controle, prevenção e tratamento de riscos (Auditoria Interna, Comissão de Ética, Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos, Procuradoria Jurídica, Núcleo de Gestão de Riscos e Unidade de Gestão da Integridade);
- II. Acesso e participação da sociedade na gestão, com garantia de participação em órgãos consultivos e/ou deliberativos e disponibilização de canais de interlocução, como o Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidoria.



2.3. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS E DE ROTINA

	PROJETOS / ETAPAS	PLANEJADO (R\$)	EMPENHADO (R\$)
AA	Diagnóstico de permanência e êxito dos alunos assistidos	R\$ 5.921,25	-
AB	Otimização dos recursos dos programas de alimentação (PNAE e PNAES)	R\$ 11.842,50	-
AC	Rotinas de Atividades Estudantis	R\$ 17.962.790,05	R\$ 24.481.278,88
CA	Reestruturação da comunicação audiovisual	10.000,00	-
CB	Reforma do site institucional	-	-
CC	Rotinas da Comunicação Social	R\$ 30.527,00	R\$ 785.889,93
DA	Metodologia de Gestão de Riscos	-	-
DB	Reserva Técnica e Emendas Parlamentares	R\$ 31.481.729,80	R\$ 356.595,45
DC	Rotinas do Planejamento e Desenvolvimento Institucional	R\$ 29.245,00	R\$ 19.091,59
EA	Plano de Monitoramento de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de cursos e Recredenciamento	R\$ 173.700,00	-
EB	Projeto Estratégico de Acesso Permanência e Êxito por tipo de oferta	R\$ 50.000,00	-
EC	Rotinas do Ensino	R\$ 2.784.406,53	R\$ 1.823.232,09
GA	Planos Diretores de Infraestrutura do IFRN - PDInfra	R\$ 2.734.294,73	R\$ 5.639.875,10
GB	Planos de inspeção e manutenção das unidades	R\$ 492.167,53	R\$ 679.354,97
GC	Plano de economia, uso eficiente e reuso da água dos campi do IFRN	R\$ 69.150,25	-
GD	Programa de economia e uso suficiente da energia elétrica	R\$ 45.546,78	-
IA	IFRN Internacional	R\$ 21.495,86	R\$ 404.951,26
IB	Rotinas das Relações Internacionais	R\$ 133.689,14	R\$ 83.519,94
MA	MA - Otimização dos gastos com contratos continuados	R\$ 31.660.676,26	R\$ 34.537.516,12

MB	MB - Mapeamento de atividades com potencial de captação de receita própria	R\$ 2.558.920,00	R\$ 803.009,18
MC	Rotinas da Administração	R\$ 4.952.885,90	R\$ 12.467.497,52
PA	Fortalecimento dos núcleos e centros de pesquisa e inovação	R\$ 516.300,00	R\$ 684.055,72
PB	Incentivo a projetos com potencial de ascendência na inovação tecnológica	R\$ 20.400,00	R\$ 254.234,84
PC	Elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de Inovação e de Em	R\$ 329.600,00	R\$ 613.454,38
PD	Reestruturação da Pós-Graduação	R\$ 238.000,00	R\$ 360.040,96
PE	Rotinas de Pesquisa e Inovação	R\$ 249.253,00	R\$ 256.319,68
SA	Capacitação de servidores com foco em competências	R\$ 1.316.000,00	R\$ 1.211.960,12
SB	Mapeamento das Competências Técnicas e Comportamentais	-	-
SC	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho	R\$ 387.938,92	R\$ 246.536,42
SD	Rotinas de Gestão de Pessoas	R\$ 603.025.669,11	R\$ 610.239.769,24
TA	Aplicação de tecnologias disruptivas para apoio e aprimoramento da gestão.	R\$ 75.600,00	R\$ 87.000,00
TB	Contratação de Desktop Virtual	R\$ 24.191,52	R\$ 3.817.050,00
TC	Suap Framework	-	-
TD	Execução do PDTI	R\$ 890.990,14	R\$ 1.147.011,22
XA	Avaliação do Impacto social das iniciativas de extensão	-	-
XB	Capacitação da comunidade interna para desenvolvimento das ações de Extensão.	-	-
XC	Prospecção das demandas de extensão nos territórios de abrangência do IFRN.	-	-
XD	Rotinas da Extensão	R\$ 1.244.267,00	R\$ 1.363.964,32
ZA	Institucionalização EAD	-	-
ZB	Produção de Material Didático Acessível	-	-
ZC	Reestruturação do PROITEC	-	-
TOTAL GERAL		R\$ 703.527.198,27	R\$ 702.363.208,93

2.3.1. Objetivos Estratégicos da perspectiva Estudantes e Sociedade

Para alcançarmos a nossa visão, que resultados devemos gerar para os nossos estudantes e para a sociedade em geral?

Objetivo estratégico: **ES1 – Elevar a permanência e êxito dos discentes dos cursos ofertados**

INDICADORES

IEAC (TCU) - Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes*

Meta 2022:	Resultado 2022:
64,6%	50,4%

SITUAÇÃO:
PARCIALMENTE
ALCANÇADO

IEI (MEC) - Índice de Eficácia da Instituição*

Meta 2022:	Resultado 2022:
25,9%	17,2%

SITUAÇÃO:
NÃO ALCANÇADO

IEfet - Índice de Efetividade Acadêmica por Modalidade de Ensino*

Meta 2022:	Resultado 2022:
34,8%	28,9%

SITUAÇÃO:
PARCIALMENTE
ALCANÇADO

IEI (MEC) - Índice de Eficiência da Instituição*

Meta 2022:	Resultado 2022:
71,9%	67,1 %

SITUAÇÃO:
ALCANÇADO

IPE - Índice de Permanência e Êxito*

Meta 2022:	Resultado 2022:
77,6%	73,3%

SITUAÇÃO:
ALCANÇADO

IRFE (TCU) - Índice de Retenção do Fluxo Escolar**

Meta 2022:	Resultado 2022:
10,6%	13,9%

SITUAÇÃO:
PARCIALMENTE
ALCANÇADO

RC/A(TCU) - Relação Concluintes/Aluno*

Meta 2022:	Resultado 2022:
36,0%	25,7%

SITUAÇÃO:
PARCIALMENTE
ALCANÇADO

TC - Taxa de Conclusão (por modalidade de ensino)*

Meta 2022:	Resultado 2022:
20,4%	14,0%

SITUAÇÃO:
NÃO ALCANÇADO

TE - Taxa de Evasão (por modalidade de ensino)**

Meta 2022:	Resultado 2022:
10,9%	13,0%

SITUAÇÃO:
PARCIALMENTE ALCANÇADO

TMCrg - Taxa de Matrícula Ativa Regular (por modalidade de ensino)*

Meta 2022:	Resultado 2022:
57,2%	59,3%

SITUAÇÃO: ALCANÇADO

TMCrt - Taxa de Matrícula Ativa Retida (por modalidade de ensino)**

Meta 2022:	Resultado 2022:
13,7%	13,7%

SITUAÇÃO: ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

** Quanto **MENOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 33 e 34):

EB	EC	MA	PA	PB	PC	PD	TB	XA	XB	XC	XD	ZB
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Progresso: 80,31%



Não alcançado



Parcialmente alcançado



Alcançado



Não informado/Não se aplica





ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES1

Principais resultados alcançados:

- Atendimento ao objetivo estratégico por meio de ações sistêmicas que viabilizaram o retorno às atividades acadêmicas integralmente de forma presencial a partir do início do ano letivo 2022, em abril; adoção de estratégias das equipes multidisciplinares dos campi para acompanhamento pedagógico e psicossocial dos estudantes que apresentaram dificuldades no retorno à presencialidade; efetividade na contratação de profissionais para acompanhamento e apoio aos estudantes PCD.

Desafios futuros:

- Recomposição orçamentária que viabilize a devida execução do projeto estratégico.
- Alcance das metas estabelecidas no PDI 2019-2026, visando atender ao objetivo estratégico, considerando a revisão feita nesse documento no ano letivo 2022;.
- Adequação do calendário acadêmico de modo que a conclusão de suas atividades ocorra dentro do calendário civil.

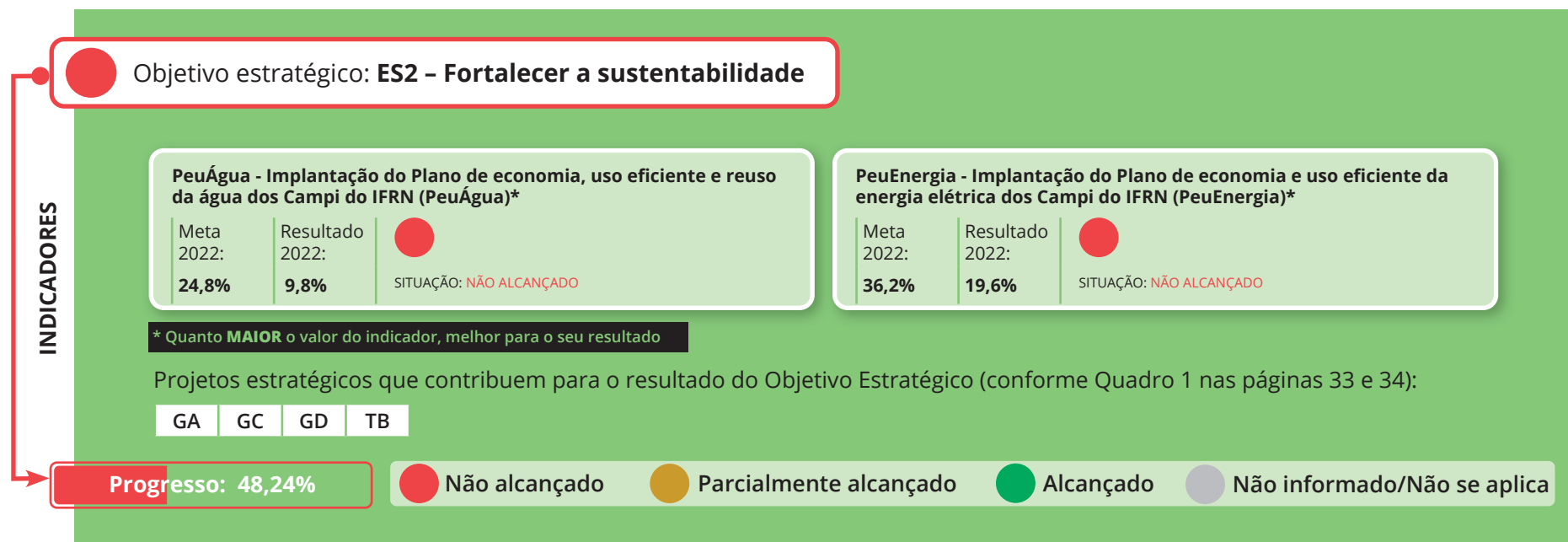
Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Bloqueios orçamentários de forma reiterada ao longo de 2022.
- Indicadores com resultado distorcido devido ao ano letivo 2022 permanecer em curso até fevereiro de 2023, ainda em razão da interrupção do calendário acadêmico de março a outubro de 2020.
- Estudantes que apresentaram dificuldades pedagógicas e psicossociais no retorno à presencialidade. Por exemplo, estudantes que cursaram o terceiro ano de determinados cursos em 2022, mas que tiveram as primeiras atividades presenciais apenas nesse ano. Também foi significativa a situação de estudantes residentes em municípios e estados diversos do campus no qual ingressaram na Instituição durante a pandemia, de modo que não conseguiram continuar frequentando os respectivos cursos após o retorno à presencialidade.
- Falta de garantia do transporte escolar por algumas prefeituras após o retorno à presencialidade.

Riscos identificados:

- Elevação dos índices de trancamento de matrículas e consequente evasão em decorrência de adequações familiares às circunstâncias da volta integral à presencialidade.
- Não recomposição orçamentária.





ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES2

O não alcance das metas do ano 2022, bem como o baixo atingimento do objetivo estratégico ES2, está associado à dificuldade que a DIENG encontra em desenvolver ações sistêmicas, bem como ao reduzido número de servidores e vultuoso volume de atividades no dia a dia desta Diretoria. A despeito dessas dificuldades, a DIENG proporcionou, aos servidores em exercício no próprio setor, como ação efetiva relacionada ao objetivo estratégico fortalecer a sustentabilidade, a realização de reuniões para discussão, entendimento e aprimoramento do conceito e das possibilidades de ações no âmbito dos Planos/Programas PeuÁgua e PeuEnergia. Como resultado destas discussões, vislumbra-se o delineamento de uma nova abordagem para elaboração e implementação do plano de economia, uso eficiente e reuso da água e do programa de economia e uso suficiente da energia elétrica. Em contrapartida, a cultura institucional, a despeito das limitações que a DEING apresenta, continua a ser marcada pelo desenvolvimento de diversas e significativas ações de economia e uso eficiente de água e energia elétrica em diversos campi, com ênfase no reuso de águas pluviais, uso de água de poços artesianos e reutilização de águas servidas, bem como substituição na iluminação para uso de lâmpadas LED, ampliação, uso e manutenção de usinas fotovoltaicas para produção de energia elétrica a partir de fonte renovável. Nessa perspectiva, seja a partir de ações rotineiras ou mesmo novas ações isoladamente em alguns campi, práticas de sustentabilidade continuam sendo uma constante no IFRN como um todo.





Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

As ações de economia e uso eficiente de água e energia elétrica em 2022 continuaram sendo realizadas isoladamente pelos campi a partir de suas próprias necessidades e iniciativas. Em contraste com 2021, ano dos efeitos de redução do consumo de água e energia elétrica relacionados com a pandemia da COVID-19, constata-se que o consumo em 2022 aumentou, todavia, a realização de ações de conscientização e alerta sobre o uso racional da água e energia elétrica são frequentes.

- Energia elétrica:
 - Ações rotineiras: cultura de aquisição e utilização de lâmpadas de LED para ambientes internos e externos; produção de energia elétrica a partir de fonte renovável, exceto no Campus Pau dos Ferros, devido a obras em andamento, a partir das usinas fotovoltaicas na Reitoria e em todos os campi, exceto no Campus Jucurutu, que ainda está em construção.
 - Novas ações: Substituição de quadros elétricos e melhor distribuição de cargas no Campus CNAT, maior e mais antigo Campus da Instituição e campanhas educativas para uso racional de energia elétrica em alguns campi.
- Água:
 - Ações rotineiras: uso de água de poços artesianos regularizados para usos gerais; captação e reuso de água de máquinas de ar-condicionado para limpeza de ambientes e para irrigação de jardins; reutilização de água desprezada pelos destiladores em laboratórios; captação, armazenamento em cisternas e uso de águas pluviais.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- A falta de articulação e iniciativa de ações sistêmicas e planejadas, como previsto e proposto por meio da primeira versão do PDI 2019-2026, corroboram com a incompreensão e falta de engajamento por parte dos gestores e servidores como um todo. Dessa forma, cada unidade tem realizado ações pontuais, segundo suas próprias necessidades e iniciativas.

Riscos identificados:

- Ausência de comunicação e de articulação das ações tomadas pelas unidades em relação às prioridades e orientações técnicas da Diretoria de Engenharia e Infraestrutura.
- Corpo técnico limitado para a condução dos trabalhos nas unidades.
- Falta de orçamento de investimento para execução de ações estruturantes de sustentabilidade de maior porte.
- Atraso significativo no atingimento das metas previstas no PDI em relação ao Objetivo Estratégico ES2.





- Novas ações: Campus Jucurutu - licitação para construção de Estação de Tratamento de Esgoto com vistas a reutilização da água tratada para irrigação no próprio Campus.
- Resíduos sólidos:
 - Ações rotineiras: contratação de empresas para destinação dos resíduos hospitalares gerados, na coleta de pilhas e baterias nas unidades, com destinação adequada desses materiais e coleta seletiva dos resíduos recicláveis.

Desafios futuros:

- Conscientizar a alta gestão da Instituição e toda a comunidade acadêmica a respeito da urgência e relevância da elaboração e implementação, a partir da realidade e necessidades de cada Campus, do PeuÁgua e PeuEnergia.
- Elaborar e efetivar a implantação, a partir de ação conjunta dos campi com a Reitoria, de plano de economia de água e energia elétrica adequados à realidade de cada unidade, considerando a atual quantidade e disponibilidade de servidores que compõem a força técnica de trabalho da Instituição.



INDICADORES



Objetivo estratégico: **ES3 – Promover a apropriação da institucionalidade pela comunidade interna e pela sociedade**

RC/V(TCU) - Relação Candidato/Vaga*

Meta 2022:	Resultado 2022:
5,4	4,8



SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

Apr_dis - Número de discentes encaminhados para Programa de Aprendizagem*

Meta 2022:	Resultado 2022:
892	312



SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

IS - Índice de satisfação com a instituição*

Meta 2022:	Resultado 2022:
4,2	0,0



SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

PMEBas - Quantidade de escolas apoiadas em programas de melhoria da qualidade da educação básica (desdobramento por município)*

Meta 2022:	Resultado 2022:
94	45



SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

Percep - Percepção sobre a instituição (Portal-externa)*

Meta 2022:	Resultado 2022:
3,3	0



SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

Estg_dis - Número de discentes encaminhados para Estágio*

Meta 2022:	Resultado 2022:
973	890



SITUAÇÃO: ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 33 e 34):

CA	CB	CC	GC	XA	XB	XC	XD
----	----	----	----	----	----	----	----

Progresso: 39,97%



Não alcançado



Parcialmente alcançado



Alcançado



Não informado/Não se aplica



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES3

Principais resultados alcançados:

- A meta de discentes encaminhados para estágio foi alcançada parcialmente em 91,8%, representando um crescimento de 8% em relação a 2021.
- O campus Lajes conseguiu um aumento de mais de 200% em número de alunos encaminhados para estágio em relação a 2021.
- A meta de discentes encaminhados para aprendizagem ficou aquém do esperado (apenas 36,3% de alcance), registrando-se um decréscimo de 16% em relação a 2021.
- RC/V(TCU) foi alcançado parcialmente (88,9%). Esse é um resultado satisfatório, posto que, em 2022, deu-se o processo de retomada das atividades presenciais em decorrência de melhores índices de imunização pela ampliação da cobertura vacinal contra a COVID-19.
- IS e Percep - Esses indicadores estão comprometidos porque não constam no relatório da CPA.

Desafios futuros:

- Ampliação do quadro de pessoal da ASREMT e das Coordenações de Extensão dos campi para que possam desenvolver mais ações de articulação com o mundo do trabalho.
- Disponibilidade de recursos, como veículos, para realização de visitas técnicas a potenciais concedentes de estágio e aprendizagem.
- Recomposição orçamentária.
- Intensificar e aperfeiçoar a divulgação dos processos seletivos junto à comunidade.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Número de servidores insuficiente na ASREMT e nas Coordenações de Extensão dos campi, o que dificulta a realização de visitas técnicas e articulação com as respectivas coordenações de curso para divulgação dos cursos e captação de vagas.
- Restrições orçamentárias;
- PMEBas - A quantidade de escolas apoiadas está relacionada com os programas de Residência Pedagógica e PIBID. A quantidade de bolsas disponibilizadas pela Capes no Edital vigente em 2022 foi menor do que os editais anteriores, dificultando a ampliação desse número. Pondera-se que o indicador poderia ser mais amplo. Ou seja, não se restringir apenas a escolas atendidas pelo IFRN no âmbito desses dois programas, posto que vários campi atendem escolas públicas por outros meios. Por exemplo, em 2022, por meio do Projeto Institucional
- IS e Percep - Esses indicadores estão comprometidos, porque não constam no relatório da CPA

Riscos identificados:

- Baixa divulgação e promoção dos cursos ofertados pelo IFRN, com considerável desconhecimento dos profissionais de Recursos Humanos das organizações do RN a respeito da existência e dos diferenciais existentes em determinados cursos.
- Saturação ou baixíssima oferta/disponibilidade de oportunidades laborais em relação a determinados cursos.
- Manutenção das restrições orçamentárias.
- Manutenção da quantidade de bolsas disponibilizadas pela CAPES no âmbito do PIBID e Residência Pedagógica.

Objetivo estratégico: **ES4 – Fortalecer as políticas inclusivas e afirmativas**

INDICADORES

INEE - Índice de atendimento de discentes com necessidades educacionais específicas (desdobramento por tipo de necessidade)*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
100%	66,9%	 SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

INANE - Índice de cumprimento de ações do Napne e Neabi*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
100%	161%	 SITUAÇÃO: ALCANÇADO

IPE-NEE - Desdobramentos dos índices de permanência e êxito para discentes com NEE*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
75,8%	69,1%	 SITUAÇÃO: ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 33 e 34):

EC GA PA PB ZB ZC

Progresso: 84,99%

 Não alcançado  Parcialmente alcançado  Alcançado  Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES4

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- Efetividade das ações planejadas do Neabi e do Napne, concretizadas por meio de atividades realizadas no âmbito dos campi, permitindo atingir a meta.
- Efetiva ação do Neabi sistêmico e dos Neabis locais no processo de constituição e capacitação das bancas de heteroidentificação.
- Atuação regular do Napne no acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas, através dos profissionais especializados e das equipes multidisciplinares dos campi.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- A definição dos profissionais necessários em cada campus para atendimento aos PCD ocorre após a matrícula dos estudantes, ocasionando eventuais atrasos na contratação e, em consequência, no início efetivo das ações desses profissionais.
- Produção deste relatório antes da conclusão do período letivo compromete, parcialmente, os indicadores de conclusão.
- Limitação orçamentária que inviabiliza a contratação da integralidade dos profissionais necessários para cada campus.



Desafios futuros:

- Aperfeiçoamento da regulamentação sobre o funcionamento das bancas de heteroidentificação.
- Flexibilização da forma de contratação dos profissionais que atendem aos estudantes PCD, visando obter respostas mais ágeis às mudanças nas necessidades desses profissionais demandadas pelos campi.
- Aperfeiçoamento da efetivação dos PEI
- Buscar entendimento comum entre os campi sobre o significado do INEE, de que estudante atendido não significa apenas estudante que tem EI, posto que outras formas de atendimento ocorrem sem que o estudante tenha um PEI.
- Recomposição orçamentária.

Riscos identificados:

- Não atendimento à quantidade de profissionais demandados pelos campi por limitações orçamentárias.
- Evasão de estudantes PCD por dificuldades de aprendizagem que podem resultar em reprovação.

Objetivo estratégico: ES5 – Desenvolver a internacionalização no IFRN

INDICADORES

IMI_dis - Índice de mobilidade internacional - discentes em intercâmbio*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
0,8%	0,2%	 SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

IMI_rec - Índice de mobilidade internacional - pessoal recebido*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
74	71	 SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

IMI_serv - Índice de mobilidade internacional - servidores em intercâmbio*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
4,1%	2,3%	 SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

PCI - Número de projetos de cooperação internacional (com e sem financiamento externo)*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
24	23	 SITUAÇÃO: ALCANÇADO

PEI - Participações em eventos internacionais dentre total em mobilidade*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
1,9%	34,2%	 SITUAÇÃO: ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 33 e 34):

IA IB

Progresso: 73,92%



Não alcançado



Parcialmente alcançado



Alcançado



Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES5

Desafios futuros:

- Ampliação do número de parcerias internacionais. Em 2022, houve o registro de 09 novas parcerias, totalizando 17 parcerias internacionais vigentes em 09 países (Portugal, Espanha, França, Angola, Argentina, Colômbia, Equador, Costa Rica e Uruguai).
- Fortalecimento das parcerias com a América Latina, por meio da promoção de editais de mobilidade internacional discente, com a seleção de 13 estudantes de nível superior para cursar um semestre letivo no exterior. Vagas distribuídas entre Instituições de Ensino Superior na Colômbia, Uruguai e Equador.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para ações de internacionalização.
- Pouca familiaridade sobre a temática por parte da comunidade acadêmica.
- Baixa adesão de servidores em ações de internacionalização.



- Fortalecimento das parcerias com a América Latina, por meio da promoção de editais de mobilidade internacional discente, com a seleção de 13 estudantes de nível superior para cursar um semestre letivo no exterior. Vagas distribuídas entre Instituições de Ensino Superior na Colômbia, Uruguai e Equador.
- Participação presencial e remota de colaboradores de Instituições de Ensino Superior para atividades de ensino, pesquisa e extensão em diversos campi do interior (interiorização da internacionalização).
- Realização de eventos com foco em atividades de internacionalização com o objetivo de prospecção e divulgação das ações de internacionalização realizadas (Simpósio de Internacionalização).
- Fortalecimento da internacionalização do IFRN por meio da mobilidade internacional de servidores. Seleção de 5 servidores para realizar estágio de pós-doutorado no exterior. As oportunidades possuem como destino cinco instituições latino-americanas conveniadas (Argentina, Colômbia, Uruguai, Equador e Costa Rica).
- Ampliação da divulgação de oportunidades para intercâmbios fomentados por outras instituições (Jovens Embaixadores, STEM Academies).

Desafios futuros:

- Ampliação do orçamento e a captação externa de recursos para o fomento das atividades de internacionalização.
- Fortalecimento da política da internacionalização nos campi do interior.
- Constituição do Centro de Línguas para ampliação do alcance das ações relacionadas à política linguística do IFRN.
- Ampliação o número de estudantes de instituições estrangeiras em mobilidade internacional no IFRN, sobretudo nos campi do interior.
- Ampliação das vagas em instituições estrangeiras para o recebimento de estudantes do IFRN para intercâmbio.
- Realização de visitas aos campi para prover informações à comunidade do campus sobre a importância da internacionalização para o desenvolvimento pessoal, institucional, regional e nacional, bem como sobre oportunidades de internacionalização e como se preparar para se tornar elegível a elas.
- Ampliação das relações internacionais em países na América Latina, na África e em países de língua inglesa.

Riscos identificados:

- Desvalorização do Real e variação da cotação de moedas estrangeiras.
- Aumento do valor para emissão de passagens aéreas.
- Pouco recurso para o financiamento das ações de mobilidade internacional.
- Pouca capacitação de servidores sobre a temática da internacionalização.
- Baixa proficiência em línguas estrangeiras por parte de estudantes e servidores.



2.3.2. Objetivos Estratégicos da perspectiva Processos Acadêmicos

Para satisfazermos nossos estudantes, que processos, no âmbito acadêmico, são considerados críticos, demandando melhorias?

Objetivo estratégico: **PA1 – Consolidar a oferta nos diversos níveis e modalidades de ensino**

INDICADORES

ITCD (TCU) - Índice de Titulação do Corpo Docente*

Meta 2022:	Resultado 2022:
4,2	4,3



SITUAÇÃO: ALCANÇADO

PVEJA (MEC) - Percentual de vagas em cursos Proeja*

Meta 2022:	Resultado 2022:
7,4%	1,1%



SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

PVTec (MEC) - Percentual de vagas em cursos técnicos**

Meta 2022:	Resultado 2022:
69,9%	74,9%



SITUAÇÃO: ALCANÇADO

RA/DTI (TCU) - Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral**

Meta 2022:	Resultado 2022:
26,1	22,4



SITUAÇÃO: ALCANÇADO

RC/V (TCU) - Relação Candidato/Vaga*

Meta 2022:	Resultado 2022:
5,4	4,8



SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

RI/A (TCU) - Relação Ingressos/Aluno*

Meta 2022:	Resultado 2022:
56,1%	47,8%



SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

PMEBas - Quantidade de escolas apoiadas em programas de melhoria da qualidade da educação básica (desdobramento por município)*

Meta 2022:	Resultado 2022:
94	45



SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

PVFor (MEC) - Percentual de vagas em cursos de formação de professores*

Meta 2022:	Resultado 2022:
10,6%	8,2%



SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

** Quanto **MENOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 33 e 34):

EA	EC	ZB
----	----	----

Progresso: 75,55%



Não alcançado



Parcialmente alcançado



Alcançado



Não informado/Não se aplica



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA1

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- Resultado satisfatório do PVFor (MEC).
- Alcance da meta do indicador ITCD (TCU) em razão da permanência dos programas de pós-graduação e dos convênios estabelecidos pela instituição para a formação continuada dos servidores.
- A RA/DTI encontra-se acima dos valores do acordo de metas para os Institutos Federais.
- Crescimento do PVTec em comparação à meta anual prevista no PDI, a qual encontra-se bem acima dos valores do acordo de metas para os Institutos Federais.

Desafios futuros:

- Cumprimento do acordo de metas estabelecido no PDI 2019-2026 para a ampliação das ofertas dos cursos de Formação Docente e Proeja.

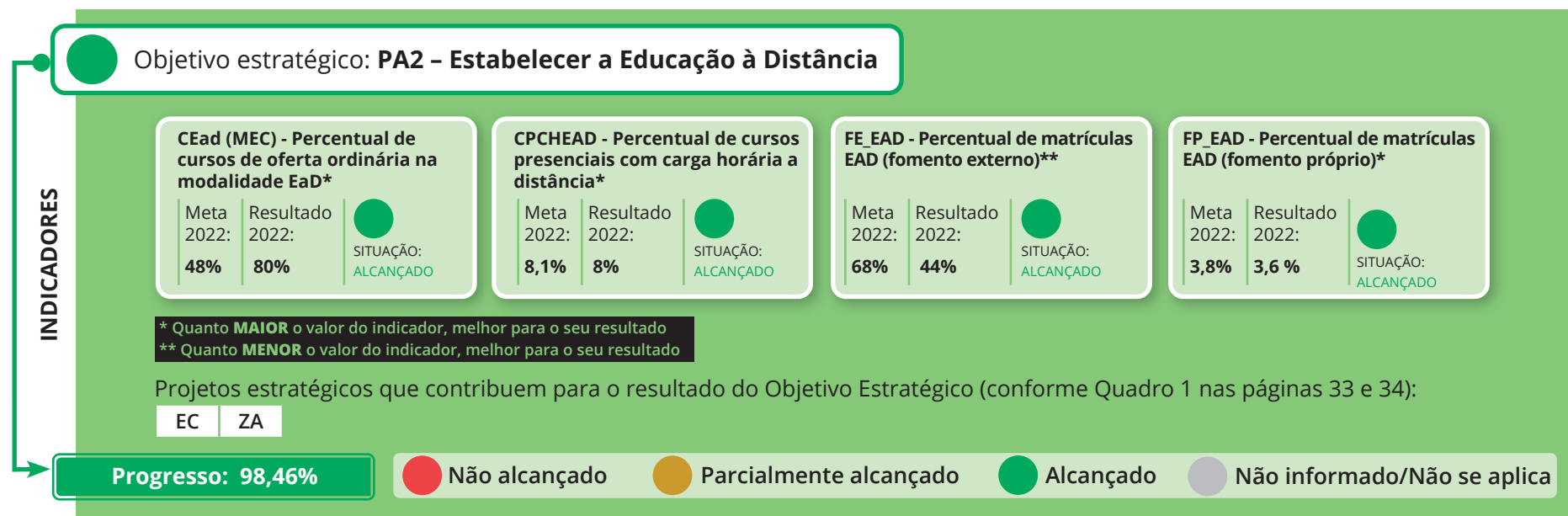
Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Restrições orçamentárias.
- Em relação ao PVEJA (MEC), o baixo índice do indicador está relacionado com o processo em curso de revisão dos PPC de modo que os campi estão aguardando a atualização das diretrizes para elaboração de novos PPC e ampliação gradual da oferta de vagas.
- PMEBas - A quantidade de escolas apoiadas está relacionada com os programas de Residência Pedagógica e PIBID. A quantidade de bolsas disponibilizadas pela Capes no Edital vigente em 2022 foi menor do que os editais anteriores, dificultando a ampliação desse número. Pondera-se que o indicador poderia ser mais amplo. Ou seja, não se restringir apenas a escolas atendidas pelo IFRN no âmbito desses dois programas, posto que vários campi atendem escolas públicas por outros meios. Por exemplo, em 2022, por meio do Projeto Institucional.

Riscos identificados:

- Manutenção das restrições orçamentárias.
- Manutenção da quantidade de bolsas disponibilizadas pela CAPES no âmbito do PIBID e Residência Pedagógica.
- Não priorização da ampliação da oferta de vagas na modalidade EJA pelos campi.





ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA2

Principais resultados alcançados:

- Em 2022, o Campus Avançado Natal Zona Leste, na modalidade EAD, contou com 2.867 matrículas, sendo 1.763 matrículas em 11 cursos de Especialização, 83 matrículas em 2 cursos de licenciatura, 133 matrículas em 2 cursos em tecnologia, 355 matrículas em 3 cursos técnicos subsequente, e 533 matrículas em 3 cursos FIC.

Desafios futuros:

- Ampliação das ofertas com fomento próprio e externo.
- Regulamentação da EAD na Organização Didática e estabelecimento de normativos da porcentagem EAD nos cursos presenciais.
- Melhoramento da infraestrutura do Campus Zona Leste.
- Ampliação do número de servidores docentes e técnicos para se adequar a tipologia 40/26, mudança de campus avançado para campus conforme Portaria 713/2021 do MEC.
- Elaboração e atualização de material didático para a modalidade EAD.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Redução da oferta de cursos fomentados pela Universidade Aberta do Brasil.
- Falta de oferta de curso fomentados pela Rede Escola Técnica Aberta do Brasil.

Riscos identificados:

- Dificuldade na Manutenção da infraestrutura dos prédios do Campus Avançado Natal Zona Leste.
- Aquisição de novos equipamentos para produção de material didático.

Objetivo estratégico: PA3 – Fortalecer as ações de projetos e programas de extensão nos territórios de abrangência

INDICADORES

GEE_TAE - Grau de Envolvimento em Extensão (GEE) por categorias - TAE*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
23%	17,2%	SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

PAS_EX - Percentual de projetos de ação social*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
67%	61,3%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

PEX - Número de projetos de extensão*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
370	385	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

GEE_dis - Grau de Envolvimento em Extensão (GEE) por categorias - discente técnico e superior*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
8,4%	8,3%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

GEE_doc - Grau de Envolvimento em Extensão (GEE) por categorias - docente*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
44,3%	45,3%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 33 e 34):

XA	XB	XC	XD
----	----	----	----

Progresso: 94,70%

Não alcançado Parcialmente alcançado Alcançado Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA3

Principais resultados alcançados:

- Em 2022, foi atingido um número expressivo de projetos desenvolvidos, chegando a 385, indo além da meta prevista no PDI, que era de 370 projetos. Além disso, em 13 dos 22 campi, as metas individuais para realização de projetos de Extensão foram alcançadas/superadas e em 6 foram parcialmente alcançadas.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O fator que sempre prejudicou o aumento dos números de projetos executados era a não ampliação de fomento para extensão, problema que em 2022 foi contornado com o recurso de emendas parlamentares destinado à assistência estudantil, mas que por ser uma solução paliativa, para um ano isolado, não nos garante a repetição dos bons resultados para anos seguintes, uma vez que o recurso para 2023 já está reduzido, o que provavelmente ocasionará uma baixa neste número.



- 61,3% dos projetos executados em 2022 possuíram cunho social, conforme classificação de seus coordenadores, também chegando bem próximo a meta de 67% estabelecida no PDI 2019-2026, sendo, portanto, considerado como meta atingida.
- Destaque para os projetos executados com fomento externo, num total de 17, um número expressivo obtido por meio de ações específicas voltadas a captação desses recursos.
- Bom desempenho do indicador Grau de Envolvimento em Extensão, contando com a participação de 45,3% dos docentes (meta atingida), 17,2% dos técnicos administrativos (meta parcialmente atingida) e 8,3% dos discentes (meta atingida) atuando nos projetos como bolsistas ou não bolsistas.
- Oferta de 08 turmas de capacitação para os servidores das coordenações de extensão, monitores de projetos e servidores que desejam atuar em projetos de extensão, com o objetivo de disseminar a cultura extensionista e estimular o interesse no desenvolvimento de projetos.

Desafios futuros:

- Estruturação da ASPROC com servidores e colaborações.
- Auxílio na estruturação das coordenações de extensão dos campi.
- Continuidade aos ciclos capacitações já realizadas em 2022, com o objetivo de disseminar a cultura extensionista e estimular o interesse no desenvolvimento de projetos de extensão.
- Início da integração curricular da extensão nos currículos dos cursos de graduação, o que ampliará o envolvimento de servidores e alunos em ações de extensão.
- Ampliação da participação em chamadas públicas e editais externos.
- Estímulo à discussão sobre a participação dos técnicos administrativos em atividades de extensão.
- Continuidade às ações conjuntas entre o ensino, pesquisa e extensão.

- O número insuficiente de técnicos administrativos nos campi para atendimento das atividades necessárias ao funcionamento da Unidade desestimula a participação desses servidores em projetos de extensão, o que é agravado pelo fato de a legislação referente ao plano de carreira desses cargos não prever incentivos para tal participação.
- Rotatividade de servidores à frente das coordenações de extensão nos campi.
- Insuficiência de recursos humanos nas coordenações de extensão dos campi, bem como na PROEX.

Riscos identificados:

- A rotatividade dos gestores de extensão prejudica diretamente o andamento das atividades do setor e, conseqüentemente, o alcance das metas.
- A necessidade de aporte de recurso para viabilizar a ampliação de ofertas de fomento para os campi. Em 2022, ficou claro com as emendas parlamentares que se os alunos tiverem assistência para participar das ações, a extensão acontece com uma elevada participação de docentes e discentes.
- A insuficiência de recursos humanos nas coordenações de extensão é um problema que perdura ano após ano, bem como na ASPROC/PROEX, o que dificulta e até impossibilita a execução de atividades diretamente ligadas ao atingimento das metas do PDI.
- A pouca proximidade dos campi com a comunidade externa dificulta as ações extensionistas e essa deficiência é, também, reflexo da falta de recursos humanos nas coordenações de extensão, que impede que o gestor ultrapasse os muros do IFRN.
- A falta de incentivo à participação dos técnicos administrativos em atividades de extensão impossibilita o atingimento à meta de envolvimento dessa categoria.





ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA4

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- A meta global de visitas, que inclui como objetivo a captação de oportunidades de estágio e/ou aprendizagem, foi atendida parcialmente em 80,7%.
- Crescimento de 139% em relação a 2021. Isso ocorreu devido ao esforço do Campus Natal Central, que superou a meta em 1.014%, tendo realizado 365/36 visitas.
- A participação do CNAT no cumprimento da meta global de visitas corresponde a 44,1%.
- A meta de discentes encaminhados para estágio foi alcançada parcialmente em 91,8%, representando um crescimento de +8% em relação a 2021.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Carência e rotatividade de pessoal nas Coordenações de Extensão dos campi, o que implica na impossibilidade de realização de visitas técnicas e articulação com as respectivas coordenações de curso.
- Indisponibilidade de recursos, como veículos, para realização de visitas técnicas a potenciais concedentes nos respectivos territórios de abrangência dos campi (municípios circunvizinhos onde há discentes residentes e matriculados no respectivo campus).
- Falta de articulação entre as Coordenações/Diretoria de Extensão dos campi localizados na Região Metropolitana de Natal (RMN), no sentido da maximização do trabalho de prospecção e divulgação dos cursos ofertados pelos campi junto a potenciais concedentes.



- A meta de discentes encaminhados para aprendizagem ficou aquém do esperado, apenas 36,3% de alcance, registrando-se um decréscimo de 16% em relação a 2021.
- As ações relevantes de empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária e criativa continuam em processo de crescimento, tendo superado a meta estipulada para este ano.

Desafios futuros:

- Ampliação do quadro de pessoal das Coordenações de Extensão dos campi para que possam ter foco em relação ao cumprimento do objetivo estratégico PA-4 de desenvolver a articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.
- Disponibilidade de recursos, como veículos, para realização de visitas técnicas a potenciais concedentes de estágio e aprendizagem.
- Ampliação no número de organizações parceiras para fins de absorção de discentes em todos estados do RN, tendo em vista que, segundo o IBGE, existiam 56.921 empresas e outras organizações no estado em 2020.
- Utilização dos dados coletados nas Pesquisas anuais de Acompanhamento de Egressos (PAE) no sentido de balizar a revisão/redefinição das ofertas formativas, que devem ser (re)orientadas em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.
- Os dados consolidados da PAE servem para tal análise, se a empregabilidade dos egressos é baixa para determinados cursos, consequentemente, serão escassas as oportunidades de estágio e/ou aprendizagem para os discentes.

- Não apropriação e utilização da “Base de Dados do Mundo do Trabalho” construída, alimentada e disponibilizada pela ASREMT, a qual possibilita a identificação de potenciais concedentes nos territórios de abrangência dos campi (inclusive municípios circunvizinhos ao do campus).
- Baixa divulgação e visibilidade junto a potenciais concedentes da adesão Institucional para cursos técnicos ao Programa Nacional de Aprendizagem.
- Por outro lado, o perfil do alunado do IFRN destoava do perfil generalista do aprendiz aceito pelo mercado. Em outras palavras, o aluno do IFRN por ser mais preparado em relação a outras entidades formadora de aprendizes, em linhas gerais, tem outras pretensões profissionais.

Riscos identificados:

- Dada a carência de pessoal em praticamente todas as Coordenações de Extensão, o foco dos servidores e demais responsáveis pelas Coordenações de Extensão dos campi, historicamente, fica limitado ao acompanhamento dos projetos de Extensão.
- Baixíssima divulgação e promoção dos cursos ofertados pelo IFRN, com considerável desconhecimento dos profissionais de Recursos Humanos das organizações do RN a respeito da existência e dos diferenciais existentes em determinados cursos.
- Saturação ou baixíssima oferta/disponibilidade de oportunidades laborais em relação a determinados cursos.
- Falta de registro de cursos técnicos e de graduação tecnológica nas respectivas entidades profissionais, o que afeta a procura por tais profissões por parte das organizações e, consequentemente, a demanda pelos discentes e egressos de determinados cursos.





Objetivo estratégico: **PA5 - Fortalecer o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação voltados à transferência de tecnologia social**

INDICADORES

NRPI - Quantidade de ativos de propriedade intelectual e parcerias realizadas como resultado de inovação tecnológica*

Meta 2022:	Resultado 2022:
26	22



SITUAÇÃO:
PARCIALMENTE ALCANÇADO

PPI - Quantidade de projetos de pesquisa e inovação*

Meta 2022:	Resultado 2022:
600	622



SITUAÇÃO:
ALCANÇADO

QPPE - Quantidade de projetos de pesquisa e inovação com parcerias com entidades externas*

Meta 2022:	Resultado 2022:
30	72



SITUAÇÃO:
ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 33 e 34):

PA	PB	PC	PE
----	----	----	----

Progresso: 98,46%



Não alcançado



Parcialmente alcançado



Alcançado



Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA5

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- 622 projetos de pesquisa e inovação executados com a participação de 1405 discentes, 466 docentes e 59 técnicos- administrativos.
- Do total de projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos em 2022, 94 projetos foram fomentados com recursos externos.
- 22 depósitos ou registros de propriedade intelectual, sendo 5 depósitos de patentes, 16 registros de programas de computador e 1 registro de marca.
- 3 transferências de tecnologias para empresas, desenvolvidas no âmbito da Instituição.
- Criação de novos ambientes de inovação que incluem as 9 incubadoras tecnológicas, 5 laboratórios de prototipagem e 4 centros de tecnologias.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O número de registros de ativos Propriedade Intelectual foi cerca de 15% abaixo da meta estabelecida para o ano de 2022.
- A redução do número de registros ocorreu devido à dificuldade de alguns projetos em gerar a documentação necessária para submissão do registro.

Riscos identificados:

- Necessidade de capacitar continuamente os pesquisadores nos conhecimentos em redação de patentes.
- Os constantes contingenciamentos e cortes financeiros podem dificultar a execução de algumas atividades e impossibilitar o alcance de melhores resultados nos indicadores.

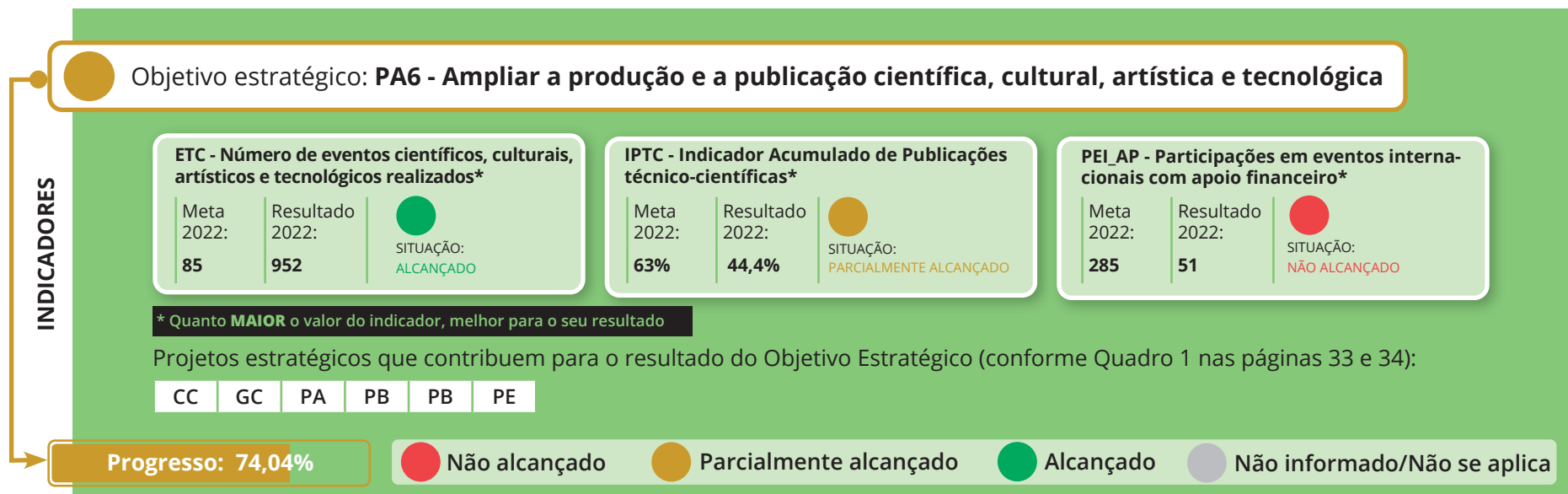


- Participação mais acentuada em editais para captação de recursos externos como, por exemplo, editais da SETEC/MEC, FINEP, BNDES, CNPq e demais agências de fomento.
- Credenciamento do Centro de Tecnologia Mineral (CT Mineral) como Unidade Embrapii.

Desafios futuros:

- Regulamentação do funcionamento dos Observatórios e Centros de Tecnologia do IFRN.
- Fomento aos Centros de Tecnologias para se tornarem Polos de Inovação à luz da Portaria nº 713/2021 – SETEC/MEC.
- Aumento das transferências de tecnologias para o setor produtivo.
- Aumento da quantidade de projetos de PD&I junto às empresas.
- Monitoramento dos editais de fomento externo para aumentar a possibilidade de captação de recursos externos.
- Articulação mais intensa com o Escritório de Projetos por meio do Portal Integra.
- Retomada da demanda reprimida de registros de ativos Propriedade Intelectual de 2022.





ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA6

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- Publicação de 467 artigos e aceite de outros 29 produzidos por pesquisadores da Instituição.
- Publicação de 328 capítulos de livros e de 108 livros por pesquisadores da instituição, dos quais 33 foram publicados pela Editora IFRN, inclusive com parcerias para coedições com outras instituições e editoras.
- Publicação de 339 trabalhos em eventos.
- Consultoria em gestão estratégica e fomento de editoração para as 10 revistas científicas do IFRN.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Restrição orçamentária para lançar edital com objetivo de promover apoio financeiro a servidores e estudantes em eventos.
- Restrição de recursos humanos, ou seja, de servidores que tenham conhecimentos especializados para o desenvolvimento de ações relativas a publicações, especialmente no que diz respeito à área de periódicos (seria ideal haver um servidor com conhecimento em Ciências da Informação na Coordenação da Editora).



- Melhoria de Qualis Capes por três revistas do IFRN, sendo elas:
 - Holos: A1
 - Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica: A2
 - Geoconexões: A3
- Recebimento de menção honrosa em prêmio nacional para a Editora IFRN (Prêmio Abeu).
- Divulgação das produções técnico-científicas do IFRN por meio de ações nas redes sociais, capacitação de servidores e ações de extensão.
- Construção da Política Editorial de Periódicos e Comitê Gestor do Portal de Periódicos (em andamento).

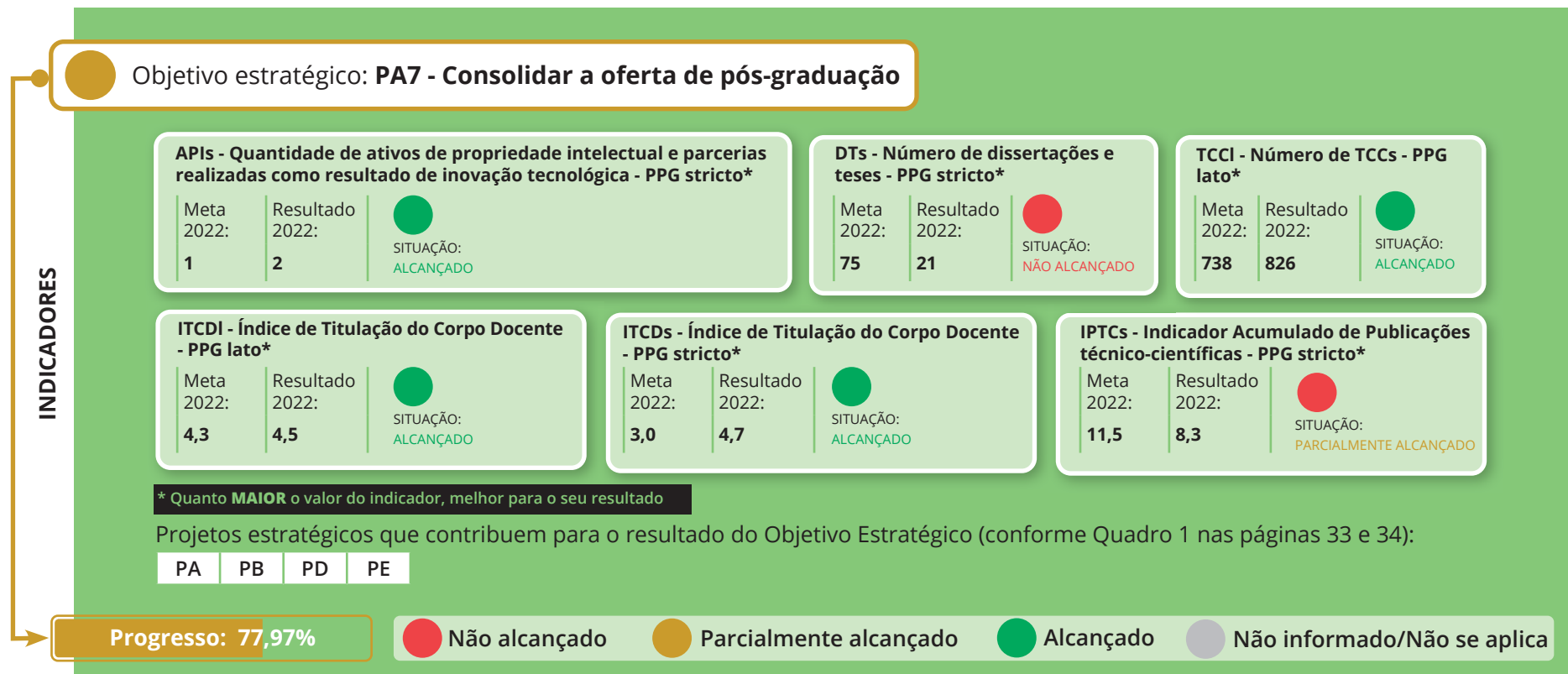
Desafios futuros:

- Promover atualização do Repositório Institucional do IFRN para a versão mais recente.
- Tramitar Política Editorial de Periódicos nos Conselhos Superiores do IFRN.
- Aumentar o catálogo da Editora IFRN.
- Continuar ações de capacitação para editores de periódicos do IFRN.
- Ampliar os canais e produtos para divulgar ações técnico-científicas desenvolvidas no IFRN, na comunicação interna e externa.

Riscos identificados:

- A execução das ações relacionadas à produção e a publicação científica, cultural, artística e tecnológica pode ser prejudicada pelas restrições orçamentárias e pela limitação de recursos humanos.
- Atualmente, a Coordenação da Editora (Coedi), responsável por essa dimensão dentro da Propi, dispõe apenas de um revisor, um assistente em administração, uma secretária executiva e dois estagiários.





ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA7

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- No tocante à pós-graduação *stricto sensu*, destaca-se o aumento do número de bolsas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado com fomento externo da CAPES (29) e FAPERN (2), totalizando 31 bolsas.
- De modo análogo, ampliou-se o número de bolsas de Mestrado com fomento do IFRN, com um total de 25 bolsas de Mestrado e 4 Bolsas de Pós-Doutorado.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O período pandêmico impactou negativamente o alcance das metas relativas às defesas dos TCC *Lato Sensu*, bem como de Teses e Dissertações. As prorrogações indicam uma provável elevação do número de defesas no ano de 2023, inclusive, porque o ano letivo 2022 no IFRN contempla meses do ano de 2023. Apesar disso, a meta foi alcançada.



- Três programas de pós-graduação *stricto sensu* do IFRN tiveram seus conceitos elevados na última avaliação da CAPES, a saber: Educação Profissional (de 4 para 5); Ensino de Física (de 4 para 5); Ensino (de 3 para 4).
- Abertura do curso de doutorado em Ensino nos campi Mossoró, Apodi, Ipanguaçu e Pau dos Ferros por meio da adesão à Rede Nordeste de Ensino (Renoen).

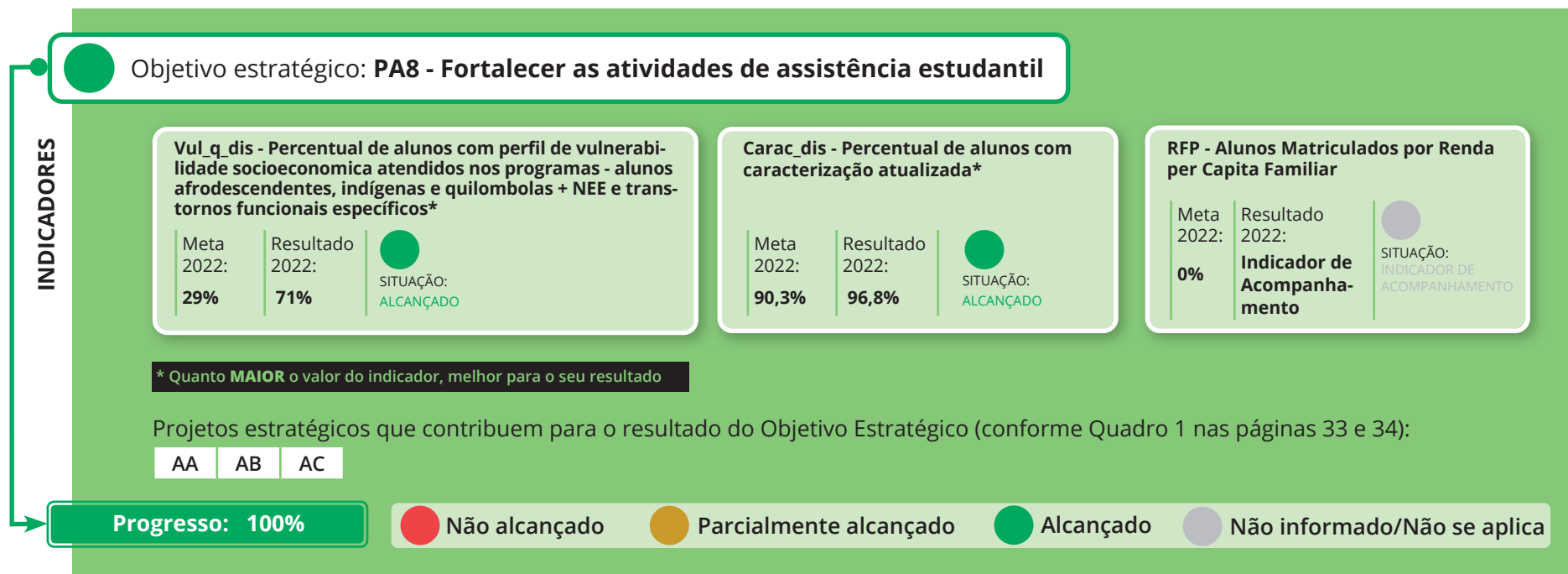
Desafios futuros:

- Aglutinação de todas as ações referentes à pós-graduação *lato* e *stricto sensu* do IFRN no Sistema de Administração Pública (SUAP), de modo a proporcionar o rápido mapeamento e tratamento de dados para a eficiência e eficácia no planejamento e sua execução.
- Provimento de condições mais adequadas ao trabalho docente na pós-graduação *stricto sensu*.

Riscos identificados:

- Os constantes contingenciamentos e cortes financeiros podem dificultar a execução de algumas atividades e impossibilitar o alcance de melhores resultados nos indicadores.
- Déficit de servidores para atendimento qualificado e adequado às demandas de secretaria nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.
- Déficit de servidores na PROPI para atendimento das crescentes demandas da pós-graduação *stricto sensu*.





ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA8

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- Os principais resultados referentes ao projeto AC – Rotinas de Atividades Estudantis, são registrados a seguir conforme dados do Suap/Módulo de Atividades Estudantis acessado em 17/02/2023:
 - Atendimentos: 14.560
 - Auxílios: 221
 - Bolsas: 1.590
 - Participantes em programas: 9.328
 - Atendimentos de saúde: 8.491
 - Total de estudantes atendidos nas ações: 18.578

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Bloqueio/ corte orçamentário, que motivou a reprogramação/ reorganização do planejamento anual.
- Dificuldade de execução dos contratos junto a algumas empresas que prestam o serviço de produção e distribuição de refeições aos campi, as quais alegaram inviabilidade de fornecer pelo preço contratado devido ao aumento do custo com gêneros alimentícios e insumos e/ou não atenderam às exigências contratuais, o que resultou na aplicação de penalidades, suspensão e até cancelamento da prestação do serviço de fornecimento de refeições aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica em alguns campi do IFRN.



- De acordo com os dados apresentados, as ações desenvolvidas pela assistência estudantil em 2022 não obtiveram alcance da meta física planejada para o exercício, a qual foi 24.574 estudantes atendidos.
- Apesar dos aspectos descritos, o objetivo estratégico da assistência estudantil foi alcançado em sua totalidade, considerando os resultados dos respectivos indicadores, com ênfase no atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica com perfis prioritários.
- No que diz respeito ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Projeto AB - otimização dos recursos dos programas de alimentação), todos os 20 (vinte) campi do IFRN que receberam recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) executaram o Programa, com oferta de lanches servidos no intervalo do turno de aula. A Reitoria descentralizou os recursos aos campi considerando os dados do Censo Escolar, para o atendimento do total de 16.654 estudantes.

Desafios futuros:

- Diante do apontamento da diminuição de recursos orçamentários para assistência estudantil no próximo exercício (2023), o atendimento aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica será impactado, tendo em vista a desproporcionalidade existente entre o aumento das demandas sociais e econômicas e a disponibilidade de condições para os atendimentos aos estudantes por parte da Instituição.

- Aumento constante dos preços dos alimentos, o que dificulta a realização dos processos licitatórios e o cumprimento dos contratos pelos fornecedores dos gêneros alimentícios. Somado ao fato de não haver reajuste do valor per capita repassado pelo FNDE desde o ano de 2017.

Riscos identificados:

- Diante dos aspectos sobreditos, os riscos da ocorrência de evasão e retenção escolar tornam-se ainda mais evidenciados



2.3.3. Objetivos Estratégicos da perspectiva Gestão e Infraestrutura

Para melhorar nossos processos acadêmicos, que aspectos da gestão e da infraestrutura do IFRN são considerados críticos, e deveremos aperfeiçoar?



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI1

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- Identificação de 69 processos organizacionais em 9 diferentes áreas estratégicas do IFRN.
- Identificação preliminar de 78 riscos de eventos danosos em processos organizacionais das áreas estratégicas gestão de pessoas, planejamento, tecnologia da informação, administração e pesquisa e inovação.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- A ferramenta computacional concebida para promover o gerenciamento de riscos pelos "proprietários" de riscos junto aos facilitadores do NGRIS ainda se encontra em desenvolvimento.



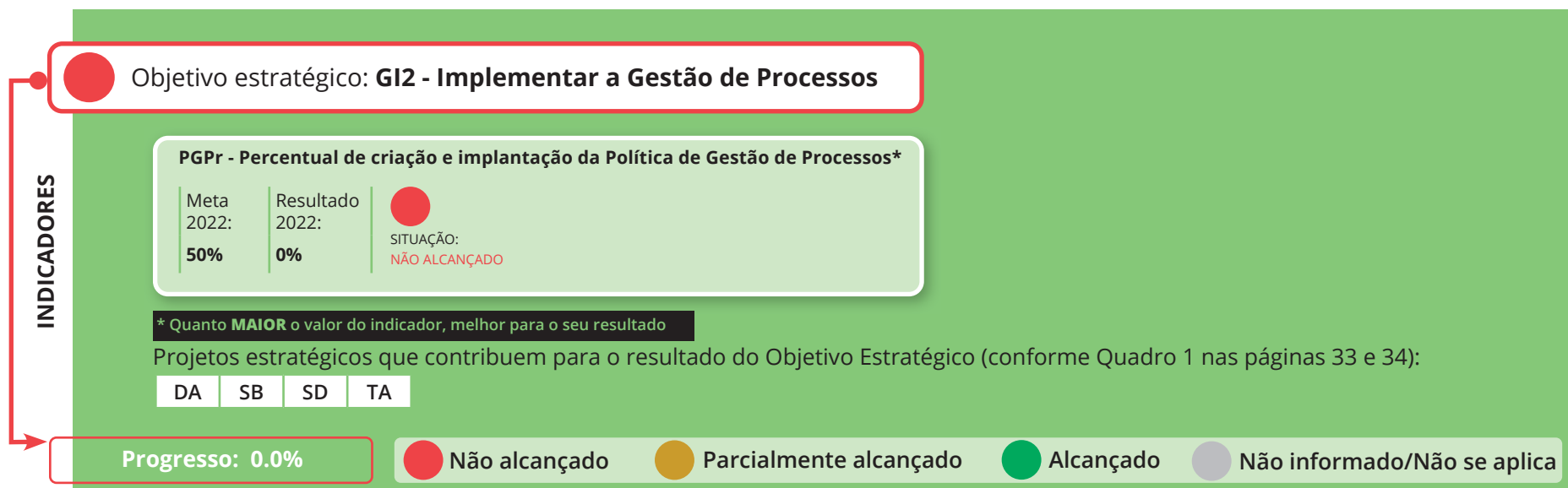
Desafios futuros:

- Implementação, em consonância com a Política de Gestão de Riscos, da Gestão de Processos, racionalizando e facilitando o mapeamento dos riscos, alinhando a estratégia com a missão.
- Operacionalização do processo de gestão de riscos em ferramenta computacional, proporcionando a integração de diversos agentes “proprietários” de riscos transversais a todas as unidades do IFRN, proporcionando eficiência na etapa de monitoramento integrado e consolidação dos resultados.
- Fortalecimento do Programa de Integridade Pública coordenado pela unidade de gestão de Integridade do IFRN (UGI) com a identificação, avaliação e tratamento de riscos de quebra de integridade por ilícitos éticos e criminais nos mesmos processos organizacionais monitorados pelo NGRIS.

Riscos identificados:

- Risco 1 - Concessão de dotação orçamentária para projeto estratégico acima do limite planejado, sem a correspondente realocação de recursos de outro Projeto.
- Risco 2 - Não conclusão tempestiva da apuração de variáveis de indicadores de desempenho.
- Risco 3 - Descumprimento dos requisitos (legais, temporais, orçamentários) estabelecidos nos Termos de Execução Descentralizada.
- Foram identificados outros riscos em oito outras áreas estratégicas do IFRN: Extensão, Pesquisa e Inovação, Tecnologia da Informação, Comunicação Social, Gestão de Pessoas, Administração, Atividades Estudantis, e Ensino.





ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI2

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- Análise interna para atingir metas da Gestão de Processos.
- Definição de comitê para implementar a gestão de processos.
- Reestruturação de equipe do comitê de Gestão de Processos.
- Amadurecimento da metodologia de trabalho institucional para gestão de processos.

Desafios futuros:

- Desenvolvimento do plano institucional para o gerenciamento de processos.
- Desenvolvimento de normatização para o COGIP.
- Planejamento de ações institucionais para o mapeamento, monitoramento e aprimoramento dos processos sistêmicos.
- Oferecimento de treinamento, acompanhamento e apoio as comissões nos campi.
- Estabelecimento de relação com o Núcleo de Gestão de Riscos – NGRIS.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Definição de metodologia para a gestão de Processos.
- Definição de normatização de trabalho
- Infraestrutura
- Equipe necessária.

Riscos identificados:

- Falta pessoal qualificado para execução.
- Falta Infraestruturas de apoio.
- Falta de formação continuada para aprimoramento dos processos.



Objetivo estratégico: **GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores**

INDICADORES

ADP - Percentual de servidores ativos afastados por acidentes ou doenças profissionais**

Meta 2022:	Resultado 2022:	
2%	0	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

COMP - Percentual de servidores com competências mapeadas*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
30%	41%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

ICCEM - Índice de Capacitação em competências estratégicas mapeadas*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
50%	198%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

ITCD (TCU) - Índice de Titulação do Corpo Docente*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
4,2	4,3	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

TS_15mais - Percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde - acima 15 dias**

Meta 2022:	Resultado 2022:	
13%	11%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

TS_ate15 - Percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde - até 15 dias**

Meta 2022:	Resultado 2022:	
27%	55%	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

** Quanto **MENOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 33 e 34):

DA	DC	SA	SB	SC	SD	TA	XB	XD
----	----	----	----	----	----	----	----	----

Progresso: 98,47%

 Não alcançado  Parcialmente alcançado  Alcançado  Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI3

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- A meta referente ao Percentual de servidores ativos afastados por acidentes ou doenças profissionais (ADP) foi alcançada graças aos esforços do Instituto nos últimos anos em garantir um local de trabalho seguro e saudável para seus servidores. Isso incluiu a implementação de medidas de segurança, ações, treinamentos, conscientização e disponibilização de equipamentos de proteção coletivas e individuais. Além disso, o acompanhamento e a vigilância também contribuíram para o alcance desse objetivo.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Acredita-se que o aumento do percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde - até 15 dias no IFRN - pode estar relacionado à pandemia e ao retorno presencial. Com o retorno presencial, os servidores foram expostos a mais riscos e, portanto, precisaram se afastar mais frequentemente devido a problemas de saúde. Além disso, a disponibilização de tecnologias mais acessíveis para o registro dos atestados e o surgimento da telemedicina também contribuíram para o aumento do número de atestados.



- Quanto ao percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde - acima de 15 dias, foi observado o alcance da meta. No entanto, houve um aumento significativo quando comparado com o último ano de 2021, o que reforça que os procedimentos de registros de atestados estão mais simples.
- A meta referente ao percentual de servidores com competências mapeadas (COMP) superou o estabelecido para o exercício de 2022 em 11%. Isso se deve aos frutos do Projeto Mapeamento de Competências Socioemocionais no âmbito do IFRN (FUNCERN), que proporcionou aos servidores a oportunidade de realizar o mapeamento de suas competências socioemocionais e capacitou servidores e gestores para interpretação dos relatórios do mapeamento, com foco na identificação de lacunas de competências, e por conseguinte o desenvolvimento dos servidores.
- Quanto ao Índice de Titulação do Corpo Docente, foram implementadas novas rotinas de acompanhamento das ações de desenvolvimento que permitiram a conclusão de cursos de Mestrado e Doutorado pelos servidores, sobretudo no âmbito do convênio com a Universidade do Minho. Também conseguimos prospectar novas oportunidades de qualificação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) em universidades nacionais e internacionais que mantém parceria com o IFRN.
- Com relação ao Índice de Capacitação em competências estratégicas mapeadas, foram realizadas 680 ações de desenvolvimento, alcançando 2.115 servidores do IFRN, totalizando uma carga horária de 96.893 horas de capacitação ofertadas, atendendo a 244 necessidades de desenvolvimento de pessoal previstas no PDP 2022.

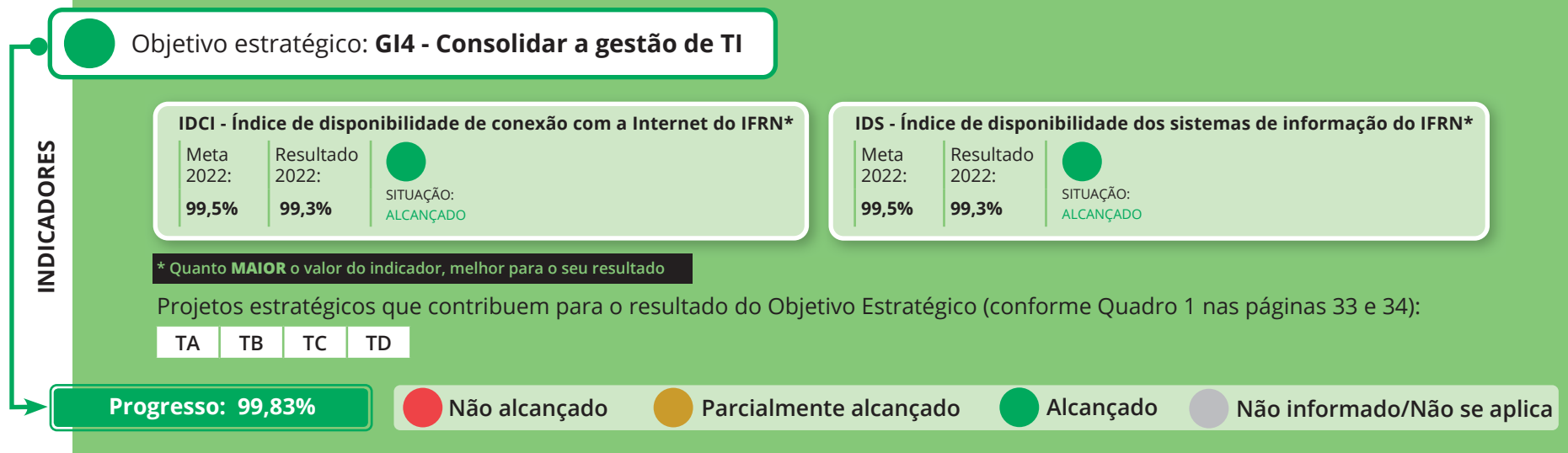
Desafios futuros:

- Fomento à promoção de QVT no âmbito dos Campi através dos grupos de QVT para que haja atuação mais efetiva, bem como treinamento e conscientização sobre as boas práticas de saúde e segurança no local de trabalho.
- Oferta de ações de desenvolvimento de pessoas que oportunizem a capacitação de servidores de todos os campi e Reitoria.
- Realização de ações em parceria com o projeto de mapeamento de competências socioemocionais.
- Formalização de novos convênios, mesmo com a crescente redução orçamentária na ação 4572, a fim de oportunizar a elevação da qualificação dos servidores do IFRN através da participação em programas de pós-graduação.
- Alinhamento das ações de desenvolvimento com as competências mapeadas.

Riscos identificados:

- Não ter uma equipe adequada e fixa no âmbito da COASS em diversas especialidades, principalmente médicos do trabalho.
- Não ter estrutura física adequada para as perícias médicas e odontológicas.
- Dificuldades de realização dos exames periódicos.
- Dificuldade na capacitação dos peritos.
- Reduções e cortes orçamentários.
- Falta de um critério claro estabelecendo o prazo máximo para conclusão de cursos de pós-graduação realizados por servidores no exterior no âmbito dos acordos de cooperação internacional firmados pelo IFRN.
- Ausência de padronização nos processos de gestão de pessoas.





ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI4

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- O objetivo estratégico GI4 no exercício foi alcançado, apesar de alguns campi apresentarem o Índice de Disponibilidade de Conexão com a Internet (IDCI) abaixo da meta estabelecida.
- Atingimento de 100% do IDCI nos campi Apodi, Canguaretama, Ceará Mirim, Lajes, Mossoró, Natal Zona Norte, Parnamirim, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi.
- Atingimento do IDCI GERAL de 99,5%, estando dentro da meta, que é de 99,5%.
- Atingimento do Índice de Disponibilidade dos Sistemas (IDS) GERAL de 99,7%, estando dentro da meta, que é de 99,5%.
- Alcance de 78,80% do cumprimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), estando o mesmo em seu primeiro ano de execução em 2022, considerando que o início no mês de outubro de 2021.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Apesar de não ter um impacto direto nos indicadores dos objetivos estratégicos, são apresentados a seguir, alguns eventos causadores de eventos que ocorreram e comprometeram de alguma forma o desenvolvimento e a prestação dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação: Definição de normatização de trabalho
- Alocação de estrutura de pessoal e de equipamentos de processamento e armazenamento da TI para prover o sistema de vídeo monitoramento.
 - Atraso na elaboração e execução de um plano de aquisição de equipamentos e insumos de TI.
 - Aumento da demanda do link de Internet, aliada a necessidade de atualização de firewall em parte dos Campi.



- Implantação do Projeto Infovia Potiguar nos campi de Ceará Mirim, João Câmara e Mossoró.
 - Implementação de várias melhorias no SUAP e no Sistema Gestor de Concursos (SGC), entre elas: integração de APIs externos; evolução do SGC, especialmente em relação às novas aplicações relacionadas à heteroidentificação e vários outros ajustes e aperfeiçoamentos dos sistemas que podem ser observados através da tela de demandas públicas do SUAP, sendo essa uma nova aplicação realizada.
 - Dentre os novos módulos e funcionalidades desenvolvidas no âmbito do SUAP, pode ser destacado a implementação do Diploma Digital para os cursos superiores de graduação e os certificados de cursos técnicos, FIC e Pós-Graduação. O IFRN foi a primeira instituição da Rede Federal a emitir diplomas de graduação em atendimento a Portaria 554/2019/MEC.
 - Investimento em solução de hiperconvergência no valor de R\$ 3.817.050,00 para viabilizar a execução projeto Desktop Virtual, para atendimento à área acadêmica e à assistência estudantil, possibilitando a criação de laboratórios virtuais e máquinas virtuais para alunos atendidos pelos programas de Assistência ao Educando, devendo ser iniciado no exercício de 2023.
- Desafios futuros:**
- Alocação de recursos para renovação dos ativos de TI, especialmente aqueles relacionados à área de segurança da informação e à manutenção da infraestrutura e serviços de TIC.
 - Atualização da Política de Segurança da Informação do IFRN.
 - Automatização dos processos de atendimento e suporte da área de TIC.
 - Desenvolvimento de programa de capacitação contínua da equipe de combate a incêndios cibernéticos.
 - Aumento da demanda por novos recursos e equipamentos de TI no cenário pós pandemia, aliada a falta de recursos.
 - Ausência de contrato para fornecimento de link redundante.
 - Ausência de norma que verse sobre a correta utilização e contratação do serviço de outsourcing de impressão.
 - Ausência de normativo institucional que discipline a competência dos servidores da área de TI em relação aos serviços de TIC e serviços apoiados pela área de TIC.
 - Ausência de um projeto que preveja a ampliação da capacidade de oferta de rede wi-fi.
 - Contingenciamentos/cortes no orçamento institucional por parte do Governo Federal.
 - Falta de conhecimento de servidores da Administração quanto à classificação dos bens e soluções de TIC, aliada as normas e regulamentos para contratações de soluções de TIC.
 - Força de trabalho reduzida em parte dos Campi.
 - Não alocação de recursos para atualização dos equipamentos de Rede e de energia que serão utilizados a partir da operacionalização do NOC do Projeto Infovia Potiguar.
 - Não atualização da Política de Segurança da Informação do IFRN.
 - Não implementação da Política de Gestão de Ativos do IFRN.
 - Ocorrências de indisponibilidade do link de conectividade dos campi.
 - Oscilações de tensão da rede elétrica.
 - Reduzido número de serviços automatizados de suporte de TIC.
 - Serviços de engenharia são realizados sem alinhamento com as demandas da área de TIC;
 - Utilização de armazenamento em nuvem ainda muito restrita.

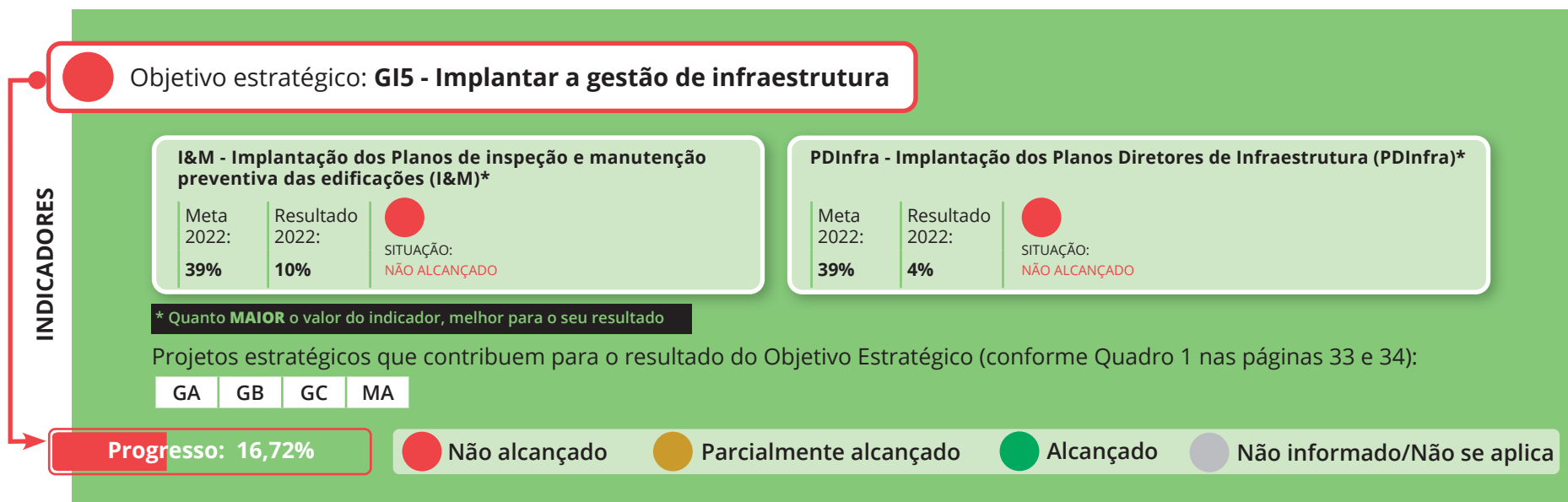


- Atualização dos equipamentos de firewall dos campi.
- Desenvolvimento de uma política para nortear o desenvolvimento de um plano de aquisição/contratações de TIC.
- Elaboração de um projeto de mapeamento e de ampliação da cobertura da rede wi-fi no âmbito de cada campus, contemplando áreas não atendidas, recursos tecnológicos e financeiros necessários;
- Normatização das competências e atribuições inerentes aos servidores que atuam no desenvolvimento de atividades de TIC.
- Contratação de infraestrutura em nuvem para abrigar os sistemas da informação, portal e serviços diversos da área de TIC.
- Criação de comissões ou núcleos de trabalho sistêmicos para o desenvolvimento de esforço conjunto de planejamento e execução na área de TIC, no que diz respeito às atividades comuns aos vários campi.
- Implementação da política de gestão de ativos do IFRN;
- Realização de estudo conjunto com a área de Engenharia e Infraestrutura quanto à necessidade e capacidade de investimento na proteção de surto de tensão na rede elétrica e na rede de telecomunicações.
- Atuação para que os equipamentos de TIC tenham maior proteção contra falhas da rede elétrica.

Riscos identificados:

- Dificuldade em adquirir bens de custeio e de capital utilizados pela área de tecnologia da informação.
- Dificuldades de armazenamento no servidor de arquivos dos Campi.
- Escassez de tempo para a realização de atividades de planejamento e gestão da área de TIC.
- Interpretação equivocada da Administração relacionada a bens e serviços que não são considerados bens de TIC.
- Link de Internet limitado em função da capacidade do firewall.
- Deficiência do sistema de vídeo monitoramento do IFRN em função de limitação de software e de espaço para armazenamento.
- Ocorrência de áreas não cobertas pela rede wi-fi.
- Ocorrências de falhas e/ou oscilações da rede elétrica, comprometendo a vida útil dos equipamentos.
- Comprometimento do funcionamento e da segurança dos equipamentos do NOC.
- Dependência total do link de Internet da RNP em alguns campi.
- Desvio de conduta na utilização dos recursos do serviço de outsourcing de impressão.
- Serviços de engenharia executados em desalinho com as necessidades da área de TIC.





ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI5

A Perspectiva Gestão e Infraestrutura abrange ações que envolvem todas as unidades da Instituição, logo exige ações duradouras, sistêmicas e de grande envergadura, relacionadas tanto à manutenção das edificações existentes quanto ao planejamento para construção de novas edificações. A Diretoria de Infraestrutura e Engenharia – DIENG, a despeito das dificuldades ainda enfrentadas durante o ano de 2022 devido à pandemia da COVID-19, tem atuado junto à Gestão da Instituição dando suporte técnico e logístico às decisões desta relacionadas à referida perspectiva.

Por esse motivo, a referida diretoria deu continuidade às atividades necessárias para a construção do Campus Avançado Jucurutu, viabilizou a contratação da ampliação das usinas fotovoltaicas, atuou na restauração e na construção de um novo galpão de operações do Centro de Tecnologia Mineral, bem como esteve presente na atuação em construções, ampliações, manutenções e restaurações nas diversas edificações nos 10 campi que não contam com servidor(a) no cargo de engenheiro-civil no dia a dia do campus, além de dar suporte rotineiramente para o corpo de engenheiros existente e distribuído nos demais campi. O baixo alcance das metas do ano 2021, assim como o baixo atingimento do objetivo estratégico GI5, tem forte relação com a dificuldade que a DIENG encontra de desenvolver ações sistêmicas, em especial, devido ao limitado número de servidores e o grande volume de atividades do dia a dia na Diretoria. Em mesma medida, tal atraso tem significativa relação com pouca compreensão e, conseqüente, pouco engajamento dos servidores em geral a respeito do que é e como elaborar os Planos Diretores de Infraestrutura (PDInfra) e Planos de inspeção e manutenção preventiva das edificações (I&M). Todavia, algumas estratégias foram iniciadas e outras planejadas para auxiliar cada Campus a desenvolver seus próprios Planos. As manutenções prediais na reitoria e nos diversos campi do IFRN, em sua maioria, ainda ocorrem de forma corretiva através de contratos de servidores terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.



Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- Ainda em 2021, foi atualizada a portaria designando a Comissão Central responsável pela implantação da Gestão de Infraestrutura (Portaria nº 258/2021 - RE/IFRN, que revoga a Portaria nº 1456/2020 - RE/IFRN). Com a nova composição, os trabalhos da Comissão Central foram reformulados com atuação por Plano (PDInfra, I&M, PeuÁgua e PeuEnergia), de forma que foram revidas as estratégias para definir elaboração de diretrizes gerais para auxiliar cada Campus desenvolver seus próprios Planos de Inspeção e Manutenção e Plano Diretor de Infraestrutura.
- Em termo de Plano de Infraestrutura, foram realizados, em 2022, levantamentos topográficos de algumas unidades – CT Mineral, JC, MO, ZN, PF e SGA (documentos arquivados junto à DIENG). Foi ainda apresentada à PRODES uma proposta de retomada para os trabalhos relacionados à elaboração dos Planos de Infraestrutura dos Campi, envolvendo a designação de Comissão Central que, além da participação da DIENG, contaria com agentes representando a PROEN e PRODES, bem como a sugestão de designação de Comissões Locais no âmbito dos próprios campi.
- Um resultado importante, em nível de Campus, foi a designação, por meio da Portaria nº 167/2022-DG/MO, de comissão própria para elaboração do Plano Diretor do Campus Mossoró.
- Em termos do Plano de Manutenção, foi criado um Grupo de Trabalho, por meio da Portaria nº 768/2022 - RE/IFRN, composto por servidores profissionais de engenharia em exercício em diversos campi. As atividades realizadas por esse grupo foi a revisão dos Planos de Manutenção existentes na Instituição (Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva do Campus Natal Central e Manual de Procedimentos e Rotinas de Manutenção e Vistorias Periódicas do Campus Santa Cruz) e delineamento inicial de uma versão preliminar do Plano de Inspeção e Manutenção do IFRN.
- Infelizmente, os esforços mencionados e em andamento para elaboração dos planos de infraestrutura e planos de manutenção não são percebidos no aumento quantitativo dos indicadores de desempenho do objetivo estratégico GI5, visto que eles avaliam apenas se os planos foram elaborados (eficácia).

Desafios futuros:

- Continuidade dos trabalhos no âmbito da Comissão Central, visto que os servidores estão envolvidos em atividades rotineiras de fiscalização e planejamento de novas contratações (obras e serviços de engenharia) adaptadas a Nova Lei de Licitações - uso obrigatório a partir de abril/2023.
- Aderência a proposta de trabalho tanto da alta gestão, das pró-reitorias e dos campi.
- Revisão dos Projetos Estratégicos propostos – conceitos, objetivos e metas.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O excessivo volume de demandas rotineiras no qual os servidores da DIENG estão submetidos diariamente interfere no desenvolvimento das atividades relacionadas à elaboração e implementação dos planos, em especial, por não haver um acompanhamento mais próximo e prioritário para a elaboração dos planos (PDInfra, I&M, PeuÁgua e PeuEnergia) pela gestão do próprio setor.

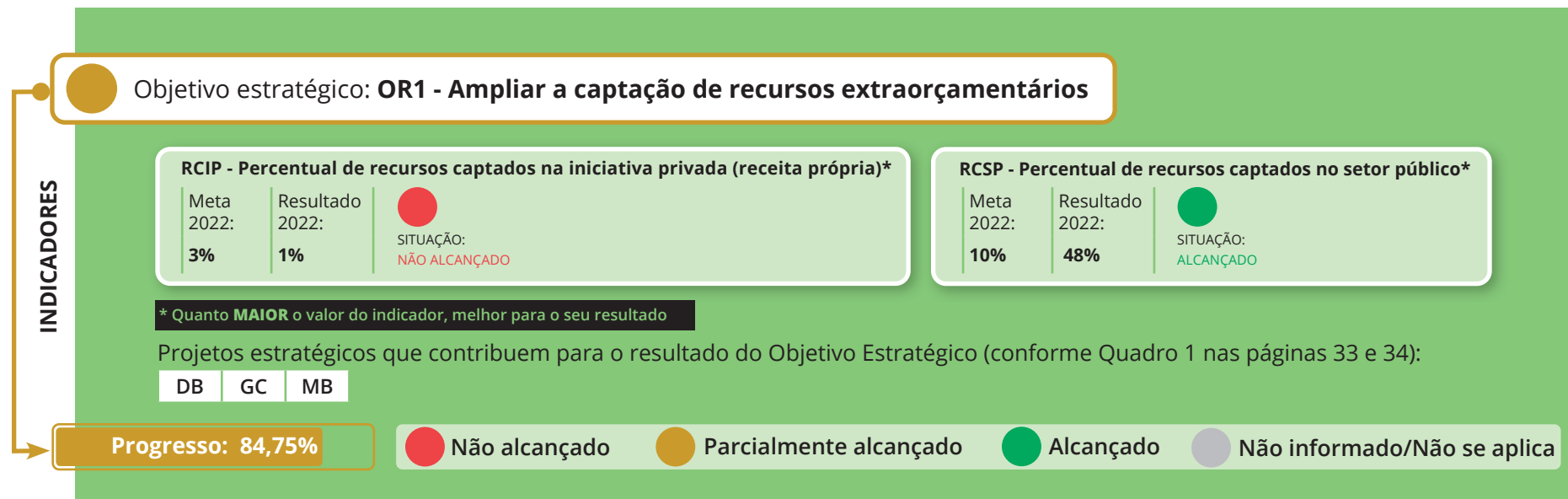
Riscos identificados:

- A Nova Lei de Licitações, de uso obrigatório a partir de abril/2023, tem como um dos seus princípios o Planejamento das Contratações. A não elaboração de planos como o de Infraestrutura e de Manutenção fomentam a dificuldade para elencar prioridades em face das necessidades atuais e futuras referentes a obras e serviços de engenharia, podendo provocar elevados custos com manutenções preventivas e corretivas nas edificações existentes, assim como erro na definição de em novas obras ou edificações.
- As reduções orçamentárias que vêm ocorrendo ano após ano nos recursos disponíveis para a Instituição comprometerão os gastos necessários para a implantação de um Plano Diretor mínimo por campus, ou seja, investimentos com levantamentos topográficos, estudos de vegetação, as built, dentre outras necessidades. Diante disso, a falta de planejamento, expressa através da não elaboração de Planos Diretores de Infraestrutura e de Planos de Inspeção e Manutenção de cada unidade administrativa da Instituição, se traduz como um alto risco para a Instituição.



2.3.4. Objetivos Estratégicos da perspectiva Orçamento

Para alcançar nossa visão e promover a melhoria das demais perspectivas, que estruturas orçamentárias são consideradas críticas e deveremos seguir?



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI4

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- Execução de projeto para o monitoramento de ações de supervisão ocupacional e perfil socioeconômico do INCRA no Estado.
- Execução do projeto PRA TU - Central de Capacitação e Comercialização de Produtos Provenientes de Assentamentos para o Desenvolvimento Econômico do Estado.
- Execução do serviço de formação de professores e oferta de cursos proeja FIC.
- Execução do projeto de pesquisa intitulado Trilha de Aprendizagem em Informações e Análises Epidemiológicas.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- A arrecadação com receitas foi impactada por um Registro de Arrecadação de restituição de Guia de Recolhimento da União (cancelamento) referente ao exercício de 2021 no valor de R\$ 655.493,95, o que corresponde a 46% do total efetivamente arrecadado.



- Execução do Projeto de oferta de cursos de qualificação profissional de eletricista de sistemas de energias renováveis, no âmbito do PRO-NATEC (Linha de fomento Qualifica Mais Energif).
- Aquisição de usinas fotovoltaicas para diversos campi deste IFRN.
- Execução do Projeto regularização fundiária e capacitação em gestão de projetos de REURB desenvolvido pela FUNCERN em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional por meio da Secretaria Nacional de Habitação.
- Execução do projeto de pesquisa intitulado FISCALIZA SUS: Métodos e Processos Baseados em Inteligências Computacional com Ferramenta para Auditoria no SUS.

Desafios futuros:

- Ampliar a captação de recursos em parceria com instituições privadas e pertencentes a outros entes federativos através do recolhimento via GRU.
- Celebrar Termos de Execução Descentralizada para captação de recursos orçamentários de outras instituições da administração pública federal.
- Realizar convênios com órgãos e instituições vinculados a outros entes federativos, além de parcerias com a iniciativa privada para execução de projetos de extensão e pesquisa, bem como para aumento da arrecadação própria na instituição via institucionalização do Escritório de Projetos.

Riscos identificados:

- Estrutura administrativa defasada na Reitoria dificulta uma política de gestão que fomenta o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão e a captação de recursos.
- Dificuldade na implementação do escritório de projetos.
- Dificuldade no controle da execução orçamentaria e financeira de recursos não vinculados a Unidade Orçamentária do IFRN (26435), devido à lentidão na implementação da reestruturação dos setores subordinados a PROAD.



Objetivo estratégico: OR2 - Garantir a eficiência do gasto público

INDICADORES

GCA - Gastos Correntes por Aluno*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
R\$ 20.001,30	R\$ 21.443,20	 SITUAÇÃO: ALCANÇADO

GI (TCU) - Percentual de Gastos com Investimentos*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
3,7%	2,4%	 SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

GOC (TCU) - Percentual de Gastos com outros Custeios**

Meta 2022:	Resultado 2022:	
18%	17,9%	 SITUAÇÃO: ALCANÇADO

GP (TCU) - Percentual de Gastos com Pessoal**

Meta 2022:	Resultado 2022:	
69,8%	79,8%	 SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

IGCC - Índice de Gastos com Contratos Continuados**

Meta 2022:	Resultado 2022:	
67%	58%	 SITUAÇÃO: ALCANÇADO

IGER - Índice de geração de energia a partir de fontes renováveis*

Meta 2022:	Resultado 2022:	
27,8%	34,3%	 SITUAÇÃO: ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

** Quanto **MENOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 33 e 34):

DC	GA	GC	MA	MC	SA	SB	SD
----	----	----	----	----	----	----	----

Progresso: 95,92%



Não alcançado



Parcialmente alcançado



Alcançado



Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO OR2

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- Gastos com despesa de pessoal superaram o esperado e percentual de gastos com custeio foram próximos ao previsto.
- Gastos correntes por aluno foram superiores ao previsto.
- Aumento na participação da geração de energia elétrica a partir das usinas fotovoltaicas em relação ao consumo de energia elétrica nas unidades da instituição.

Desafios futuros:

- Estruturação adequada para fomentar a celebração de parcerias com outras instituições, visando a captação de recursos.
- Otimização dos gastos em infraestrutura e mão de obra especializada.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Crescimento vegetativo da folha de pagamento e orçamento com tendência de queda para despesas discricionárias contribuem para um percentual maior nos gastos com pessoal e menor em custeio e investimentos, impactando de forma distinta os indicadores.

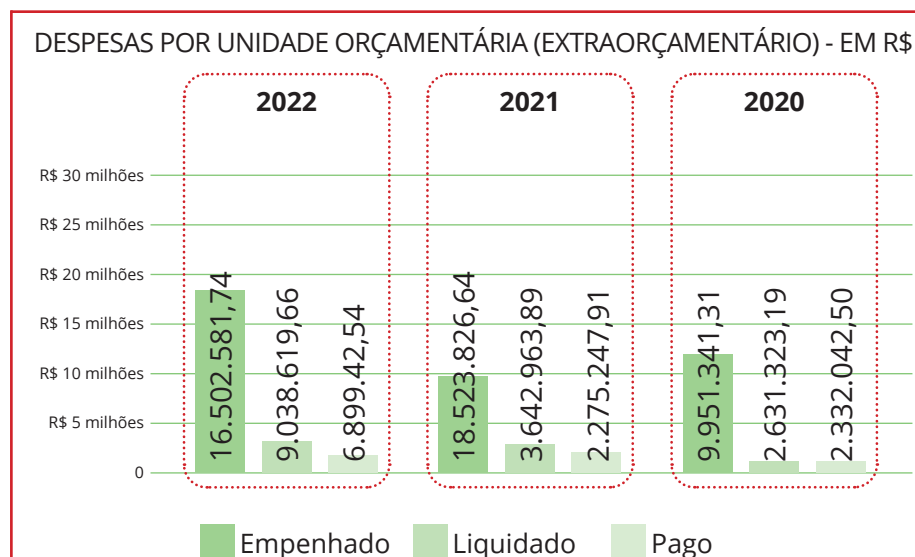
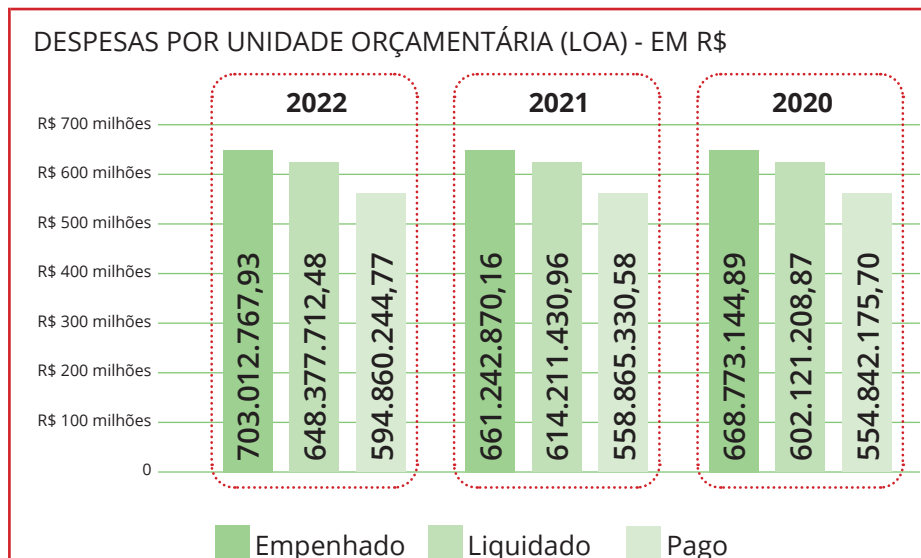
Riscos identificados:

- Dificuldade com o funcionamento dos campi, especialmente para lidar com a depreciação dos imóveis e da frota de veículos e a manutenção de contratos com mão-de-obra com dedicação exclusiva (terceirizados).

2.4. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

2.4.1. Gestão orçamentária e financeira

PERFIL DO GASTO DO IFRN



ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DO GASTO

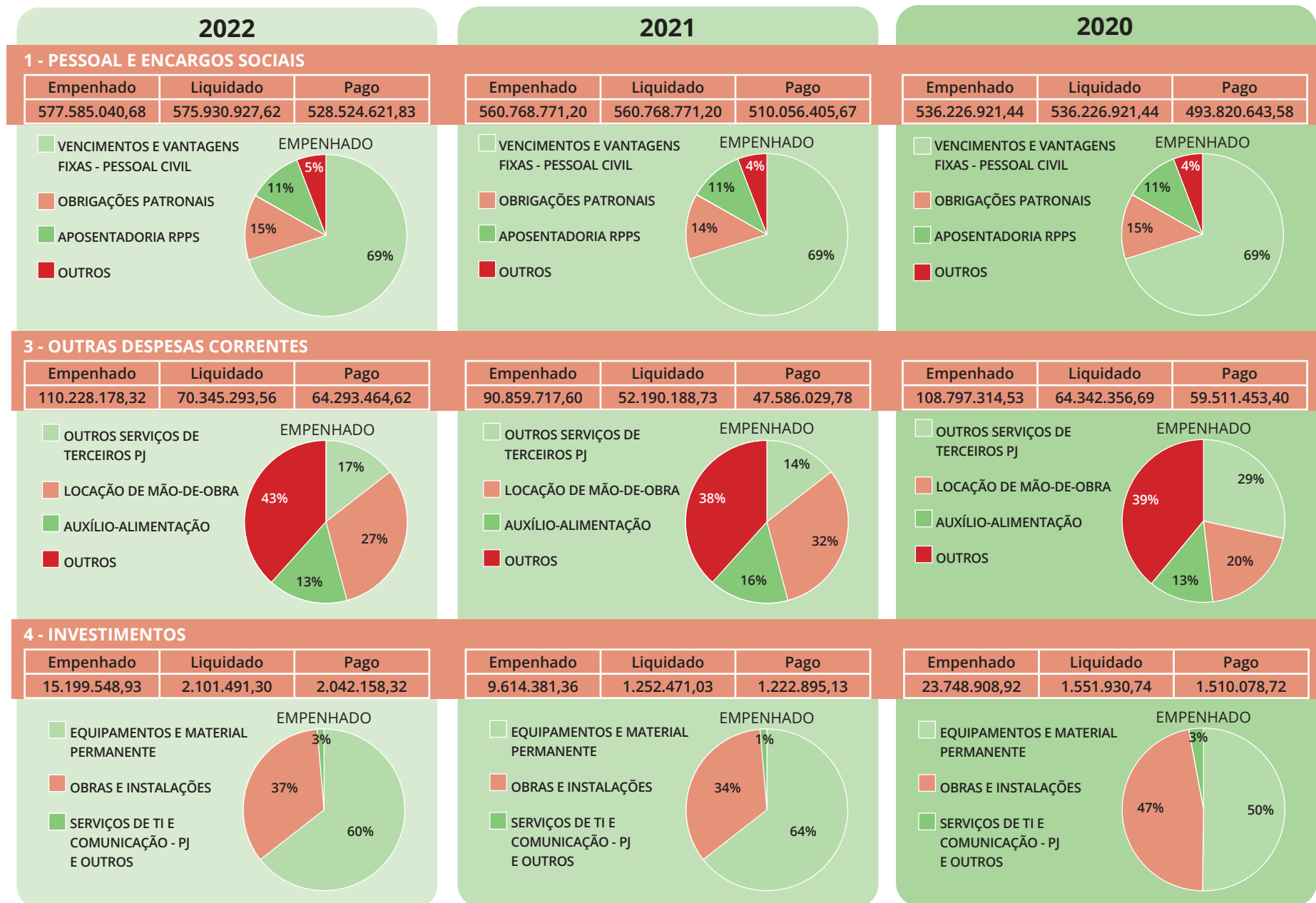
O orçamento empenhado na instituição em 2022 foi superior em aproximadamente 6% em comparação ao ano anterior, consequência do crescimento vegetativo da folha de pagamentos dos servidores ativos, inativos e profissionais temporários e do aumento no volume empenhado em custeio e investimentos. O orçamento destinado para despesas discricionárias sofreu variação positiva de aproximadamente 25% (R\$ 24,9 milhões) e o crescimento vegetativo da folha de pagamentos dos servidores foi superior cerca de 3% (R\$ 16,8 milhões) em relação a 2021.

Já o montante de recursos de outras instituições da administração pública federal executados pelo IFRN diminuiu aproximadamente 11% em relação ao exercício anterior, tratando-se de projetos realizados em parcerias. A gerência sobre esse tipo de recurso possui incerteza, pois depende da existência de parceiros interessados em desenvolverem projetos em conjunto com a Instituição. Nos últimos 3 anos, a execução desses recursos apresentou oscilação em seu volume disponibilizado, saltando de R\$ 9,9 milhões em 2020 para R\$ 18,5 milhões em 2021 e depois caindo para R\$ 16 milhões em 2022.

Em relação à gerência na inscrição de empenhos em restos a pagar em 2022, o saldo inscrito em restos a pagar não processados (diferença entre o empenhado e o liquidado) aumentou em relação a 2021 (R\$ 186 mil), somando um montante de R\$ 62 milhões. Em 2021, o montante foi de R\$ 61,9 milhões e, em 2020, de R\$ 73,9 milhões. A execução orçamentária e financeira em 2022 foi impactada por contingenciamentos orçamentários, restringindo a liberação de limite orçamentário (cota limite), o que provocou insegurança quanto a utilização de recursos em 2023 e atraso na emissão e reforço de Notas de Empenho.

Também houve impacto com o cronograma de repasse de recurso financeiro, em especial para orçamento de emenda parlamentar da bancada federal (fonte de recursos 0188000000 e vinculação de pagamento 410), ocasionando atrasos nos pagamentos, incluindo bolsas para a comunidade discente.

DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (LOA) - EM R\$



DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (EXTRAORÇAMENTÁRIO) - EM R\$

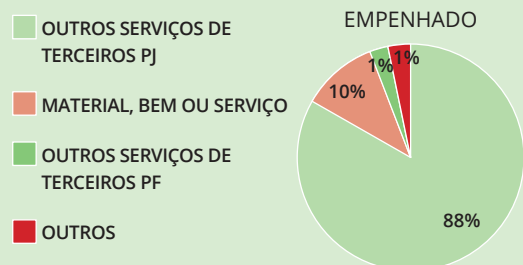
2022

2021

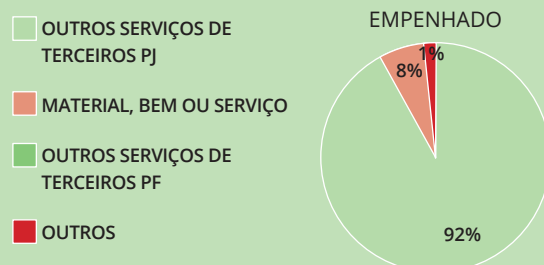
2020

3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

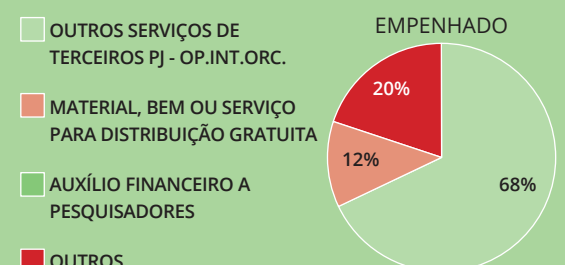
Empenhado	Liquidado	Pago
12.132.330,06	8.915.086,32	6.775.879,20



Empenhado	Liquidado	Pago
16.349.205,31	2.671.321,32	1.308.661,00

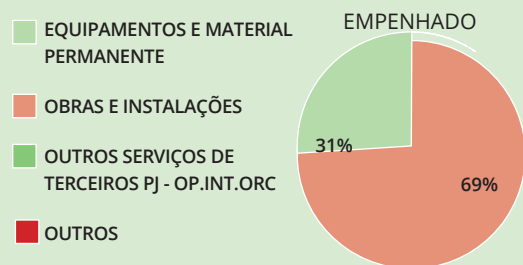


Empenhado	Liquidado	Pago
9.365.656,84	2.473.201,57	2.173.920,88

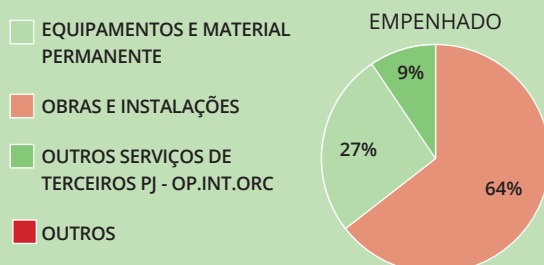


4 - INVESTIMENTOS

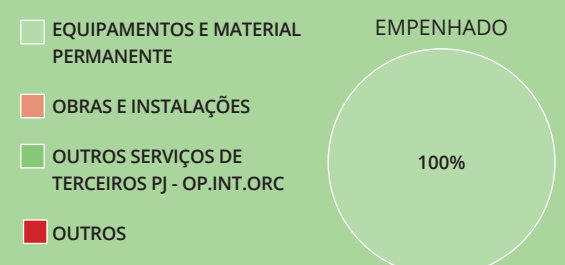
Empenhado	Liquidado	Pago
4.370.251,68	123.533,34	123.533,34



Empenhado	Liquidado	Pago
2.174.621,33	971.642,57	966.586,91



Empenhado	Liquidado	Pago
585.684,47	158.121,62	158.121,62



DESPESA POR PROGRAMA E AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (LOA) - EM R\$

	2022			2021			2020		
	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20TP	415.871.854,01	415.857.239,07	370.012.705,58	407.276.616,56	407.276.616,56	357.946.165,73	387.826.860,61	387.826.860,61	346.144.895,62
09HB	84.176.560,00	82.537.061,88	82.537.061,88	78.886.773,86	78.886.773,86	78.886.773,86	76.967.784,00	76.967.784,00	76.967.784,00
0181	77.536.626,67	77.536.626,67	75.974.854,37	74.605.380,78	74.605.380,78	73.223.466,08	71.432.276,83	71.432.276,83	70.707.963,96
20RL	64.518.940,30	28.112.300,72	27.120.606,81	52.570.739,89	17.131.797,08	16.328.242,52	68.242.454,49	20.938.158,83	19.871.985,15
212B	23.204.702,25	23.204.702,25	21.169.443,78	18.727.840,38	18.727.840,38	16.971.470,60	19.336.703,56	19.336.703,56	17.887.281,36
2994	28.224.684,46	12.955.509,25	10.520.828,01	18.369.847,51	9.494.493,39	8.055.651,42	20.279.300,66	16.753.823,68	15.045.476,87
2004	7.412.581,01	7.412.581,01	6.792.832,71	7.302.482,90	7.302.482,90	6.679.763,76	7.674.015,79	7.229.324,79	6.624.246,90
20RG	770.727,11	98.177,27	77.947,27	1.734.186,00	342.756,10	342.756,10	14.209.093,63	1.326.373,08	1.284.521,06
4572	1.211.960,12	579.382,36	569.832,36	1.690.091,28	364.378,91	352.129,51	2.737.681,32	265.279,49	263.396,78
00PW	84.132,00	84.132,00	84.132,00	78.911,00	78.911,00	78.911,00	54.823,00	32.473,00	32.473,00
216H	-	-	-	-	-	-	12.151,00	12.151,00	12.151,00

DESPESA POR PROGRAMA E AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (LOA) - EM R\$

	2022			2021			2020		
	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
211A	-	-	-	7.723.259,20	-	-	3.218.173,70	-	-
15R4	4.337.401,68	90.683,34	90.683,34	1.817.630,00	971.642,57	966.586,91	287.929,51	-	-
219U	2.966.378,98	1.916.707,04	1.391.370,00	1.584.078,11	229.742,50	229.742,50	132.833,34	-	-
00PI	1.192.161,91	61.831,54	61.831,54	1.240.315,32	302.652,18	302.652,18	1.146.177,11	374.311,75	374.311,75
8873	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	-
21B4	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	800.000,00	800.000,00	-	1.543.165,20	1.475.021,20	1.175.740,51
215F	-	-	-	701.020,00	-	-	-	-	-
8708	2.049.796,09	1.080.000,00	-	650.203,91	540.000,00	-	-	-	-
21AR	-	-	-	599.958,20	-	-	-	-	-
15OP	-	-	-	499.255,32	-	-	499.800,00	-	-
20RK	85.872,76	85.872,76	85.872,76	354.800,00	241.866,66	241.866,66	1.813,58	391,90	391,90
20RJ	335.554,14	295.554,20	113.054,20	302.778,00	298.076,25	298.076,25	292.583,00	272.501,58	272.501,58
210U	-	-	-	270.000,00	-	-	-	-	-
20RL	169.973,29	169.973,29	168.580,81	259.543,69	1.580,81	1.580,81	-	-	-
210T	642.854,00	618.254,00	270.256,00	223.390,32	16.800,00	16.800,00	93.352,86	-	-
20VB	372.875,27	372.875,27	372.875,27	203.158,60	203.158,60	203.158,60	-	-	-
218A	-	-	-	156.991,65	-	-	-	-	-
20JO	-	-	-	100.000,00	-	-	107.631,48	-	-
0487	31.114,38	28.268,98	28.268,98	25.950,00	25.950,00	6.910,00	-	-	-
4572	12.998,70	12.998,70	11.019,10	8.944,32	8.944,32	5.324,00	10.222,08	-	-
20U9	5.600,54	5.600,54	5.600,54	2.550,00	2.550,00	2.550,00	-	-	-
20RH	-	-	-	-	-	-	662.936,89	-	-
20V8	-	-	-	-	-	-	115.863,33	115.863,33	115.863,33
20YJ	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	-	-	-	-	-	-
21C0	-	-	-	-	-	-	538.859,23	393.233,43	393.233,43
8636	-	-	-	-	-	-	1.300.000,00	-	-

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

O orçamento do IFRN aprovado na LOA dividido por grupo de despesa segue comportamento distinto. O total executado no grupo de despesa “gastos de pessoal” segue uma tendência de crescimento, passando de R\$ 536 milhões em 2020 para R\$ 560 milhões em 2021 e depois para R\$ 577 milhões em 2022, fruto do crescimento vegetativo com a folha de servidores ativos e do aumento no número de aposentadorias, que eleva a quantidade de inativos. Essa tendência de crescimento não é acompanhada pelos outros dois grupos de despesas “outras despesas correntes” e Investimentos”, que apresentaram oscilação nos últimos 3 anos.

Para o grupo de despesa “outras despesas correntes”, o montante empenhado foi de aproximadamente R\$ 108 milhões em 2020, passando para R\$ 90 milhões em 2021 e depois para R\$ 110 milhões. Para o grupo de despesa “investimentos”, o total empenhado em 2022 representa um aumento de R\$ 5 milhões em relação a 2021 e uma redução de R\$ 8 milhões em relação a 2020. Essa variação está relacionada com a liberação de emendas parlamentares individuais e de bancada previstas na LOA para a unidade orçamentária do IFRN e é sensível ao cenário político de cada ano.

Dentre as ações de governo com impacto nas despesas discricionárias, a ação “20RL - funcionamento das instituições da rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” apresentou crescimento, em 2022, de 23% (R\$ 11,9 milhões) no valor empenhado em relação ao ano anterior, porém 5% (R\$ 3,7 milhões) inferior em relação a 2020. A ação “2994 - Assistência aos estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” teve um valor empenhado 54% (R\$ 9,8 milhões) superior em relação a 2021 e 39% (R\$ 7,9 milhões) superior a 2020. Essas duas ações estão ligadas diretamente com a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas, com o funcionamento da Reitoria e dos Campi e a assistência estudantil, incluindo despesas com contratos administrativos e auxílios financeiros pagos a comunidade discente, a exemplo de bolsas de iniciação científica e de pesquisa e auxílio transporte.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS:

DESAFIOS

- Ajustar o planejamento institucional a uma realidade de orçamento mais restrito para o funcionamento e manutenção das unidades (gastos com custeio).
- Ajustar o planejamento institucional às incertezas relativas ao orçamento aprovado e disponibilizado (necessidade de aprovação do legislativo para utilização de parte do orçamento).
- Melhorar o planejamento de contratações, gestão de contratos e gestão de materiais.
- Otimizar a força de trabalho disponível, considerando servidores, profissionais temporários e terceirizados.

AÇÕES FUTURAS

- Consolidar o Programa de Gestão de Desempenho, especialmente nos setores vinculados à execução orçamentária e financeira, permitindo o melhor aproveitamento da força de trabalho, a partir da atuação por entrega/atividade em mais de uma Unidade Gestora.
- Estruturar o setor de compras e gestão orçamentária.

2.4.2. Gestão de pessoas

CONFORMIDADE LEGAL

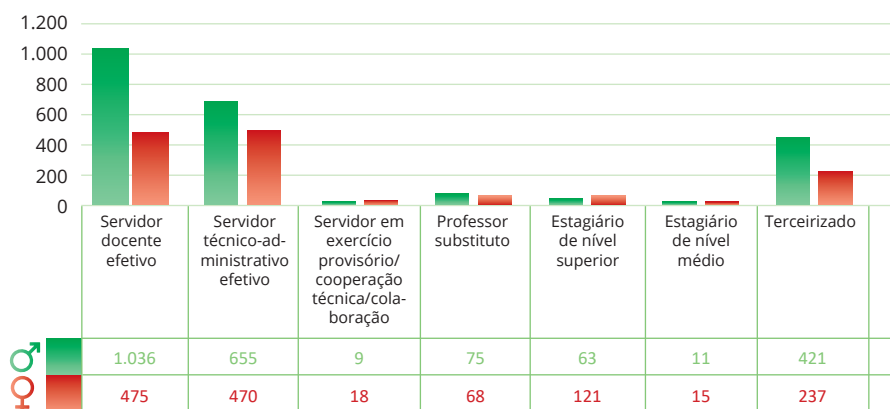
A Gestão de Pessoas do IFRN é órgão seccional, subordinada ao órgão setorial na área de pessoal no MEC, que é a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP/MEC, a qual é subordinada ao órgão central do SIPEC, a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. A legislação que trata do regime jurídico único dos servidores é a Lei nº 8.112/90 e todas as demais legislações expostas na área do CONLEGIS, que é de competência do órgão central do SIPEC. No que se refere às formas de atendimento aos requisitos legais da Instituição, em matéria de gestão de pessoas, são utilizadas as Resoluções do CONSUP, orientações

do CODIR e a regulamentação interna específica segue as Notas Técnicas, Notas Informativas e Orientações Normativas, as quais estão disponíveis no site institucional. No âmbito do IFRN, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGPE) conta com o apoio da Assessoria de Gestão e Gerenciamento de Riscos (ASGRIS), Assessoria de Legislação (ASSEL), Assessoria de Publicação e Registro (ASSPUB), assim como da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CODEPE), Coordenação de Geral de Cadastro e Pagamento (COGCAP), Coordenação de Assistência de Atenção à Saúde do Servidor (COASS) e Coordenação de Administração de Pessoal (COADPE).

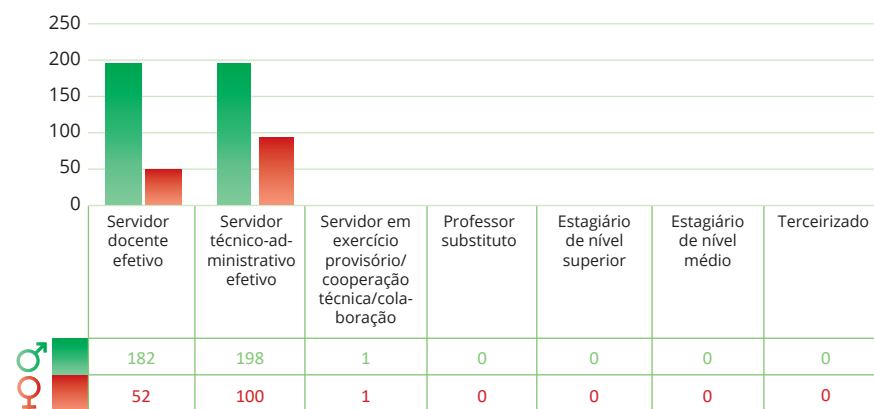
FORÇA DE TRABALHO

SERVIDORES POR SEXO

Nº TOTAL DE SERVIDORES POR SEXO

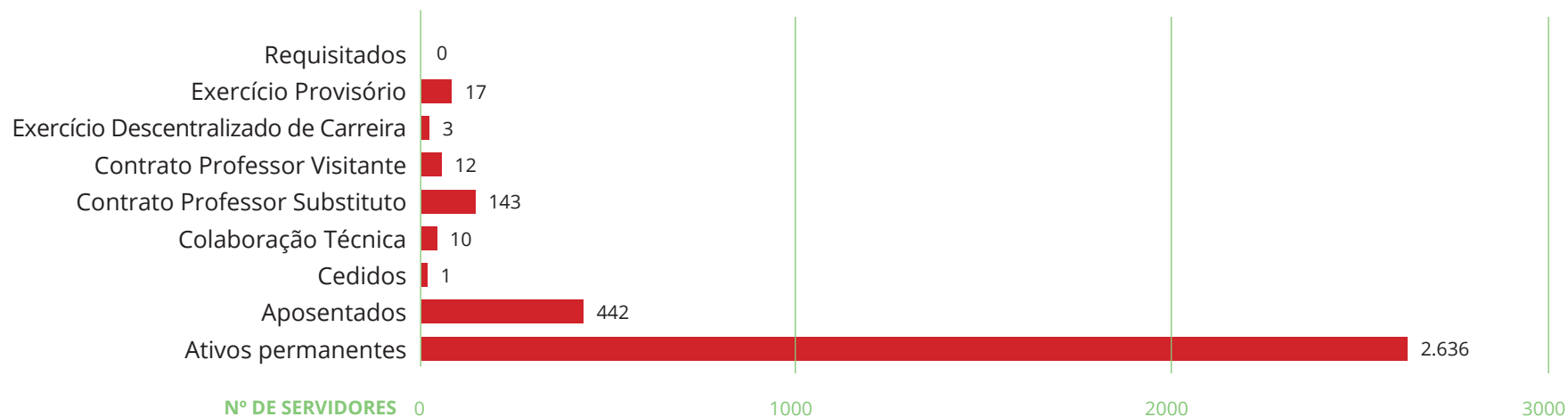


Nº DE OCUPANTES DE FUNÇÕES COMISSONADAS POR SEXO



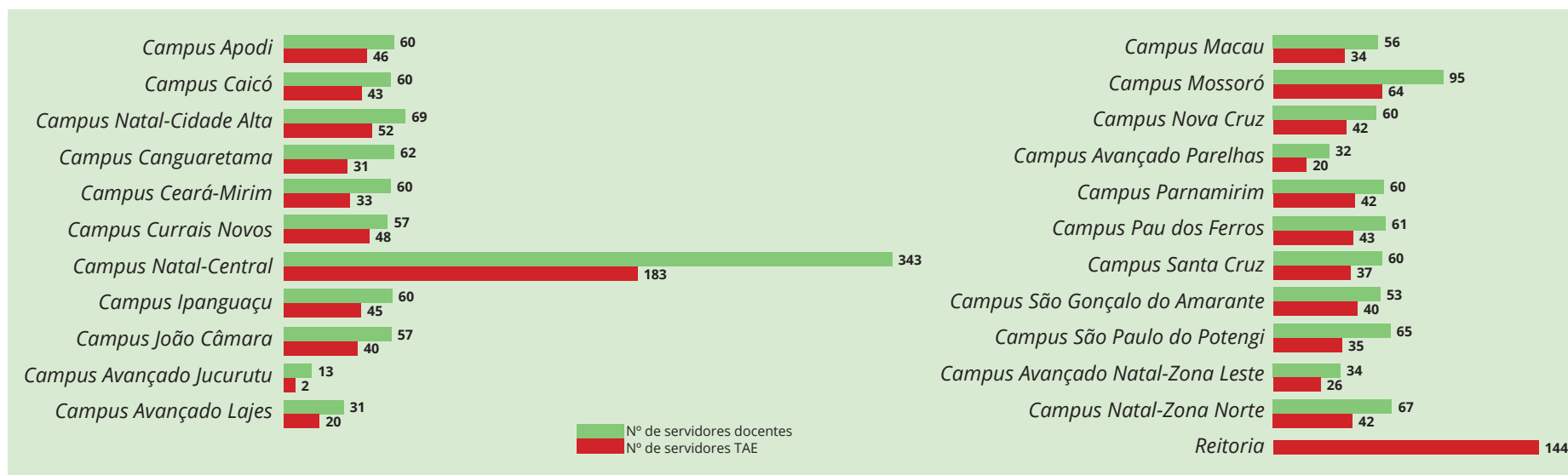
Fonte: Suap (2022)

SERVIDORES POR SITUAÇÃO FUNCIONAL



Fonte: Suap (2022)

FIGURA 9 - SERVIDORES POR UNIDADE



Fonte: Suap (2022)

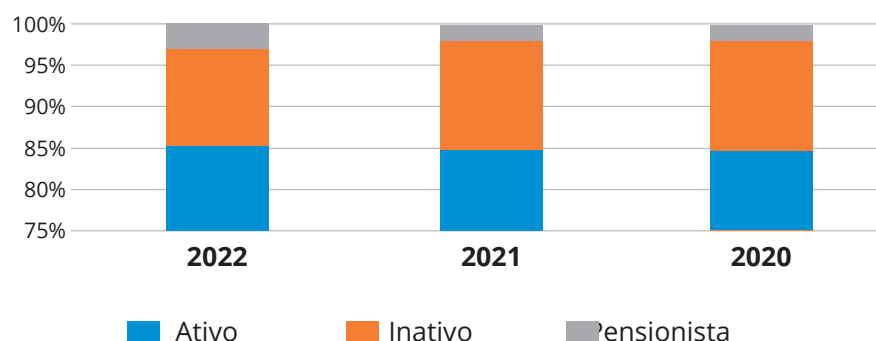
ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

O recrutamento e a alocação de pessoas no IFRN são realizados através de concurso público, redistribuição, movimentação para compor força de trabalho, remoção interna (remanejamento) e de processos seletivos simplificados. O concurso público é regido pela legislação federal pertinente à área, em especial o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019. Já o provimento por redistribuição é instituto previsto nos Art. 18 e Art. 37 da Lei nº 8.112/90. A movimentação para compor força de trabalho está regulamentada no § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021 e Portaria SEDGG/ME nº 8.471, de 26 de setembro de 2022. O processo de remoção interna ou remanejamento, por sua vez, é normatizado internamente pela Resolução nº 07/2014-CONSUP/IFRN e suas posteriores alterações. Os processos seletivos para contratação de professores substitutos e visitantes são normatizados pela Lei nº 8.745/1993 e por notas técnicas elaboradas e emitidas pela DIGPE. No ano de 2022, não foi realizado nenhum concurso público.

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

DESPESA COM PESSOAL	2022	2021	2020
Ativo	R\$ 415.871.854,01	R\$ 407.276.616,56	R\$ 387.826.860,61
Inativo	R\$ 64.757.411,83	R\$ 63.203.981,59	R\$ 60.836.597,72
Pensionista	R\$ 12.779.214,84	R\$ 11.401.399,19	R\$ 11.095.679,11
Total	R\$ 493.408.480,68	R\$ 481.881.997,34	R\$ 459.259.137,44

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL



JUSTIFICATIVA PARA O AUMENTO/DIMINUIÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL

O aumento da despesa de pessoal ativo pode se justificar pelas progressões, promoções e acelerações previstas nas carreiras de técnico administrativo e docente.

No tocante ao aumento de despesas de pessoal relativo a aposentados, este decorreu do acréscimo de 26 (vinte e seis) novas aposentadorias no ano de 2022. Já o aumento de despesas de pessoal referente a pensionistas foi consequência da instituição de 21 (vinte e uma) novas pensões civis por morte no supracitado exercício.

SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos é regida por:

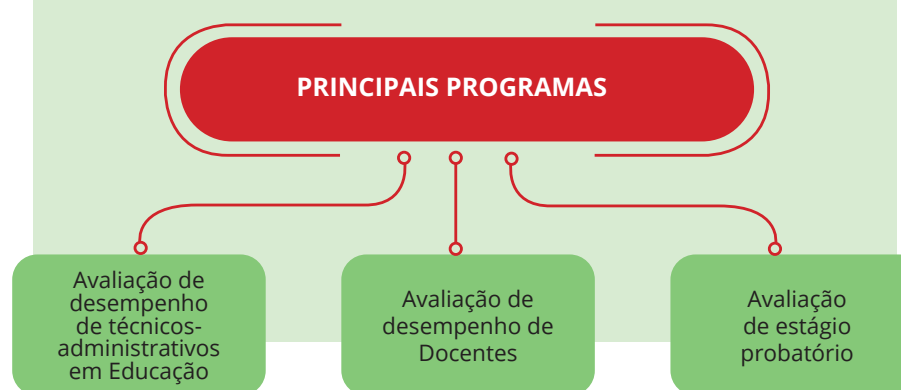
a) Lei nº 11.091/2005, que trata do Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, regulamentada pelo Decreto nº 5.825/2006, com nova redação dada pela Lei nº 11.784/2008; e

b) Resolução nº 15/2007-CD/CEFET-RN, de 27 de junho de 2007, que regulamenta a Avaliação de Desempenho.

Essa última avaliação é realizada por meio do Suap, que envia mensagem de notificação aos servidores sobre a necessidade de resposta aos formulários de autoavaliação, bem como de avaliação de membro da equipe e dos pares, quando for o caso. No que concerne aos servidores docentes, regidos pela Lei nº 12.772/2013, a avaliação de desempenho é regulamentada pela Resolução nº 06/2014-Consup. É premente a necessidade de revisão dos normativos que tratam da avaliação de desempenho para fins de progressão funcional, especialmente a avaliação docente no âmbito do IFRN. Entretanto, em virtude da pandemia e do déficit de pessoal na equipe da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CODEPE), esta demanda será considerada como um desafio futuro para implementação das ações de melhoria. Como forma de aprimorar os processos de avaliação de desempenho, a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal demandou da DIGTI o desenvolvimento de um módulo para progressões docentes no Suap, assim como o aperfeiçoamento do módulo de progressões funcionais dos técnicos-administrativos hoje em funcionamento. Tais ferramentas, quando em operação, deverão reduzir substancialmente eventuais atrasos e inconformidades.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM NÚMEROS

Quantidade de servidores avaliados em 2022	1.342
Quantidade de aprovados em 2022	1.338
Quantidade de reprovados em 2022	4
Quantidade de servidores que concluíram o estágio probatório	58



REMUNERAÇÃO

Conforme estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596/1987; contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745/1993; e Lei nº 12.772/2012, que altera a remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação, a remuneração inicial das categorias ocorre como descrita a seguir:

Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

- Dedicção Exclusiva: R\$ 4.472,64
- 40 horas: R\$ 3.130,85
- 20 horas: R\$ 2.236,32

Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação:

- Nível A: R\$ 1.326,72
- Nível B: R\$ 1.606,41
- Nível C: R\$ 1.945,07
- Nível D: R\$ 2.446,96
- Nível E: R\$ 4.180,66

OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Diante de um cenário de constantes mudanças, em função das atualizações relativas aos normativos, às legislações que regem o serviço público, e aos sistemas e ferramentas utilizados para a execução das atividades, como também a rotatividade de servidores entre os campi, é necessária a formação contínua e a qualificação desses profissionais, com vistas à prestação de serviço público de excelência para os cidadãos-usuários.

No que diz respeito à igualdade de oportunidades para o desenvolvimento do servidor, a Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN, aprovada pela Resolução nº 34/2019-CONSUP/IFRN, homologada pela Resolução nº 39/2019-CONSUP/IFRN e posteriormente atualizada pela Resolução nº 18/2021-CONSUP/IFRN, prevê que as oportunidades sejam concedidas de maneira equânime e, para isso, as estratégias adotadas para promover o desenvolvimento dos servidores são variadas, a depender do objetivo ao qual se destinem (aperfeiçoamento ou qualificação). Conforme o Art. 9º da Resolução 18/2021 - CONSUP, “a participação dos servidores em ações de desenvolvimento de pessoas se dará através da Concessão de Horário Especial de Estudante; Licença Capacitação; Afastamento para participação em programa de pós-graduação; Realização de estudo no exterior, Ação de Desenvolvimento em Serviço; participação em curso, oficina, palestra, fórum, congresso, conferência, seminário, workshop, simpósio, semana, jornada, convenção, colóquio, dentre outras modalidades de eventos”.

A definição das prioridades de desenvolvimentos será deliberada no âmbito dos campi de forma participativa. Logo, as oportunidades de desenvolvimento são planejadas e ofertadas por todos os campi e unidades

sistêmicas da Reitoria a partir da distribuição de recurso orçamentário de forma proporcional ao número de servidores em exercício em cada campi e unidades sistêmicas da Reitoria, objetivando atender todas as categorias de servidores de maneira igualitária de acordo com as necessidades de desenvolvimento prevista no PDP 2022 do IFRN.

A equipe da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, em 2022, conduziu reuniões de orientação para realização de ações de desenvolvimento pelos Campi e pelas unidades sistêmicas da Reitoria com a participação de representantes das Coordenações de Gestão de Pessoas e da Direção-Geral, no âmbito dos campi, das Pró-reitorias e Diretorias sistêmicas, na Reitoria. Essa iniciativa garantiu a execução de 100% do recurso destinado ao desenvolvimento de servidores pelo IFRN, pelo segundo ano consecutivo.

Para o exercício de 2022, foram identificadas 603 necessidades de desenvolvimento dos servidores no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), das quais 244 foram atendidas, a partir do apoio e promoção de 680 ações de desenvolvimento, alcançando 2.115 servidores do IFRN e totalizando uma carga horária de 96.893 horas de capacitação ofertadas. Isso demonstra a ascensão da expertise na execução da política de desenvolvimento de pessoal.

Em comparação ao exercício de 2021, observa-se um acréscimo de 320% no número de ações de desenvolvimento executadas, apesar da redução orçamentária de aproximadamente R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), em relação ao orçamento de 2021. Ressalta-se que as restrições orçamentárias comprometem o pleno desenvolvimento da política de desenvolvimento de pessoas do IFRN, contudo a gestão eficiente dos recursos proporcionou que fossem alcançados resultados satisfatórios. Salienta-se que a garantia de recurso permite que o IFRN se consolide como instituição reconhecida na Rede Federal pelos seus investimentos na área de desenvolvimento de pessoal.

No que tange às oportunidades de ocupar cargos de gestão, 100% dos cargos gerenciais do IFRN são tradicionalmente ocupados por servidores efetivos da própria Instituição, sendo dada prioridade a estes para a ocupação dos cargos, considerando-se a vivência e a experiência em educação profissional. A rotatividade de servidores entre os campi também afeta a mobilidade dos ocupantes dos cargos de gestão, havendo sempre a necessidade de substituições e consequente formação de novos gestores.

PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT

Atividades (físicas, palestras, campanhas de saúde, etc.) realizadas em benefício da saúde dos servidores, estagiários e terceirizados no âmbito do IFRN.

EIXO ESTILO DE VIDA

AÇÕES EMPREENDIDAS	Nº DE PARTICIPANTES
Jogos dos Servidores	600
Promoção do dia do servidor com atividades de lazer e almoço/lanche coletivo.	102
Meditação	25
Meditação (Mindfulness)	25
Trilha para Cerro Corá	18
Trilha para Acari	11
Treino de Futsal	8
Treino de Vôlei de Praia	6
Treino Funcional	5
Treino de Musculação	25
Treino de Ritbox	10
Divulgação dos aniversariantes do mês	112
Ação conjunta com o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) sobre o janeiro branco	30
Práticas de autocuidado “Respire, não pire”	73
Aniversariantes do mês — “Happy birthday to you”	92
Semana do Servidor: Roda de conversa “Servidor público, como está você?”; Alongamento; Caminhada Ecológica na Fazenda; Birlbol na Piscina; Desafios analógicos para mente; Brechó beneficente; Palestra de colorimetria.	122
Academia de Ginástica do Campus; 5 manutenções de academia; I Servgames do Campus, por meio de jogos digitais e jogos de sinuca.	100



AÇÕES EMPREENDIDAS	Nº DE PARTICIPANTES
Corpo em movimento.	58
Serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de academias.	68
Jogos para afiar a mente	58
Atividade físicas variadas - Musculação, treinamento funcional, natação, dança, futsal, vôlei e basquete	60
Atividade de lazer – jogos diversos, xadrez e sinuca	20
Eventos de integração social - São João e confraternização natalina	60
Estruturação da academia dos servidores para condicionamento físico, (aeróbico elíptico)	50
Disponibilização de horários ginásio e piscina, oferta de modalidades esportivas para servidores (futsal, vôlei, basquete, natação)	50
Atividade física	10
Ação para o dia do servidor público	15
Semana do servidor- serviço e massoterapia	50
Oficinas de pilates no solo	20
Integração com a Família e Trabalho- recreação para os pais e filhos dos servidores.	60
Semana do servidor- treino funcional	8
Comemoração dia 28/10	100
Academia dos servidores	40
Natação dos servidores	15
Aquisição de material de consumo esportivo para prática de beach tennis, de noções de muay thai e de vôlei de quadra e de areia	-
Aquisição de material permanente para prática esportiva (esteira ergométrica e estação de multiexercícios)	-
Utilização da sala práticas corporais	6
Utilização da quadra poliesportiva; modalidade futsal	12
Ação de integração: São João	100
Ação de integração: confraternização final de ano	100
Atividades físicas: natação, futsal, vôlei	30
Campanha de arrecadação e doação de alimentos – eventos de arrecadação: technology day, jogos internos e confraternização	100



AÇÕES EMPREENDIDAS	Nº DE PARTICIPANTES
Práticas/programas de atividades físicas (2x na semana por meio do treinamento funcional)	10
Saúde e bem-estar (programas de treinos de musculação para servidores)	7
Atividades semanais de pilates e ginástica laboral para servidores e terceirizados	50
3 horas de massagem terapêutica para servidores e terceirizados)	50
Dia da beleza em parceria com a Mary Kay	110
"Mesversário"	19
Futsal dos servidores	8
Academia	8
Vôlei dos servidores	14
Quarta da fruta	18
Café com prosa - 4ª Edição	30
Futsal	20
Dia da Mulher com roda de conversa sobre autocuidado	30
Comemoração dos 10 anos do Campus	160
Treino funcional	120
Hidroginástica	120
Academia orientada	120
Massoterapia	120
Orientação para caminhadas e corridas	24
Grupo musical - ensaios e apresentações	10
Eventos comemorativos de integração de servidores	50
Pilates	20



EIXO POLÍTICA ORGANIZACIONAL

AÇÕES EMPREENDIDAS	Nº DE PARTICIPANTES
Atividades junto aos gestores com base nas demandas identificadas no relatório de 2021 com apoio da COASS/RE - "Pílulas do conhecimento"	18
Pesquisa de avaliação do desempenho dos gestores - "A hora da verdade"	7
Grupos reflexivos com problematização no contexto de trabalho - "Não é blá blá blá"	86
Diagnóstico de Promoção à Saúde e de Qualidade de Vida no Trabalho	30
Ação diagnóstica de clima organizacional realizada meio de conversas setoriais abordando assuntos pertencentes ao eixo temático "organizacional", sendo eles: condições de trabalho (ambiente físico, mobiliário, iluminação, limpeza, espaços comuns, estrutura física); organização do trabalho (estrutura organizacional, identificação de tarefas, funções e responsabilidades, informações e feedback, relacionamento entre setores); relações socioprofissionais; crescimento e reconhecimento profissional e causas de aborrecimento/ adoecimento.	40
Capacitação do grupo gestor do campus	13
Análise ergonômica dos postos de trabalho	60
Oficina de aposentadoria	10
Oficina de iniciação à pesquisa	10
Aquisição de cadeiras do papai	30
Registro de cartilha ergonômica	110
Roda de conversa - Tema: "Como diminuir a sobrecarga de trabalho"	18
Mês de valorização do servidor público: Compra de brinde em comemoração ao dia do servidor público.	58
Oficina de saúde vocal	142
Ergonomia	144
Entrega de materiais ergonômicos remanescentes da ação de 2021	74



EIXO SAÚDE INTEGRAL

AÇÕES EMPREENDIDAS	Nº DE PARTICIPANTES
Ginástica Laboral	279
Campanha água é vida.	58
Palestras de saúde e qualidade de vida: comer, meditar, se amar.	58
Palestra sobre saúde mental e prevenção ao suicídio - Campanha setembro amarelo	50
Palestra sobre Noções básicas em primeiros socorros em parceria com o SAMU	50
Campanhas de saúde – 2 campanhas de vacinação do reforço contra COVID-19 (3º e 4º doses) e Influenza nos meses de julho e novembro de 2022	30
Realização de palestras sobre saúde e qualidade de vida	40
Campanha de Vacinação contra a COVID-19	15
Palestra sobre saúde mental	60
Campanhas de conscientização sobre o processo saúde/doença.	110



A QVT (Qualidade de Vida no Trabalho) é um eixo importante para o sucesso de qualquer Instituição. É a partir dela que se desenvolvem ações para melhorar o ambiente de trabalho, a satisfação dos servidores e o desempenho organizacional. No nosso instituto, temos o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos servidores, terceirizados e estagiários, estabelecendo ações específicas nos eixos de saúde integral, política organizacional e estilo de vida. Podemos dizer que, graças às nossas ações e a colaboração de todos os envolvidos, tivemos um resultado satisfatório, mesmo enfrentando uma pandemia, melhorando a integração entre os

servidores. No entanto, é importante que haja um reforço nas ações do eixo política organizacional. Percebemos a necessidade de aprimorarmos o acompanhamento das ações, bem como acompanhar a evolução da satisfação dos servidores, terceirizados e estagiários do IFRN, de forma que possamos cada vez mais melhorar nossas ações. Salientamos que alguns campi não preencheram o relatório das ações realizadas no ano de 2022. Deste modo, é muito importante que os gestores continuem incentivando e apoiando as ações de QVT, para que elas sejam cada vez mais bem-sucedidas.

ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO

As ações de capacitação adotadas pelo IFRN estão norteadas pela Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN, aprovada pela Resolução nº 34/2019-Consup/IFRN e homologada pela Resolução nº 39/2019-Consup/IFRN, posteriormente atualizada pela Resolução nº 18/2021 - CONSUP/IFRN, que tem como alguns de seus objetivos: promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação do IFRN; estabelecer objetivos e metas institucionais, tendo como referência o PDI, para o planejamento das ações de desenvolvimento; nortear o planejamento das ações de desenvolvimento de acordo com os princípios da economicidade e da eficiência; preparar os servidores para as mudanças de cenários internos e externos ao IFRN; e ofertar ações de desenvolvimento de maneira equânime aos servidores.

Essa Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN tem como norte a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, regulamentada através do Decreto nº 9.991/2019, posteriormente alterado pelo Decreto nº 10.506/2020, assim como a Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 21/2021, que estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP de que trata o Decreto nº 9.991/2019.

A DIGPE, por meio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CODEPE), é responsável pela coordenação, planejamento, controle e avaliação de todas as ações de desenvolvimento de pessoal. Em conjunto com os setores de gestão de pessoas dos campi, a Coordenação operacionaliza as ações com a execução de eventos locais e externos, sejam de capacitação ou acadêmicos.

A estratégia de execução de ações de desenvolvimento parte da distribuição de recurso orçamentário entre duas dimensões: qualificação e capacitação. A primeira ocorre de forma centralizada, gerenciada pela CODEPE em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI), e ocorre por meio de convênios com instituições de ensino nacionais e internacionais para a destinação de vagas em programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado para os servidores do IFRN.

A dimensão da capacitação caracteriza-se pelo apoio e promoção de ações de desenvolvimento à nível de formação continuada. Essa estratégia é executada de forma descentralizada, sob o planejamento e coordenação da CODEPE, em conjunto com os campi e com as unidades sistêmicas da Reitoria. A definição das prioridades de desenvolvimentos será deliberada no âmbito dos campi de forma participativa. Logo, as oportunidades de desenvolvimento são planejadas e ofertadas por todos os campi e unidades sistêmicas da Reitoria a partir da distribuição de recurso orçamentário de forma proporcional ao número de servidores em exercício em cada campi e unidades sistêmicas da Reitoria, objetivando atender todas as categorias de servidores de maneira igualitária de acordo com as necessidades de desenvolvimento prevista no PDP 2022 do IFRN.

Diante do retorno as atividades presenciais, após o período de distanciamento social, em função da pandemia de COVID-19, as ações de desenvolvimento formato presencial foram reestabelecidas. Porém, ações em formato remoto, principalmente em parceria com a Enap (Escola Nacional de Administração Pública) e PRODESP (Projeto de Desenvolvimento de Pessoal do IFRN), continuam sendo ofertadas devido aos resultados satisfatórios obtidos nos anos anteriores. Esse conjunto de modalidades oportunizou a participação de 2.115 servidores do IFRN em 680 ações de desenvolvimento executadas, totalizando uma carga horária de 96.893 horas de capacitação ofertadas.

CAPACITAÇÃO EM NÚMEROS

NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS — 2.115

TOTAL DE HORAS DE CAPACITAÇÃO — 96.893

CUSTOS DE CAPACITAÇÃO — R\$ 382.308,15 (ações de desenvolvimento) + R\$ 537.225,20 (diárias e passagens)

PRINCIPAIS PROGRAMAS

Convênio com UFRN:

- Programa de Mestrado Profissional em Engenharia de Software;
- Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática;
- Programa de Mestrado em Gestão Pública;
- Programa de Mestrado em Gestão de Processos Institucionais.

Convênio com a UERN

- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação;
- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem;
- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais;
- Programa de Pós-Graduação em Educação;
- Programa de Pós-Graduação em Física;
- Programa de Pós-Graduação em Saúde e Sociedade;
- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas;
- Programa de Pós-Graduação em Letras;
- Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido;
- Programa de Pós-Graduação em Ensino.

Convênio com a Universidade do Minho:

- Doutorado (Escolas de Educação, Ciências Sociais, Engenharias e Ciências);
- Mestrado (Ciências da Educação).

Convênio com a UFERSA

- Programa de Pós-graduação em Administração.

Convênio com a UNIMAR/CESAA

- Programa de Pós-graduação em Direito.

Ações de aperfeiçoamento com a oferta de cursos externos;

Ações de aperfeiçoamento através da promoção de cursos ofertados pela própria instituição.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
• Atualização dos normativos da área de Gestão de Pessoas, considerando novos normativos vigentes e recentes políticas de gestão do IFRN. • Uniformização de procedimentos no âmbito da Gestão de Pessoas, • Aprimoramento da sistemática referente ao acompanhamento das ações relacionadas ao QVT nos Campi. • Implantação e monitoramento do Programa de Gestão no IFRN. • Oferta de ações de desenvolvimento de pessoas que oportunizem a capacitação de servidores de todos os campi e Reitoria. • Realização de ações em parceria com o projeto de mapeamento de competências socioemocionais. • Formalização de novos convênios, mesmo com a crescente redução orçamentária na ação 4572, a fim de oportunizar a elevação da qualificação dos servidores do IFRN através da participação em programas de pós-graduação. • Alinhamento das ações de desenvolvimento com as competências mapeadas. • Ampliação de ações voltadas para saúde mental. • Estruturação mais robusta do SIASS. • Avanço na implementação do gerenciamento de riscos.	• Oferta de novas oportunidades de qualificação em nível de doutorado em Engenharia de Informática na Universidade de Coimbra-PT. • Oferta de vagas de Doutorado em Engenharia Sanitária e Ambiental na Universidade Federal da Paraíba. • Oferta de vagas de Mestrado Acadêmico em Administração na Universidade Federal Rural do Semiárido. • Oferta de vagas de Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais na UFRN. • Oferta de vagas de Doutorado em Administração por meio de DINTER a ser firmado entre o IFRN e a UFRGS. • Elaboração de modelo de referência para distribuição de cargos nos níveis C, D e E, alinhados com a tipologia prevista na Portaria 713/2021-MEC. • Elaboração dialogada de uma nova proposta que permita a mobilidade interna de servidores (remoção interna a pedido) sem que isso implique no atraso dos procedimentos de ocupação dos códigos de vaga disponíveis no IFRN. • Elaboração de Práticas Operacionais Padrão (POP) e Check-lists como primeiro passo para uniformização de procedimentos relacionados ao desenvolvimento de Pessoal. • Realização de Concurso Público para Técnicos-Administrativos no primeiro semestre e para Professor EBTT no segundo semestre de 2023. • Realização de editais de remoção interna para técnicos-administrativos. • Realização de editais de licença capacitação. • Realização de estudo sobre o SISDIP para verificar a viabilidade de utilização dessa ferramenta do governo federal para dimensionamento da força de trabalho do IFRN. • Fortalecimento da cultura de planejamento das ações de desenvolvimento nos campi e na Reitoria. • Alinhamento da atuação da ASGRIS com o Núcleo de Gerenciamento de Riscos, seguindo metodologia institucionalizada.

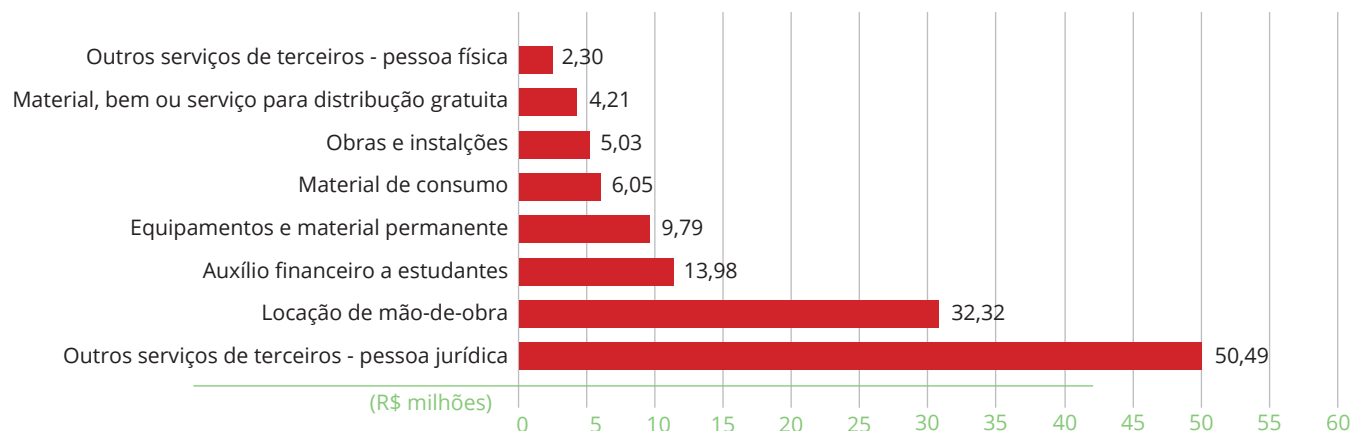
2.4.3. Gestão de licitação e contratos

CONFORMIDADE LEGAL

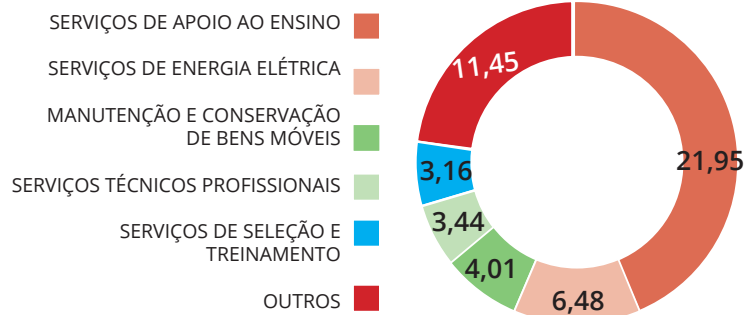
O IFRN atende aos requisitos legais para execução de suas licitações e contratos, sendo os principais normativos os que seguem: Leis nº 8.666/93, nº 10.520/2002 e nº 12.462/2011; Lei Complementar nº 123/2006; Decreto nº. 7.892/2013; diversas Instruções Normativas editadas pela SLTi, a exemplo da mais recente, que trata das contratações de serviços continuados, ou seja, IN nº 05/2017. Quanto aos órgãos de controle, são editados normativos, a exemplo de Acórdãos (TCU) e Portarias (AGU), muitas vezes no sentido de esclarecer dúvidas a respeito das interpretações legais.

PERFIL DOS GASTOS COM LICITAÇÕES E CONTRATOS

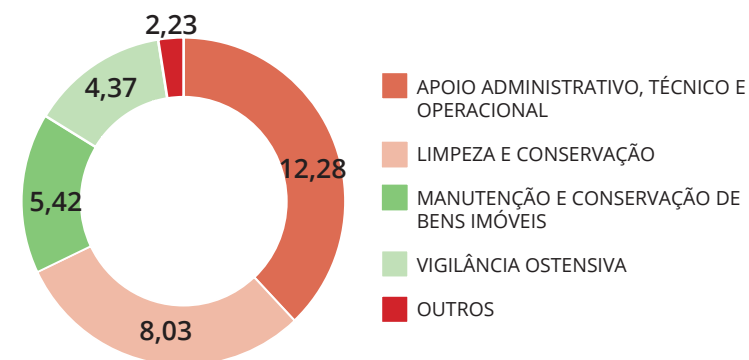
PRINCIPAIS GASTOS POR TIPOS DE DESPESAS



Outros serviços de terceiros (PJ) (em R\$ milhões)



Locação de mão de obra (em R\$ milhões)



PRINCIPAIS CONTRATOS DE FUNCIONAMENTO

FINALIDADE DO CONTRATO	TIPO(S) DE SERVIÇO CONTRATADO	OBJETIVO(S) ESTRATÉGICO(S) ASSOCIADO(S)	VALOR GASTO EM 2022 (R\$)
Funcionamento/ unidade administrativa	Apoio administrativo, técnico e operacional		7.606.102,79
	Limpeza e conservação		6.130.802,84
	Manutenção e conservação de bens imóveis		4.902.941,82
	Vigilância ostensiva		4.351.767,40
	Serviços de outsourcing - almoxarifado virtual	ES1 - Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados	1.712.942,29
	Material para manutenção de bens imóveis/instalações	GI5 - Implantar a gestão de infraestrutura	1.450.707,16
	Combustíveis e lubrificantes automotivos	OR2 - Garantir a eficiência do gasto público	1.026.492,62
	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		1.025.058,53
	Mobiliário em geral		941.001,39
	Aparelhos e utensílios domésticos		928.939,37
	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos		865.783,65
	Serviços de copa e cozinha		728.864,85

FINALIDADE DO CONTRATO	TIPO(S) DE SERVIÇO CONTRATADO	OBJETIVO(S) ESTRATÉGICO(S) ASSOCIADO(S)	VALOR GASTO EM 2022 (R\$)
Assistência estudantil	Fornecimento de alimentação	PA8 - Fortalecer as atividades de assistência estudantil	1.872.458,77
	Apoio administrativo, técnico e operacional		1.547.960,73
	Mercadorias para doação		1.157.223,97
	Serviços de copa e cozinha		810.665,52
	Material destinado a assistência social		688.396,83
	Serviço para distribuição gratuita		148.160,59
Capacitação de servidores	Passagens para o país	GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores OR2 - Garantir a eficiência do gasto público	389.869,82
	Passagens para o exterior		258.863,80
	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		84.543,00
Tecnologia da Informação	Equipamentos de TIC - computadores	GI4 - Consolidar a gestão de TI	717.161,00
	Locação de softwa-res		417.532,20
	Material de TIC (permanente)		197.100,00
	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC		163.930,38



CONTRATAÇÕES DIRETAS

FINALIDADE DO CONTRATO	TIPO(S) DE SERVIÇO CONTRATADO	OBJETIVO(S) ESTRATÉGICO(S) ASSOCIADO(S)	VALOR GASTO EM 2022 (R\$)
Funcionamento/ unidade administrativa	Serviços de energia elétrica	ES1 - Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados GI5 - Implantar a gestão de infraestrutura OR2 - Garantir a eficiência do gasto público	5.006.931,57
	Limpeza e conservação		1.881.495,25
	Serviços de energia elétrica		1.448.463,93
	Serviços de água e esgoto		810.588,51
	Apoio administrativo, técnico e operacional		722.233,09
	Serviços de apoio ao ensino		430.056,69
	Manutenção e conservação de bens imóveis		413.842,77
	Serviços de água e esgoto		268.297,16
	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		140.314,95
	Assinaturas de periódicos e anuidades		127.840,00
	Material para manut.de bens imóveis/instalações		93.410,52
Assistência estudantil	Mercadorias para doação	PA8 - Fortalecer as atividades de assistência estudantil	793.654,86
	Material destinado a assistência social		76.991,05
Capacitação de servidores	Serviço de seleção e treinamento	GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores	1.140.560,37
Pesquisa	Serviços de apoio ao ensino	PA-5 Fortalecer o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação voltados à transferência de tecnologias	389.693,92



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

PRINCIPAIS DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
LICITAÇÕES	
• Adequação das contratações à nova Lei de licitações. • Capacitação dos servidores considerando a aprovação e implementação da nova Lei de licitações, inclusive no quesito prático devido à atualização dos módulos do sistema Comprasnet. • Padronização dos processos de compras e contratações. • Estruturação do setor responsável pela coordenação das ações que envolvem a fase preparatória do processo de licitação, a Coordenação de Compras. • Estruturação da Diretoria de gestão de Contratos e consolidação da segregação dos tipos de fiscalização de contratos.	• Monitoramento do desempenho dos processos de compras e licitações. • Catalogação e divulgação de processos de referência para servirem de exemplo. • Padronização dos pregões SRP com cota reservada ME/EPP. • Categorização das compras e contratações para facilidade de controle e auditoria. • Criação de fluxograma para padronização das atividades, documentos e rotinas realizadas no setor. • Implantação de controles automatizados para acompanhamento no Comprasnet, controle de contratações no Suap, controle das atas vigentes e padronização dos itens de materiais licitados pelo IFRN. • Criação de rotinas para o almoxarifado virtual.
CONTRATOS	
• Padronização de rotinas e procedimentos, fornecendo subsídios para avaliação do acompanhamento dos contratos, possibilitando a adoção de estratégias para a obtenção de melhores resultados. • Orientação e supervisão da execução contratual junto às unidades administrativas, para mitigar eventuais inconsistências motivadas, especialmente, por ações e/ou omissões da contratada. • Preparação do IFRN para os impactos advindos do uso obrigatório a partir de abril/2023 da Nova Lei de Licitações e Contratações. • Estímulo ao desenvolvimento da cultura institucional de planejamento da contratação.	• Elaboração de manuais para padronizar as rotinas relacionadas a gestão e fiscalização de contratos. • Atualizações do módulo Suap visando a melhoria do módulo de acompanhamento dos contratos. • Atualização da instrução normativa que trata sobre os processos de formalização e alteração de contratos no IFRN. • Realização de reuniões e encontros periódicos com as equipes de planejamento e contratações das unidades administrativas que compõem o IFRN.



2.4.4. Gestão patrimonial e infraestrutura

CONFORMIDADE LEGAL

Com relação à gestão do patrimônio institucional, o IFRN cumpre toda a legislação vigente quanto à aquisição via certames licitatórios, em cumprimento à Lei nº 8.666/76 e demais normativos, bem como tem se apropriado das mudanças da legislação a partir da nova lei de licitações, Lei nº 14.133/2021, que será de uso obrigatório a partir de abril/2023. Para efetivar o controle patrimonial, a instituição dispõe de módulo no Suap, que acolhe o registro de todos os itens com os respectivos tombamentos, depreciações, transferências e baixas. A conciliação desses registros é realizada mensalmente, com os saldos registrados no Siafi.

CONFORMIDADE LEGAL

Em relação à gestão de infraestrutura, o IFRN, ao desenvolver seus projetos arquitetônicos, adota critérios de sustentabilidade, baseando-se na Lei nº 12.349/2010, que tem a finalidade protecionista e de desenvolvimento nacional, incluindo o desenvolvimento sustentável como diretriz

governamental. Segue priorizando as contratações públicas sustentáveis, conforme Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal. Fundamenta-se ainda nas diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais normas vigentes. Com relação aos orçamentos dos projetos, estes são preparados de acordo com o disposto no Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. No tocante à gestão da infraestrutura, o IFRN visa garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, normatizada pelo Decreto nº 5.296/2004. Além disso, todos os projetos devem estar de acordo com as normas técnicas da ABNT aplicáveis, reunidas na NBR 5090, que tem como foco a acessibilidade em um projeto, construção, instalação e adaptação de edificações.



PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

TIPO DE INVESTIMENTO: OBRA - VALOR INVESTIDO EM 2022: R\$ 8.652.075,22	
DESCRIÇÃO	BENEFÍCIO ESPERADO
• Construção de edificação para o do Núcleo Tecnológico do Alto Oeste Potiguar (NUTEC) no Campus do IFRN em Pau dos Ferros. • Construção de Coreto para práticas de ações artísticas e de cunho social em ambiente aberto no Campus do IFRN em Pau dos Ferros. • Construção de banheiros e acesso de pedestres nas proximidades do ginásio poliesportivo do Campus Avançado do IFRN em Lajes. • Construção de Estação de Tratamento de Esgoto Compacta com reservatório para efluentes tratados e sistema de irrigação para áreas verdes do Campus Avançado do IFRN em Jucurutu. • Adequação das instalações de prevenção e combate a incêndio em diversos Campi do IFRN – Ceará-Mirim, João Câmara, Lajes, Natal Cidade Alta - Unidade Rocas, Natal Zona Norte e São Gonçalo do Amarante. • Reforma e recuperação de estruturas metálicas nos ginásios poliesportivos nos Campi do IFRN em Caicó, Natal Central e São Paulo Potengi. • Reforma e Recuperação da Biblioteca Central do Campus do IFRN em Mossoró. • Reforma e ampliação da sala dos servidores e acessos no Campus do IFRN em Mossoró. • Reforma da sala dos servidores e banheiros do CTQ e impermeabilização do reservatório elevado no Campus do IFRN em Currais Novos. • Ampliação da cobertura da arquibancada da piscina no Campus do IFRN em Canguaretama. • Manutenção e (re)instalação de usina fotovoltaica no Campus do IFRN em Pau dos Ferros. • Montagem de subestação elétrica em média/baixa tensão do Campus do IFRN em Mossoró. • Aditivo ao Contrato nº 106/2021- PROAD/IFRN – Construção de Laboratório de Gemologia - CT Mineral.	• Preservação do patrimônio público e segurança da estabilidade de estrutura metálica com vistas à melhoria de práticas esportivas e segurança para a comunidade dos Campi Caicó, Natal Central e São Paulo do Potengi. • Manutenção de instalações e equipamentos relacionados a produção e distribuição de energia elétrica. • Melhoria e ampliação dos espaços públicos.

TIPO DE INVESTIMENTO: EQUIPAMENTOS - VALOR INVESTIDO EM 2022: R\$ 10.424.175,39

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIO ESPERADO
• Aquisição de sistemas fotovoltaicos para atender a demanda dos campi do IFRN. • Aquisição de elementos de hardware e software e serviços para a implantação de solução de hiper convergência. • Aquisição de computadores (desktops) para o Campus Natal Central.	• Reduzir o custo mensal com a fatura referente ao serviço de fornecimento de energia elétrica e contribuir com a geração de energia elétrica partir de fonte renovável. • Execução do projeto estratégico desktop Virtual. • Reposição e atualização tecnológica dos laboratórios acadêmicos (DIATINF e DIAC) e de setores administrativos.

TIPO DE INVESTIMENTO: VEÍCULOS - VALOR INVESTIDO EM 2022: R\$ 109.850,00

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIO ESPERADO
• Campus Ipanguaçu adquiriu um veículo tipo <i>pickup Strada</i>	

LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

O IFRN não dispõe de locações de imóveis. Os imóveis utilizados foram doados ou estão cedidos pelos entes federativos ou adquiridos através de escritura pública de compra e venda. Em relação a equipamentos locados, a instituição dispõe apenas de ilhas de impressão, com a locação de impressoras, objetivando reduzir gastos com manutenção de impressora e toner.

MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES E DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Não houve desmobilização ou desfazimento de ativos em 2022.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

PRINCIPAIS DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
PATRIMÔNIO	
• Acompanhamento da movimentação de patrimônio, através das requisições de transferências. • Manutenção da atualização dos termos de responsabilidade dos servidores responsáveis por carga patrimonial, bem como a localização atual dos bens inventariados. • Organização dos fluxos internos e procedimentos para integrar Suap e Siads.	• Construir, junto ao sistema informacional do órgão, um mecanismo de controle mais eficaz quanto à responsabilidade atribuída aos servidores que detêm carga patrimonial. • Elaborar uma sistemática, por meio de cronograma, para que sejam loteados os itens ociosos enquanto aguardam a baixa num período trimestral, ou de acordo com o tipo de material, ou de acordo com o valor do bem.
INFRAESTRUTURA	
• Intensificação dos trabalhos da Comissão Central responsável pela implantação da Gestão de Infraestrutura. • Elaboração de modelos do Plano Diretor de Infraestrutura e do Plano de Inspeção e Manutenção para servirem de referência para as demais unidades do IFRN na elaboração e implantação de seus próprios planos.	• Desenvolver a cultura de procedimentos técnicos mais uniformes com vista a eficiência no que diz respeito às soluções de engenharia e arquitetura implantadas (soluções técnicas semelhantes para problemas de mesma natureza). • Estimular a reestruturação do Projeto Campus Verde, de maneira que seus membros possam atuar efetivamente junto aos projetos estratégicos, contribuindo com a condução da elaboração dos planos de economia de água e energia, bem como com a execução das ações previamente planejadas.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO/ DE ROTINA	IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	AVALIAÇÃO DO CUSTO-BENEFÍCIO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS
ES1, ES4, PA1, PA2 e PA8	AC – Rotinas de Atividades Estudantis (AC.2994.171169.4)	Em alguns casos, houve impacto na manutenção dos atendimentos e, em outros, a ampliação destes, tendo em vista que, no ano de 2022, a Assistência Estudantil, recebeu um incremento orçamentário, advindo de Emendas Parlamentares.	Ainda que os recursos advindos das Emendas Parlamentares não sejam constantes, contribuíram para que mais estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica pudessem ser atendidos com as ações dos programas de Assistência Estudantil.
OR1, ES2, ES4, GI5 e OR2	DB - Reserva Técnica e Emendas Parlamentares (DB.20RL.171168.4, DB.20RG.171167.4)	O maior impacto dos investimentos corresponde à segurança das instalações, relativa a 6 projetos de prevenção a incêndios em 6 diferentes campi do IFRN.	Os investimentos nesses projetos foram da ordem de R\$ 2,66 milhões, o que não corresponde a 3% do valor dos imóveis dos seis campi. Para além do valor dos imóveis, ressalta-se a segurança para as vidas dos estudantes e dos servidores.
ES1, ES4, PA1, PA2 e PA8	EC - Rotinas do Ensino (EC.20RL.171168.4)	Não houve impacto porque existia previsão de aquisição de acervo bibliográfico, que não foi concretizada.	O processo licitatório para aquisição de livros estava em fase de construção quando houve bloqueio orçamentário, o que resultou na interrupção do processo.
OR1, ES2, ES4, GI5 e OR2	GA - Planos Diretores de Infraestrutura do IFRN – PDInfra (GA.20RG.171167.4)	- Preservação e melhorias do patrimônio público a partir da execução de reformas em ambientes acadêmicos, administrativos e de uso geral em edificações existentes em diversos campi. - Adequação e melhorias das instalações de prevenção e combate a incêndio dos campi. - Manutenção e reinstalação da usina fotovoltaica do Campus Pau dos Ferros. - Fomento para continuidade com vistas à conclusão da Obra de Construção de Laboratório de Gemologia no CT Mineral.	Os investimentos realizados contribuem significativamente materialização da missão e visão do IFRN, pois beneficiam o aluno como pessoa humana, melhoram, adequam e ampliam a disponibilidade de ambientes acadêmicos de qualidade, além de contribuírem com conclusão da obra de uma nova unidade do IFRN.
OR1	MB - Mapeamento de atividades com potencial de captação de receita própria (MB.20RL.171168.4)	- Aquisição de material permanente. - Melhoria nas condições de uso de salas de aula, setores médicos, laboratórios e salas administrativas.	- Garantia do atendimento aos normativos legais aplicáveis ao IFRN. - Cumprimento da missão, visão e função social da instituição, gerando valor à sociedade através das suas ofertas educacionais, com infraestrutura adequada para maximizar o êxito do processo ensino-aprendizagem.

2.4.5. Gestão da tecnologia da informação

CONFORMIDADE LEGAL

Acerca dos aspectos relacionados à conformidade legal, a gestão de tecnologia da informação e comunicação (TIC) possui diversos mecanismos, especialmente no que diz respeito às áreas de contratações de TIC e de segurança da informação. São leis, decretos, instruções normativas, orientações e guias da Secretaria de Governo Digital e resoluções internas que, de forma direta ou indireta, estão relacionados à gestão da tecnologia da informação. São requisitos de governança que existem para subsidiar as ações de gestão para o desenvolvimento das soluções de TIC para o suporte aos processos meio e fim da Instituição.

Nesse sentido, seguem algumas leis, decretos e normativos que serviram de base para estabelecer a conformidade dos processos no âmbito da Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFRN no exercício de 2022:

- Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei do Governo Digital) - dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Decreto nº 10.996, de 14 de março de 2022 - Altera o Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e

das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

- Decreto nº 10.782, de 30 de agosto de 2021 - Altera o Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, que institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.
- Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020 - Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais;
- Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional;
- Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018 - Instituiu o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabeleceu a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação digital (E-digital).
- Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 (Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal).

- Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

Nesse sentido, cabe destacar algumas ações no exercício de 2022 para fins de estabelecer a conformidade legal para com os documentos acima listados, assim como com outros documentos que compõem os mecanismos de governança digital no âmbito do Poder Executivo Federal:

LEI DO GOVERNO DIGITAL (LEI 14.129 DE 29 DE MARÇO DE 2021); ESTRATÉGIAS DE GOVERNO DIGITAL; DECRETO Nº 9.319, DE 21 DE MARÇO DE 2018.

- Integração do Certificado Digital Gov.br com o Suap.
- Implementação dos Certificados Digitais NeolD no âmbito do IFRN, através de contrato com o SERPRO.
- Aperfeiçoamento de sistemas do IFRN a partir de integrações com outros sistemas do governo federal.
- Execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- Execução do Plano de Transformação Digital.
- 14.678 atendimentos prestados através da central de serviço.
- Continuidade dos projetos Computador Virtual e Acesso Remoto.
- Capacitação para os campi e Reitoria: 15 servidores participaram de cursos à distância na Escola Superior de Redes.

LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018; DECRETO Nº 10.332, DE 28 DE ABRIL DE 2020; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2019; GUIA DE REQUISITOS E DE OBRIGAÇÕES QUANTO À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

- Desenvolvimento de plano e início de execução desse para promover a adequação da Instituição ao Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) do Governo Federal.
- Condução de Licitações sistêmicas (contratação do SIABI, contratação de softwares de design gráfico, contratação de solução de hiperconvergência, contratação do serviço de telefonia, participação conjunta de licitação para aquisição de computadores, pontos de acesso, antivírus).

DECRETO Nº 8.777, DE 11 DE MAIO DE 2016 (POLÍTICA DE DADOS ABERTOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL)

- Plano de Dados Abertos em fase de análise e aprovação, com priorização dos dados, conforme cartilha da CGU, para Institutos e Universidade federais



MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

A governança de Tecnologia da Informação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISP - trata dos mecanismos sob os quais são dirigidos e controlados pela área de TIC, entendida como “ativo estratégico que suporta processos e negócios institucionais, mediante a conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar e fazer uso de informações”, buscando atingir as necessidades prioritárias e estratégicas da Instituição, mediante a elaboração de planos que incluem a estratégia e as políticas de uso de TIC no âmbito institucional. Entre eles, está o Plano Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação (PDTIC), o Plano de Transformação Digital (PTD) e o Plano de Dados Abertos (PDA).

Nesse contexto, o modelo de governança do IFRN é constituído por seu PDTIC, seu PTD, seu PDA e pelas resoluções e políticas estabelecidas pelo Conselho Superior (CONSUP) e pelo Comitê de Governança Digital do IFRN (CGD), sendo esses constituídos em conformidade com a legislação, normativos de órgãos superiores e normativos internos e em consonância com as Estratégias de Governo Digital e com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN.

PDTIC/IFRN

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação, que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período. Deve contemplar as necessidades de informação e serviços de TIC da organização, as metas a serem alcançadas, as ações a serem desenvolvidas e os prazos de implementação.

A elaboração e atualização regular do PDTIC pelos órgãos federais é uma previsão estabelecida no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). O SISP agrega as atividades de planejamento, coordenação, organização, operação, controle e

supervisão dos recursos de TIC dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A imprescindibilidade da existência do Plano pode ser observada na Instrução Normativa 01, de 04 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal, instituída pelo Ministério da Economia, por intermédio da Secretaria de Governo Digital, subordinada à Secretaria de Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital.

O PDTIC do IFRN foi constituído a partir do guia de PDTIC do SISP versão 2.0, de 01 de setembro de 2016; da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação 2016-2019; da Estratégia de Governo Digital 2020-2022; do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN, 2019-2026; e do processo de construção coletiva realizado pela Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação, equipe de servidores de TIC da Reitoria e coordenadores e demais servidores de TIC dos campi do IFRN.

A seguir, apresentam-se alguns projetos do PDTIC que foram desenvolvidos em 2022: M10- Manter os serviços de Videoconferência e Web conferência;

- M1 - Promover o mapeamento do processo de contratação de soluções de TIC (parcialmente realizado).
- M3 - Elaborar norma de utilização do correio eletrônico (concluído no período).
- M4 - Elaborar norma de utilização de ativos de TI (concluído no período).
- M7 - Elaborar documentação dos módulos do Suap para o usuário (parcialmente realizado).
- M10 - Manter os serviços de Videoconferência e Webconferência (parcialmente realizado).
- M11 - Ampliar a solução de backup para os servidores dos campi (parcialmente realizado).

- M12 - Manter os serviços estruturantes de TIC em estruturas de terceiros (parcialmente realizado).
- M13 - Implementar melhorias no Suap (concluído no período).
- M15 - Implementar melhorias no Sistema Gestor de Concursos (concluído no período).
- M16 - Garantir a manutenção e aquisição de softwares necessários para as atividades administrativas e fins do IFRN (concluído no período).
- M20 - Estruturar solução de Desktops Virtuais (parcialmente realizado).
- M21 - Prover serviços de telefonia para o IFRN (concluído no período).
- M22 - Definir e formalizar o Plano de Capacitações do Pessoal de TIC (parcialmente realizado).
- M23 - Construção de um Plano de Desenvolvimento de Sistemas (parcialmente realizado).
- M24 - Desenvolvimento de novas funcionalidades nos sistemas (concluído no período).
- M25 - Integrar o Suap com outros sistemas utilizados no âmbito do IFRN e na Administração Pública Federal (parcialmente realizado).
- M26 - Prover Portal de Dados Abertos (parcialmente realizado).
- M27 - Prover de outsourcing de impressão (concluído no período).
- M28 - Prover a infraestrutura de cabeamento estruturado (parcialmente realizado).
- M30 - Prover o serviço de links de conectividade e internet institucionais (concluído no período).

Os recursos aplicados encontram-se na planilha abaixo, que trata dos "GASTOS DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO".

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI - 2022

GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS PAGAS (R\$)	VALOR PAGO DE RP EM 2022 (R\$)
Investimento	R\$ 3.964.128,00	R\$ 97.800,00	R\$ 999.670,54
Custeio	R\$ 1.215.573,22	R\$ 221.638,63	R\$ 895.037,82
Total	R\$ 5.179.701,22	R\$ 319.438,63	R\$ 1.894.708,36

Fonte: Comissão de Tecnologia da Informação (2023).

GASTOS DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICOS ATENDIDOS	PROJETO ESTRATÉGICO/DE ROTINA	VALOR EMPENHADO (R\$)
GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores GI4 - Consolidar a gestão de TI GI2 - Implementar a Gestão de Processos	TA - Aplicação de tecnologias disruptivas para apoio e aprimoramento da gestão	R\$ 87.000,00
ES1 - Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados ES2 - Fortalecer a sustentabilidade GI4 - Consolidar a gestão de TI	TB - Contratação de Desktop Virtual	R\$ 3.817.050,00
GI4 - Consolidar a gestão de TI	TC - Suap Framework TD - Execução do PDTI	R\$ 0,00 R\$ 1.275.651,22

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

Nº CONTRATO	OBJETO DO CONTRATO (DETALHAR)	VALORES PAGOS EM 2022
168/2022	Emissão de certificado digital para as pessoas físicas registradas no contratante, com a possibilidade de realizar a emissão de certificados digitais de forma simplificada, sendo dispensada a validação presencial do titular.	R\$ 0,00
192/2021	Contratação de serviço contínuo de subscrição de licenças educacionais do pacote Microsoft 365 Education A3.	R\$ 408.282,20
170/2021	Contratação de Link dedicado com capacidade de 1 Gbps para o datacenter do IFRN.	R\$ 28.800,00
158/2017	Prestação de serviços de manutenção dos datacenters da instituição, com fornecimento de peças e serviços.	R\$ 432.877,17

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
GI3, GI4 e GI2	TA - Aplicação de tecnologias disruptivas para apoio e aprimoramento da gestão	- Promoção de Edital de Pesquisa para o desenvolvimento de produtos tecnológicos de tecnologia da informação - Entrega de 6 produtos tecnológicos oriundos dos projetos.
ES1, ES2 e GI4	TB - Contratação de Desktop Virtual	Investimento em infraestrutura do projeto Desktop Virtual.
GI4	TC - Suap Framework	- Realização de integração com APIs do Governo Federal. - Consolidação da esteira CI/CD. - Criação de protótipo para funcionamento em ambiente de nuvem.
	TD - Execução do PDTI	Execução dos projetos do PDTIC já informados.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Com intuito de manter mecanismos e controles que possibilitem a efetiva proteção dos dados, informações e conhecimentos produzidos no IFRN, a DIGTI executa atividades em cooperação com o Governo Federal (GSI/PR), com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e com instituições da Rede Federal. Essa cooperação viabiliza tratar e responder a ameaças no contexto de segurança da informação (Seginfo). Neste sentido, compete ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) o planejamento, a coordenação e supervisão das atividades de segurança da informação, incluída a segurança cibernética, a gestão de incidentes, entre outras atividades nesse contexto, conforme dispõe o Anexo I do Decreto 9.668/2019.

No ano de 2022 o IFRN, por meio da DIGTI, instituiu a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR-IFRN), através da Portaria nº 354/2022-RE/IFRN, de 9 de março de 2022, e em alinhamento ao Dec. nº 9.637/2018 e às normas do GSI/PR. A ETIR-IFRN é responsável por receber, analisar e responder as notificações relacionadas a incidentes de segurança em computação no âmbito do IFRN.

Os incidentes e vulnerabilidades detectados pela RNP na rede acadêmica são registrados em um sistema denominado SGIS (Sistema de Gestão de Incidentes de Segurança), e notificações envolvendo a rede do IFRN são tratados e respondidos por meio deste sistema. Ao longo do ano, a DIGTI atuou com o tratamento e resposta a incidentes de segurança e vulnerabilidades reportadas via SGIS. Dentre os tipos de incidentes,

podemos citar os relacionados a comprometimento de máquinas para lançar ataques de brute-force contra terceiros, mineração de criptomoedas e para compor redes de “zumbis” (botnet). Além destas, entre as atividades operacionais que acontecem com frequência ao longo do ano, destacamos o report de e-mails de phishing/spam, as atualizações de versões de softwares, atualizações de sistemas próprios e verificação de vulnerabilidades.

Também no ano de 2022, o IFRN por meio da DIGTI, designou formalmente um Gestor de Segurança da Informação, através da Portaria 2105/2022 - RE/IFRN. Este foi um importante passo no sentido de amadurecer as ações relacionadas à segurança da informação na instituição.

Além das ações citadas anteriormente, a DIGTI, por meio da COIN-RE/DIGTI, está em fase de desenvolvimento da Política de Gestão de Ativos de TIC. Esta política desempenhará um importante papel da melhoria do controle e da segurança da informação no âmbito do IFRN.

Por fim, em 2022, a DIGTI investiu na capacitação dos seus servidores de TI fornecendo através da Escola Superior de Redes/RNP (ESR/RNP). Dentre os cursos que contribuem direta ou indiretamente com as áreas de segurança, destacamos: Oficial EXIN ISFS - Information Security Foundation ISO/IEC 27001, Cibersegurança (Ascend), PenTest (Ascend), Gestão de Projetos de Teste de Software, Cloud + (CompTIA), Cloud Essentials+ (CompTIA), Protocolo BGP na Administração de AS e Network+ EAD (CompTIA), para que os conhecimentos adquiridos possam ser utilizados para auxiliar o funcionamento seguro dos sistemas institucionais.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

PRINCIPAIS DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
• O avanço na construção de uma cultura de segurança da informação em todo o IFRN. • A implementação do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), que é uma iniciativa liderada pelo Departamento de Privacidade e Segurança da Informação da Secretaria de Governo Digital, do Governo Federal. • Continuidade da criação/formalização do Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSIC) para deliberar sobre assuntos relativos à Política Nacional de Segurança da Informação. • Suporte à instituição no início do processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). • Ampliação e melhoria da oferta de serviços digitais à comunidade acadêmica do IFRN. • Apoio ao processo de consolidação dos NOCs da Infovia Potiguar; • Cumprimento das metas previstas no PDTIC. • Avanço na refatoração do Suap, melhorando a separação dos módulos e sua estrutura arquitetural.	• Dar prosseguimento à recriação do Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSIC) para deliberar sobre assuntos relativos à Política Nacional de Segurança da Informação. • Implementar ações voltadas para avançar na construção de uma cultura de segurança da informação em todo o IFRN. • Implementar o Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), que é uma iniciativa liderada pelo Departamento de Privacidade e Segurança da Informação da Secretaria de Governo Digital, do Governo Federal. • Sugerir e apoiar desenvolvimento de mecanismos que facilitem o acompanhamento efetivo das implementações dos controles críticos na área de Cibersegurança, tais como dashboards ou ferramenta semelhante baseado na “Ferramenta do Framework de Privacidade e Segurança da Informação”. • Monitorar a execução do PDTIC, assegurando sua revisão. • Avançar na adoção de soluções em nuvem para sustentação de sistemas e serviços no âmbito do IFRN. • Ampliar as medidas de contingência para mitigar risco de parada do Datacenter.

2.4.6. Gestão de custos

CONFORMIDADE LEGAL

Em relação à conformidade, o IFRN atua na estreita observância ao sistema de custos do Governo federal, o que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Além disso, apresenta seus resultados, prioritariamente, com base nos sistemas governamentais (Siafi, Tesouro Gerencial, Siape, SIASS) e de administração integrada, como é o caso do Suap.

ESTIMATIVA DE CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

ÁREA	ESTIMATIVA DE CUSTOS
Áreas finalísticas (Ensino, pesquisa e extensão)	5.963.060,99
Áreas de apoio (Demais)	104.265.117,33

Fonte: Tesouro Gerencial

ESTIMATIVA DE CUSTOS POR PROGRAMA GOVERNAMENTAL

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	PROJETO DE LEI	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
5012 Educação profissional e tecnológica	20RG Reestruturação e modernização das instituições da rede federal	521.155,00	771.155,00	771.155,00	770.727,11	98.177,27	77.947,27
5012 Educação profissional e tecnológica	20RL Funcionamento das instituições da rede federal de educação	57.187.924,00	66.193.724,00	65.694.629,00	64.518.940,30	28.112.300,72	27.120.606,81
5012 Educação profissional e tecnológica	2994 Assistência aos estudantes das instituições federais de educação	20.100.663,00	35.100.663,00	28.225.463,00	28.224.684,46	12.955.509,25	10.520.828,01

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO	PROJETO DE LEI	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0910	Operações especiais: gestão da participação em organismos e	00PW	Contribuições a entidades nacionais sem exigência de programa	84.132,00	84.132,00	84.132,00	84.132,00	84.132,00
0909	Operações especiais: outros encargos especiais	00S6	Benefício especial e demais complementações de aposentadoria	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
0901	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais	0005	Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)	2.696.433,00	2.696.433,00	2.456.147,00		

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO	PROJETO DE LEI	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0032	Programa de gestão e manutenção do poder executivo	0181	Aposentadorias e pensões civis da união	78.184.821,00	78.184.821,00	78.184.821,00	77.536.626,67	75.974.854,37
0032	Programa de gestão e manutenção do poder executivo	09HB	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais	84.176.560,00	84.176.560,00	84.176.560,00	82.537.061,88	82.537.061,88
0032	Programa de gestão e manutenção do poder executivo	2004	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	7.282.616,00	7.282.616,00	7.668.895,00	7.412.581,01	6.792.832,71

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO		PROJETO DE LEI	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0032	Programa de gestão e manutenção do poder executivo	20TP	Ativos civis da união	406.756.134,00	402.688.573,00	416.621.554,00	415.871.854,01	415.857.239,07	370.012.705,58
0032	Programa de gestão e manutenção do poder executivo	212B	Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	24.245.584,00	24.245.584,00	24.245.584,00	23.204.702,25	23.204.702,25	21.169.443,78
0032	Programa de gestão e manutenção do poder executivo	4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	1.400.000,00	1.316.000,00	1.316.000,00	1.211.960,12	579.382,36	569.832,36



RELACIONAMENTO ENTRE OS PROGRAMAS E RELEVÂNCIA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os programas governamentais apresentados anteriormente, através dos quais o IFRN obteve os recursos utilizados no ano de 2018, estão originalmente previstos na Lei nº 13.249/2016, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) do período de 2016 a 2019. Deste modo, eles estão apresentados também na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018. Os programas dividem-se em dois grandes grupos: 1 - programas de gestão e manutenção e operações especiais; e 2 - programas temáticos. A cada programa, correspondem uma ou mais ações.

Programas de gestão e manutenção e operações especiais:

Programas de gestão e manutenção são descritos no art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.249 (Plano Plurianual) como aqueles que “expressam e orientam as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da

atuação governamental”. Já as operações especiais são definidas no art. 4, inciso XII como “as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações do Governo federal, das quais não resulta um produto e não é gerada contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços”. Os programas utilizados pelo IFRN já foram citados acima:

- 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais;
- 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais;
- 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação.

Embora os recursos oriundos desses programas não sejam aplicados nos macroprocessos finalísticos do IFRN (aqueles relacionados ao atendimento das finalidades legais do Instituto), eles são fundamentais à

manutenção da Instituição, uma vez que funcionam como suporte para a execução do programa temático (aquele que atende aos macroprocessos finalísticos). Dentro destes programas, estão incluídas as ações de pagamento de servidores ativos e inativos, bem como de auxílios e benefícios previstos em lei, atendendo ao princípio da legalidade. Essas ações ocupam a maior fatia do orçamento institucional e têm influência indireta no cumprimento dos objetivos institucionais, por exemplo, ao subsidiar a força de trabalho que realiza atividades necessárias ao alcance dessas metas. Como exemplos de objetivos alcançados com o apoio indireto desses programas, pode-se citar: ministrar educação profissional, ministrar cursos de formação inicial e continuada, fomentar a pesquisa, desenvolver atividades de extensão e ofertar cursos superiores de tecnologia e bacharelado. Dentre as atividades com recursos oriundos dos programas supramencionados, podem ser citadas, por exemplo: o pagamento dos docentes que ministram as aulas, o pagamento dos servidores que trabalham no gerenciamento das ofertas de cursos e no desenvolvimento de ferramentas no Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), que auxiliam a gestão de bolsas de pesquisa e extensão.

Além disso, dentro dos programas de gestão e manutenção, está inclusa a ação “4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”, sendo reconhecidamente umas das forças da instituição possuir professores e técnicos administrativos bem capacitados. A capacitação permite um melhor conhecimento do seu fazer, por parte dos servidores, garantindo melhores caminhos para a resolução dos problemas, culminando no alcance dos objetivos e finalidades e atendimento do princípio da eficiência.

Programas temáticos:

São descritos no Art. 5º, inciso I, da Lei nº 13.249 (Plano Plurianual) como aqueles que “expressam e orientam a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade”. Além disso, os programas temáticos apresentam, dentre outros elementos, um objetivo constituinte. O programa temático com recursos repassados ao IFRN também foi descrito anteriormente:

- 2080 - Educação de qualidade para todos. O objetivo deste programa está descrito no Plano Plurianual 2016-2019 como “Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.” Esse objetivo se relaciona intimamente com os objetivos do IFRN. Seus recursos são empregados diretamente nos macroprocessos finalísticos do IFRN (aqueles que garantem o ensino, pesquisa e extensão), fomentando suas políticas nessas áreas, além de permitirem as políticas de assistência estudantil e a gestão administrativa do Instituto. É, portanto, o programa cujos recursos apresentam maior versatilidade e heterogeneidade nas despesas. Por essa razão, vale relembrar as três ações componentes do programa que são aplicadas na instituição.
- 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica: seus recursos permitem a ampliação do espaço físico onde são executadas a maior parte das ações institucionais. Ter ambientes agradáveis, seguros e funcionais é um elemento fundamental para atingir os objetivos e finalidades institucionais.
- 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica: ação mais heterogênea, permite a organização dos processos seletivos para discentes, aquisição de material de consumo e equipamentos utilizados nas aulas e ambientes de apoio, bolsas de tutoria, monitoria e estágio, fomenta as ofertas de cursos de extensão, permite ainda a participação de discentes e docentes em eventos nacionais e internacionais, além de reformas e manutenção dos espaços físicos, dentre outras finalidades, consolidando o alcance de todos os objetivos e finalidades.
- 2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica: permite a compra de equipamentos e materiais de consumo para serem utilizados pelos discentes, a oferta de bolsas de alimentação para estudantes e possibilita ainda a realização de aulas externas (dentre outras atividades), melhorando os índices de permanência e êxito discente e garantindo, portanto, a consolidação da oferta de vagas de educação profissional e tecnológica.

ALOCAÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS E MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS

	ALOCAÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS	MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS
PRINCIPAIS DESAFIOS	• Consolidar o planejamento de 23 unidades em um planejamento institucional que seja sensível às necessidades e particularidades de cada campus e, ao mesmo tempo, uniforme. • Promover o equilíbrio entre os recursos orçamentários alocados aos campi avançados para ao seu funcionamento e a previsão orçamentária da matriz Conif para essas unidades.	• Construir instrumentos para mensuração de custos e, assim, ter condições de priorizar e cortar ações que precisam ser reforçadas ou descontinuadas. • Manter o equilíbrio financeiro do IFRN na perspectiva de indutora de desenvolvimento local, como parte de sua função social. • Utilizar o Almoxarifado Virtual de forma o planejada para aquisição de materiais de consumo.
AÇÕES FUTURAS	• Integrar o Plano de Contratações Anual de todas as unidades ao planejamento estratégico da instituição, a partir de uma coordenação sistêmica da Reitoria. • Otimizar os gastos nos campi avançados visando adequar os recursos alocados para a manutenção e funcionamento dessas unidades à realidade orçamentária disponibilizada pela rede (Setec).	• Organizar o fluxo interno entre Reitoria e os Campi para as aquisições via Almoxarifado Virtual. • Organizar o fluxo interno entre Reitoria e os Campi para contratações centralizadas na Reitoria com execução/entrega nos Campi.



2.4.7. Sustentabilidade ambiental

ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

Os critérios adotados são aqueles estabelecidos na legislação, em especial na Instrução Normativa nº 01/2010 do Governo Federal, com o seu cumprimento em todos os processos licitatórios. Além disso, é feito um trabalho de orientação junto aos campi para que sejam cumpridas

as normas legais. Como exemplo, pode-se citar a orientação da necessidade de rigoroso acompanhamento por parte dos fiscais de contratos. Outrossim, é obrigatória a assinatura de declaração de obediência aos critérios de sustentabilidade ambiental como parte da apresentação de proposta por empresa licitante, declaração essa disponibilizada no ato da publicação. Ressalta-se ainda que, de acordo com a legislação, cabe aos setores demandantes definirem os critérios de sustentabilidade, sempre com as orientações da DILIC.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

AÇÃO EMPREENDIDA	RESULTADOS OBTIDOS (ECONOMIA GERADA/RESULTADOS ALCANÇADOS)
• Instalação/manutenção de coletores de água produzida pelo uso de aparelhos centrais de ar, capação de água proveniente dos bebedouros e de cisternas para captação de águas pluviais.	• Aumento da disponibilidade de água para usos específicos nos campi.
• Manutenções preventivas e corretivas em equipamentos de refrigeração (centrais de ar-condicionado e bebedouros).	• Os reparos de defeitos existentes, bem como revisão e substituições de peças preventivamente, propiciaram o adequado funcionamento desses equipamentos, proporcionando menor gasto energia elétrica.
• Instalação de equipamentos elétricos com selo Procel classe A e substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED.	• Diminuição dos custos de energia elétrica e acondicionamento das lâmpadas substituídas para correto descarte.
• Redução do uso de copos descartáveis e papeis de impressão branco nos campi.	• Campanha de adoção de garrafas e copos reutilizáveis, diminuindo de material de difícil decomposição. Preferência dada para o uso de papel de impressão recicláveis, diminuindo o uso de papel branco.
• Instalação/manutenção de painéis fotovoltaicos.	• Diminuição dos custos de energia elétrica (participação em mais de 63% da energia fotovoltaica em relação a energia consumida na Instituição).

AÇÃO EMPREENDIDA	RESULTADOS OBTIDOS (ECONOMIA GERADA/RESULTADOS ALCANÇADOS)
• Manutenção e funcionamento dos poços tubulares e dessalinizados.	• Manutenção e limpeza dos poços tubulares e dessalinizados, aumentando a sua eficiência, bem como a produção de água.
• Produção de mudas de plantas nativas no viveiro, hortas e fruticultura irrigada para autoconsumo na merenda e experimentos em laboratório.	• Menor dependência e aquisição de alimentos industrializados.
• Manutenção e reparos na rede hidráulica, incluindo tubulações e caixas de armazenamento e distribuição de água.	• Diminuição de vazamentos e redução do consumo de água.
• Ampliação da estação de tratamento de efluente.	• Ampliação da estação de tratamento de efluente para uso de irrigação em pastos e cultivos com redução de uso de água potável e de poços.
• Instalação/manutenção de coletores de água produzida pelo uso de aparelhos centrais de ar, capação de água proveniente dos bebedouros e de cisternas para captação de águas pluviais.	• Aumento da disponibilidade de água para usos específicos nos campi.

REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

RESÍDUO POLUENTE	RESULTADOS OBTIDOS (REDUÇÃO ALCANÇADA/ECONOMIA GERADA)
• Resíduos sólidos como pilhas, baterias e resíduos eletrônico.	• Distribuição de coletores de pilhas de forma a realizar a coleta e destinação adequada de resíduos perigosos para o meio ambiente, conforme Resolução Conama nº 401/2008, Lei nº 12.305/2010 e demais normativos.
• Resíduos hospitalares.	• Parte de equipamentos eletrônicos com defeitos são reaproveitados nos laboratórios apropriados em aulas práticas.
• Resíduos hospitalares.	• Acondicionamento, adequado e contratação de empresas para transporte e destinação corretos de resíduos hospitalares, o que promove uma maior segurança para toda a comunidade.
• Periféricos e demais componentes de Tecnologia da Informação.	• Em alguns campi com cursos na área de informática, parte dos equipamentos eletrônicos com defeitos são reaproveitados nos laboratórios apropriados em aulas práticas.

RESÍDUO POLUENTE	RESULTADOS OBTIDOS (REDUÇÃO ALCANÇADA/ECONOMIA GERADA)
Resíduos comuns.	Redução na geração de lixo. Separação dos resíduos em recicláveis e não recicláveis, em que o primeiro é destinado a coleta seletiva que pode ocorrer dentro do campus ou fora. Em alguns campi, ocorre a contrapartida em receber materiais acabados, como vassouras.
Efluentes líquidos.	- Adequação e melhorias nas estações de tratamento, eliminação de fossa, sumidouro, diminuição da quantidade de esgoto gerada que infiltra no solo ou vai para a rede coletora e reuso da água em irrigação. - Acondicionamento adequado e contratação de empresas para transporte e destinação corretos de resíduos líquidos químicos.
Manutenção e funcionamento dos poços tubulares e dessalinizados.	Manutenção e limpeza dos poços tubulares e dessalinizados, aumentando a sua eficiência, bem como a produção de água.

OUTRAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- Manutenção constante das estruturas elétricas e hidrossanitários dos campi;
- Aquisição de squeezes e diminuição de materiais descartáveis, com redução do consumo de copos descartáveis, o que proporciona a otimização do uso de recursos naturais;
- Economia na utilização de papéis, redução de materiais impressos (preferência pelo uso de digitais – processos e documentos eletrônicos);
- Aumento da conscientização/educação ambiental com palestras, rodas de conversa e implantação de hábitos que ajudem a diminuir e racionalizar os gastos energéticos e hídricos;
- Campanhas educativas para uso consciente de água e energia elétrica, gerando economia;
- Supressão das plantas do tipo Nim indiano (*Azadirachia indica* A. JUSS) e substituição por plantas nativas em áreas abertas em alguns campi, em decorrência dos danos às tubulações elétricas e hidráulicas;
- Plantação de mudas frutíferas e gramados em áreas internas e externas dos campi; e
- Produção de adubo através dos resíduos orgânicos oriundo de restos de alimentos e folhas de plantas através da técnica de compostagem, resultando na economia dos insumos para adubação no campus.

3

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS



3.1. GESTÃO DE RISCOS

O IFRN possui uma Política de Gestão de Riscos baseada na atuação de três instâncias: o Comitê de Gestão Estratégica (CGEST), o Comitê Gerencial (CGER) e o Núcleo de Gestão de Riscos. Tais organismos obedecem aos princípios, objetivos e competências descritas na Política, que estabeleceu, ainda, as etapas a serem desenvolvidas na Metodologia de Gestão de Riscos. Como objetivos principais da Política, destacam-se a melhoria dos controles internos da gestão, o aumento das probabilidades de atingimento dos objetivos institucionais e a melhoria à prestação de contas à sociedade.

Os controles internos são instrumentos de fundamental importância para o monitoramento dos riscos em cada instância de gestão. No IFRN, esses controles são mantidos e alimentados diretamente pelas instâncias gestoras, que podem demandar o desenvolvimento de controles automatizados específicos no Suap, para facilitar o monitoramento contínuo.

A principal medida de mitigação de riscos é o mapeamento de processos internos, cuja coordenação será realizada do Escritório de Processos, com estrutura iniciada durante o exercício de 2022.

Principais riscos e sua vinculação aos objetivos estratégicos

Segundo a publicação Dez Passos para a Boa Governança, do Tribunal de Contas da União, riscos surgem da incerteza natural dos atuais cenários econômico, político e social e podem se apresentar como desafios

ou oportunidades, na medida em que dificultem ou facilitem o alcance dos objetivos organizacionais. O instrumento de governança para lidar com a incerteza é a gestão de riscos, que engloba, entre outras coisas, os controles internos. A gestão de riscos permite tratar com eficiência as incertezas, seja pelo melhor aproveitamento das oportunidades, seja pela redução da probabilidade e/ou impacto de eventos negativos, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor e fornecer garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos.

Os trabalhos realizados pelo Núcleo de Gestão de Riscos (Portaria atualizada, anexa) conduziram à primeira versão do Plano de Ação de Gestão de Riscos. O referido Plano foi submetido à apreciação do Comitê de Gestão Estratégica (CGEST), instituído pela Portaria nº 30/2021 - CON-SUP/IFRN, Art. 6º, inciso I, visando a sua aprovação através do Processo administrativo 23421.003631.2022-49, de 22/08/2022. Também já foram mapeados, com base nos objetivos estratégicos vigentes, os principais riscos, que precisam ser analisados pelas instâncias atuantes na construção da referida metodologia: o Comitê de Gestão Estratégica (CGEST), o Comitê Gerencial (CGER) e o Núcleo de Gestão de Riscos, no intuito de classificá-los. Os principais riscos, associados aos objetivos estratégicos, encontram-se informados nos subitens 2.3.1 a 2.3.4 deste relatório, nas análises de resultado.

O desafio que se inicia em 2023 corresponde à aplicação da metodologia desenvolvida, que conta com o modelo de matriz e classificação de riscos, aplicada ao novo PDI 2019-2026, construído sob a metodologia Balanced Scorecard.



4

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



4.1. RELATO DA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

O resultado financeiro é representado através do confronto entre ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRN.

No exercício de 2022, as receitas orçamentárias do IFRN totalizaram R\$ R\$ 751.029,17 já contabilizadas as deduções da receita, cujo valor chegou a R\$ 745.161,32. Aquele valor representa apenas 0,076% do total dos ingressos do balanço financeiro, uma vez que as maiores parcelas dos recursos financeiros para pagamento das despesas são decorrentes das Transferências Financeiras Recebidas e os Recebimentos Extraordinários, que juntos representaram 93,19% dos ingressos.

No período supracitado, houve uma redução na arrecadação das receitas orçamentárias na ordem de 55,25% quando comparado ao mesmo período de 2021, ao mesmo tempo em que houve uma transposição do saldo do exercício anterior da ordem de R\$ 66.908.073,34.

As despesas orçamentárias representaram 72,40% de todos os dispêndios, dos quais 87,78% são referentes às despesas ordinárias e 12,22% às despesas vinculadas. No comparativo com o mesmo período de 2021, as despesas orçamentárias tiveram um acréscimo de 5,85%.

O IFRN chegou ao final do exercício de 2022 apresentando um montante de R\$ 751.029,17 a título de receita realizada, ao passo que a sua previsão inicial atualizada era de R\$ 2.558.920,00. Tal valor deve-se ao fato de apenas neste exercício ter havido a devolução do recurso financeiro no valor de R\$ 655.493,95 referente ao TED 158/2017 oriundo do Fundo Nacional da Saúde – FNS, por meio de retifica GRU, conforme 2022RA000083 realizado em 25/08/2022. Daquele valor, 100% referem-se às receitas correntes, uma vez que não houve, no período, nenhuma arrecadação de Receita de Capital. Dentre as receitas arrecadadas, as de

maior representatividade foram as receitas patrimoniais, com um valor de R\$ 428.472,02, representando 57,05% de todas as receitas arrecadas, seguidas por 21,94% das receitas de serviços, correspondendo a um valor arrecadado de R\$ 164.760,10.

Das despesas correntes empenhadas até dezembro de 2022, 82,52% foram relativas a pessoal e encargos sociais e 17,48% a outras despesas correntes. Dessas despesas correntes empenhadas, 93,61% foram objeto de liquidação e 85,66% foram devidamente pagas. Com relação às outras despesas correntes, as suas despesas empenhadas equivalem a R\$ 122.360.508,38, sendo superior à dotação atualizada que fora de R\$ 112.197.395,00, em virtude de que o IFRN também executa orçamento de outros órgãos enviados através de Termos de Execução Descentralizada – TEDs. Nesses casos, os valores da dotação estão no balanço orçamentário do órgão concedente, constando em nosso balanço apenas a execução.

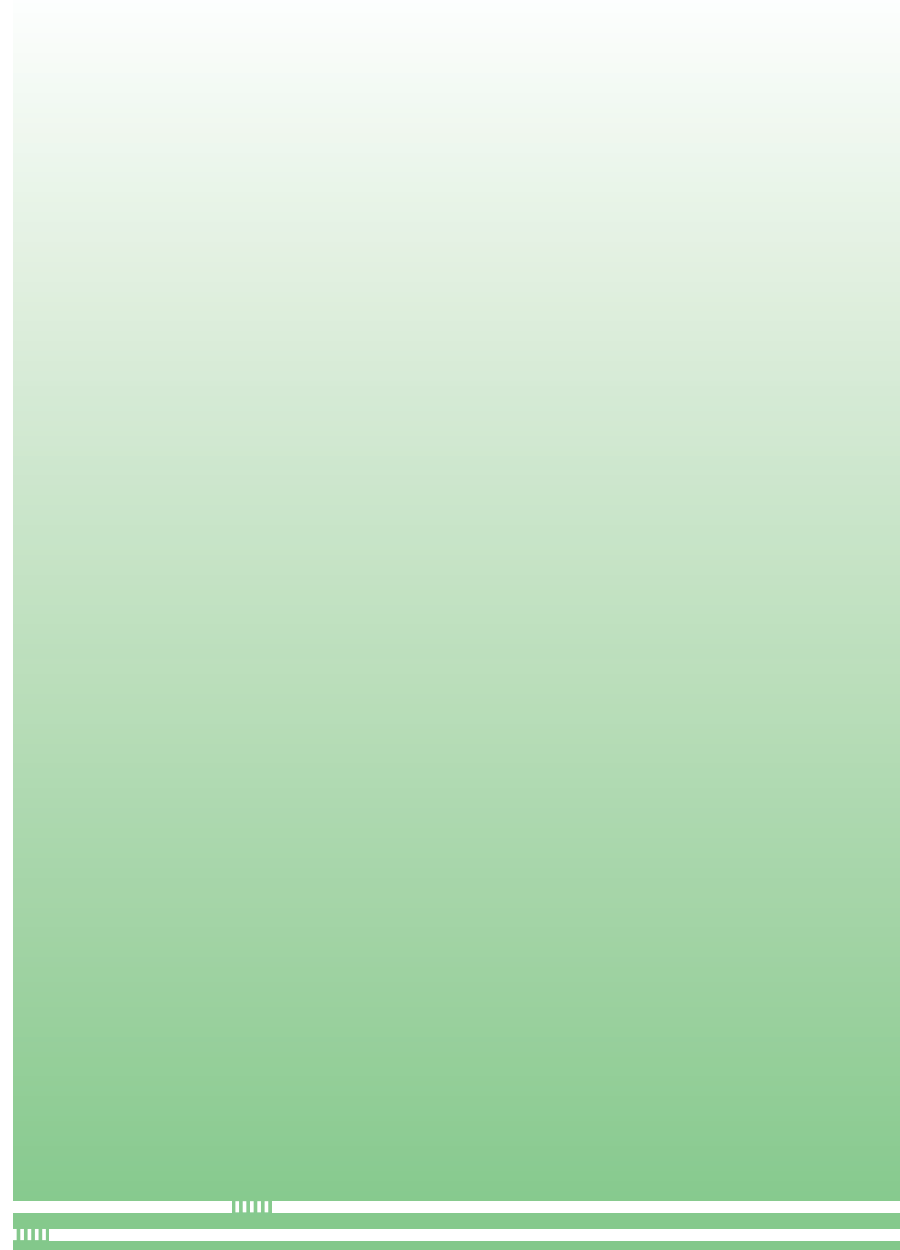
No que tange às despesas de capital empenhadas no exercício de 2022, representaram apenas 2,72% do total das despesas orçamentárias, correspondendo a um montante de R\$ 19.569.800,61, dos quais 11,37% foram liquidadas e 11,07% efetivamente pagas. Durante o período, 100% das despesas executadas foram decorrentes dos créditos iniciais, não havendo abertura de créditos suplementar, especial ou extraordinários.

O saldo patrimonial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN atingiu, no final do exercício, o montante de R\$ 365.575.513,00, o que corresponde a um pequeno acréscimo de 0,4645% se comparado com o exercício anterior. O déficit financeiro apurado no final do exercício totalizou o valor de R\$ 73.693.848,14 que, de acordo com a legislação vigente, corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Não houve o registro de reavaliação de bens imóveis no SPIUnet neste exercício de 2022. Esse trabalho de reavaliação teve início em 2015, com o objetivo de reavaliar todos os bens imóveis do IFRN com prazo de reavaliação expirado no Spiunet.

O grupo da depreciação, amortização e exaustão apresentou uma variação negativa de 3,93% em relação ao mesmo período de 2021. O maior destaque dessa variação está na conta de depreciação de bens móveis, correspondendo a R\$ 13.871.647,31, sendo seguido por R\$ 391.858,67 referentes à depreciação de bens imóveis.

O resultado patrimonial, que foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, apresentou déficit em 2022 da ordem de R\$ 18.778.417,06, em comparação com um resultado positivo de R\$ 15.499.049,38 apurado no exercício anterior.



5

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES



5.1. INDICADORES DO ACÓRDÃO Nº 2267/2005-TCU

O Acórdão TCU nº 2.267/2005 determinou que, a partir do exercício de 2005, as instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica informassem, nos seus relatórios de gestão, um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições. Para efeito desse Acórdão, são apresentados os resultados de um conjunto de indicadores acadêmicos, administrativos, socioeconômico e de gestão de pessoas, considerando-se o exercício de referência deste relatório de

gestão e os quatro exercícios imediatamente anteriores. O quadro abaixo apresenta um resumo desses indicadores, detalhados à sequência. As análises críticas de cada indicador encontram-se contextualizadas na avaliação dos objetivos estratégicos aos quais se vinculam, disponíveis no capítulo 2 deste Relatório, com indicação das seções específicas no próprio quadro a seguir.

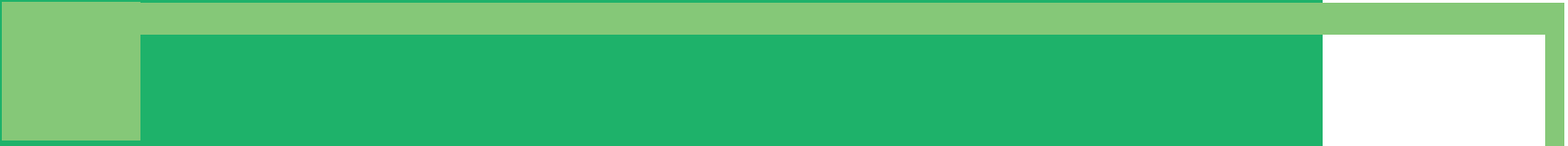
INDICADORES DO ACÓRDÃO Nº 2267/2005-TCU

INDICADORES		SEÇÃO	EXERCÍCIOS					
			2022	2021	2020	2019	2018	2017
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	4.5	4,8	5,2	4,11	3,51	3,39	4,99
	Relação Ingressos/Aluno	4.5	47,8	48,8%	40,8%	44,5%	46,4%	33,3%
	Relação Concluintes/Aluno	4.5	25,7%	10,0%	60,41%	57,84%	61,08%	57,1%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	4.5	50,4%	72,4%	64,10%	59,9%	62,80%	58,90%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	4.5	13,9%	15,5%	5,77%	3,44%	2,68%	2,98%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	4.5	22,4	22,3	24,92	24,24	26,23	28,73
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	4.9	21443,20	18008,50	14686,77	14286,01	14077,95	12482,31
	Percentual de Gastos com Pessoal	4.9	79,8%	88,4%	86,38%	84,49%	78,50%	77,90%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	4.9	17,9%	8,9%	11,08%	12,88%	17,00%	14%
	Percentual de Gastos com Investimentos	4.9	2,4%	2,9%	2,55%	2,63%	3,40%	3,00%



INDICADORES		SEÇÃO	EXERCÍCIOS					
			2022	2021	2020	2019	2018	2017
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per capita Familiar							
	Até 0,5 S.M. (inclusive)	4.4	61,24%	61,83%	58,58%	62,21%	62,76%	41,22%
	Entre 0,5 e 1 S.M. (inclusive)	4.4	24,23%	22,39%	22,38%	21,24%	21,17%	13,25%
	Entre 1 e 1,5 S.M. (inclusive)	4.4	7,55%	7,54%	8,43%	7,54%	7,64%	4,83%
	Entre 1,5 e 2,5 S.M. (inclusive)	4.4	3,94%	4,37%	5,36%	4,85%	4,70%	3,57%
	Entre 2,5 e 3,5 S.M. (inclusive)	4.4	3,02%	3,87%	2,29%	1,87%	1,84%	1,24%
	Maior que 3,5 S.M.	4.4			2,96%	2,29%	1,89%	1,21%
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	4.8	4,3	4,3	4,3	4,2	4,1	4,1

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha e RG anteriores



ANEXOS E APÊNDICES



A1 GLOSSÁRIO

Ad referendum - sujeito à aceitação posterior por parte de um colegiado.

Balanced scorecard - indicadores balanceados de desempenho. Instrumento gerencial de medição de desempenho de uma Instituição ou Empresa.

Boletim de serviço - determinação da Lei nº 4.965, de 5 de maio de 1966, que dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo. Neste documento, são divulgados os atos de concessão de vantagens pecuniárias previstas na legislação em vigor.

Bolsas de Tutoria Aprendizagem e Laboratórios - TAL - bolsas para alunos regularmente matriculados no IFRN, tendo cursado com aprovação as disciplinas correspondentes aos laboratórios para os quais se candidatam, com o objetivo de realizar prática profissional na modalidade de Atividades de Tutoria Aprendizagem e Laboratórios -TAL.

Campi - forma plural de campus.

Campus - unidade de ensino.

Conformidade legal - legislação aplicável a cada área.

Contingenciamento - de acordo com o conceito do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão "O contingenciamento consiste

no retardamento ou, ainda, na inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas. Normalmente, no início de cada ano, o Governo Federal emite um Decreto limitando os valores autorizados na LOA, relativos às despesas discricionárias ou não legalmente obrigatórias (investimentos e custeio em geral). O Decreto de Contingenciamento apresenta como anexos limites orçamentários para a movimentação e o empenho de despesas, bem como limites financeiros que impedem pagamento de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar, inclusive de anos anteriores. O poder regulamentar do Decreto de Contingenciamento obedece ao disposto nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)".

Discentes - alunos.

Docentes - professores.

Egressos - aqueles que deixaram de pertencer a comunidade acadêmica.

Estágio probatório - o estágio probatório está ligado a estabilidade do servidor público. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 41, "são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público".

Evasão escolar - descontinuidade dos estudos por parte do aluno.

Extensão - processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre o Instituto e a sociedade.

Fomentar - promover o desenvolvimento, estimular, desenvolver, instigar.

Gestão de riscos - segundo a Instrução Normativa nº 01/2016, do MP/CGU, artigo 2º, inciso VII, gerenciamento de riscos é conceituado como o "processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização".

Governança - é definida pelo Decreto nº 9.203/2017 como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Incubadoras tecnológicas - tem como objetivo abrigar empresas inovadoras frutos de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, buscando o fornecimento de um ambiente dedicado ao desenvolvimento da empresa através do fornecimento de assessoria empresarial, contábilística, financeira e jurídica.



Indicadores – instrumentos de gestão para medir os resultados e acompanhar as metas da Instituição.

Insalubridade – de acordo com a lei nº 6.514, de 22/12/77, “serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”.

Macroprocesso – é o meio pelo qual a Instituição reúne os grandes conjuntos de atividades para cumprir a sua missão.

Multicampi - Instituição com várias unidades.

Parques tecnológicos - compreende uma área física delimitada, urbanizada, destinada às empresas intensivas em tecnologia que se estabelecem próximas ou em universidades ou centros de pesquisas, com o objetivo utilizarem a capacidade científica e técnica dos pesquisadores e de seus laboratórios.

Periculosidade – de acordo com a lei nº 12.740, de 08/12/12, “são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do traba-

lhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica e roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial”.

Periódicos - publicações de assuntos específicos ou diversos que são publicados regularmente.

Plataforma Lattes - é uma plataforma virtual criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que agrega as bases de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições, em um único sistema de informações.

Pluricurricular – que têm múltiplos currículos.

Programa Mulheres Mil – de acordo com o Ministério da Educação, “o objetivo do programa é promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país. Para isso, atua no sentido de garantir o acesso à educação a essa parcela da população de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões”.

Qualis - é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.

Recurso de capital - segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a parcela dos recursos do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola), que pertence à categoria capital deve ser empregada na aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, computadores, mobiliário, etc.).

Recurso de custeio – segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, “a parcela dos recursos do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola), que pertence à categoria de custeio destina-se a cobrir despesas relacionadas aquisição de material de consumo (materiais de expediente, limpeza, construção, etc.) e contratação de serviços (manutenção hidráulica, elétrica, jardinagem etc.).

Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) - sistema desenvolvido pela equipe da Diretoria de Gestão de TI (DIGTI) para a Gestão dos Processos Administrativos do IFRN.

Termo de Execução Descentralizada - é definido, no Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013, como “instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática”.

A2 LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

API - Interface de Programação de Aplicativos

ASCE - Assessoria de Comunicação Social e Eventos

ASERI - Assessoria de Extensão e Relações Internacionais

BSC - *Balanced Score Card*

AUDGE - Auditoria Geral do IFRN

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CD - Cargo de Direção

Cefet-RN - Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

Cern - Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos

CGU - Controladoria-Geral da União

CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola

CIS/PCCTAE - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação

Cipe - Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRN

CNAT - *Campus Natal* - Central do IFRN

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COADPE - Coordenação de Administração de Pessoal

Codepe - Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal

COASS - Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor

Codipa - Comissão de Diárias e Passagens

Codir - Colégio de Dirigentes

Coen - Comitê de Ensino

Coinre - Coordenação de Infraestrutura e Redes

Conif - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Consepex - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Consup - Conselho Superior

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente

Dieng - Diretoria de Engenharia e Infraestrutura

Digae - Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis

DIGPE - Diretoria de Gestão de Pessoas

DIGTI - Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

DOU - Diário Oficial da União

EaD - Educação a Distância

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

Enalic - Equipe Nacional de Licitações e Contratos

Enade - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

Encceja - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

Enem - Exame Nacional do Ensino Médio

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

FIC - Formação Inicial e Continuada

Fiern - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte

Finep - Financiadora de Estudos e Projetos

Forti - Fórum de Diretores de Tecnologia da Informação/Conif

Funcern - Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte

Gabin - Gabinete

GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso

GR - Gestão de Riscos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IF - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

IGC - Índice Geral de Cursos

IN - Instrução Normativa

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

ITMO - Incubadora Tecnológica Mossoró

ITNC - Incubadora Tecnológica Natal-Central

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Napne - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NBC - Normas Brasileira de Contabilidade

NC - Nota de Movimentação de Crédito

NCE - Núcleo Central Estruturante

NE - Nota de Empenho

Neabi - Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas

NEPP - Núcleos de Extensão e Prática Profissional

NGRIS - Núcleo de Gestão de Riscos

NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica

Nuarte - Programa de Núcleos de Arte e Cultura

OCI - Órgão de Controle Interno

PAINT - Plano Anual de Auditoria Interna

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAE - Pesquisa de Acompanhamento de Egressos

PAF - Projeto de Autorização de Funcionamento de Curso

PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PET - Programa de Educação Tutorial

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PIT - Plano Individual de Trabalho

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PPA - Plano Plurianual

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PPP - Plano de Providências Permanente

PPP - Projeto Político-Pedagógico

Proad - Pró-Reitoria de Administração

Prodes - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Proeja FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental

Proen - Pró-Reitoria de Ensino

Proex - Pró-Reitoria de Extensão

ProITEC - Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Propi - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

QVT - Qualidade de Vida no Trabalho

RAINT - Relatório de Auditoria Interna

RDC – Regime Diferenciado de Contratação

Regif – Rede de Grêmios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

RFECT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

RP – Restos a Pagar

Sebrae-RN – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte

Secitex – Semana de Ciência, Tecnologia e Extensão

Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Siape – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Sistec – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

SPIUnet – Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União

SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

Suap – Sistema Unificado de Administração Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

TAL – Tutoria de Aprendizagem e Laboratório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

TAM – Termo de Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCU – Tribunal de Contas da União

TED – Termo de Execução Descentralizada

TEM – Tutoria do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UG – Unidade Gestora

UGI – Unidade de Gestão de Integridade

UGR – Unidade Gestora Responsável

UMinho – Universidade do Minho

UO – Unidade Orçamentária

UPC – Unidade Prestadora de Contas

REITOR DO IFRN

José Arnóbio de Araújo Filho

AUDITORA GERAL DO IFRN

Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira

**CONSELHO SUPERIOR DO IFRN
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO
COLÉGIO DE DIRIGENTES**

José Arnóbio de Araújo Filho
Presidente

Carolina Helena de Gois Dantas
Secretária

**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Antônia Francimar da Silva
Anna Catharina da Costa Dantas
Carlos André de Oliveira
Felipe Augusto de Oliveira Guedes
Renata Fernandes da Paz de Oliveira
Robercy Alves da Silva
Solange Marlene Thomaz
Jean Carlo Nascimento Araújo

**COORDENAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E REVISÃO
TÉCNICA**

Jean Carlo Nascimento Araújo
Robercy Alves da Silva

REVISÃO TEXTUAL

Rodrigo Luiz Silva Pessoa

**CAPA, PROJETO GRÁFICO E
DIAGRAMAÇÃO**

Jorge Henrique de Medeiros Santos
José Nivaldo Fonseca Junior



**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio Grande do Norte